

## OS TRABALHADORES APOIAM O SEU PARTIDO

DEFENDEM  
A REVOLUÇÃO

CONSTROEM  
O FUTURO



# PCP

CAMPANHA NACIONAL  
50 MIL CONTOS



## ORGANIZAR O CONGRESSO! DEFENDER A UNIDADE!

- Unidade sindical um braço forte da democracia
- Caderno reivindicativo imediato dos trabalhadores portugueses
- Elementos para a história da Intersindical

Pág. 3



## REFORMA AGRÁRIA

- Para um dossier das ilegalidades do MAP
- Os agrários e a cortiça
- Reforçar a unidade dos rendeiros

Páginas centrais

### Editorial

## O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS VITÓRIA DA UNIDADE DOS TRABALHADORES

Na Revolução portuguesa, nesta nossa vida necessariamente conturbada do após 25 de Abril, marcada pela instabilidade política e social e pelas alterações imprevistas e bruscas da conjuntura nacional mas que transformaram a fisionomia do País, a importância relativa de cada acontecimento corre por vezes o risco de cair — mesmo para o cidadão medianamente informado — no banal quotidiano.

A banalização dos acontecimentos nacionais seria perigosa porque poderia embotar a sensibilidade política das massas populares e dificultar-lhes a destrição dos acontecimentos importantes e decisivos do processo político português dentre os que são realmente irrelevantes e secundários.

O Congresso de Todos os Sindicatos que abre os seus trabalhos de hoje a oito dias é precisamente um desses acontecimentos de relevo, de grande importância política, em primeiro lugar para as classes trabalhadoras e depois para todos os portugueses empenhados na construção de um Portugal democrático, independente e livre.

A luta por um poderoso movimento sindical unido está hoje no cerne da luta popular e nacional pela defesa e consolidação das liberdades democráticas, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, de tudo aquilo que constituiu o património revolucionário do 25 de Abril. Este movimento é já uma bela realidade que se impõe ao inimigo de classe.

(Continua na pág. 2)

## A QUEM INTERESSA ESQUECER OS CRIMES DA PIDE/DGS?

- A tortura denunciada nos tribunais fascistas
- Depoimento do camarada Francisco Miguel acerca do pide Seixas

Pág. 10

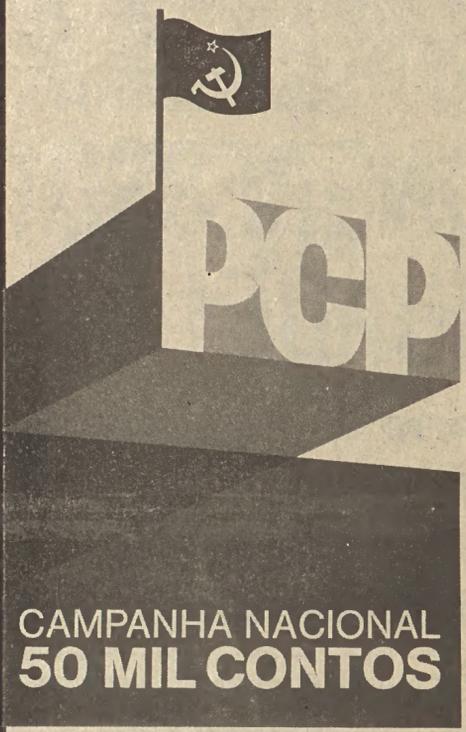


## OS COMUNISTAS DE ALMADA INAUGURAM NOVA SEDE

Pág. 8

# OS TRABALHADORES APOIAM O SEU PARTIDO

## DEFENDEM A REVOLUÇÃO CONSTRÓEM O FUTURO



**CAMPANHA NACIONAL  
50 MIL CONTOS**

# É POSSIVÉL!

Nós não devemos esquecer muitas vezes que o que decide o trabalho são os trabalhos modestos, aqueles que não se vêem.

Nós falamos dos recursos financeiros do Partido e muitas vezes se pergunta de onde vêm esses recursos financeiros, mas há pouco, olhando para os camaradas convidados, eu vi a cara de um camarada que vendeu a sua casa, vendeu a sua terra, para dar tudo ao Partido.

Estas palavras do camarada Álvaro Cunhal, na intervenção de encerramento do VII Congresso Extraordinário do Partido, em Outubro de 1974, recordam-nos as horas, mais de dois anos passados, ao falarmos do esforço necessário que vamos todos empenhar na Grande Campanha Nacional de Fundos, certos que estamos já de conseguir alcançar a meta que a Comissão Política do PCP nos propõe — os 50 mil contos para o Partido!

Recordamos estas palavras tendo em mente vários motivos.

Um deles é que esta grande campanha vai ser coroada de êxito porque será a acumulação dos esforços muitas vezes anónimos dos militantes, dos simpatizantes, dos amigos do Partido, de muitos e muitos democratas! A soma de muitas contribuições as mais das vezes modestas. Mas esforçadas.

Estão na nossa memória e na memória de muitos camaradas outras campanhas de fundos. Delas virá ainda certamente a propósito durante a que se vai desenrolar. Um traço comum a todas podemos e devemos recordar — realizando-se na clandestinidade, com o objectivo de ajudar o único Partido que durante dezenas de anos fez frente ao fascismo, congregava as boas vontades daqueles, comunistas ou não, que queriam ver liberta a sua terra da negra opressão e viam claramente que a contribuição para o PCP era uma das formas de lutar por um mundo melhor. Nesses tempos difíceis e tão recentes não podia ser abertamente que essa contribuição era feita, que se organizava uma campanha de fundos. Por isso, aparte aqueles camaradas organizados ou aqueles amigos fiéis que muitas vezes davam tudo ao Partido, as iniciativas mais variadas punham à prova a imaginação dos militantes, que organizavam festas, leilões, rifas, piqueniques, iniciativas cujos lucros revertiam para a luta organizada da classe operária e dos democratas.

Quantas vezes um balaço não apeteia a este ou aquele amigo, mas, "cheirando" que se tratava de contribuir para o PCP, lá ia ele, lá levava ele os amigos, lá gastava ele os seus cobres, para engrandecer a força que se avolumou e permitiu que novos horizontes se abrissem para o nosso povo!

Ao recordar as palavras do Secretário Geral do Partido, vem-nos à memória esse extraordinário Congresso em que elas foram pronunciadas, poucos

meses passados desde o 25 de Abril, os grandes passos que o Povo português deu nesses meses, o grande avanço e a extraordinária importância e papel do PCP durante esse período, o tempo decorrido, as lutas que vivemos até hoje.

O Partido Comunista Português tornou-se um grande partido de massas e os grandes avanços verificados na organização no VII Congresso ganharam um novo estímulo durante as lutas que preencheram o espaço de dois anos, findos os quais um novo Congresso, o VIII, cujos ecos ainda não se esbateram, não apenas junto dos comunistas mas junto de todos os trabalhadores e democratas portugueses, veio confirmar a grande implantação nacional do Partido, veio encontrar uma organização vasta e desenvolvida, provida de uma linha política constantemente confrontada na prática e confirmada por ela. O último Congresso veio encontrar um Partido com mais de 115 mil militantes. Veio encontrar um Partido que mantém abertos e em funcionamento quatrocentos e vinte e sete centros de trabalho, dispondo de um corpo de funcionários que ultrapassa o meio milhar, espalhados pelo país, esforçando-se no trabalho diário ao serviço da classe operária e do seu partido, de serem dignos dos revolucionários profissionais que vieram da clandestinidade.

Esses anos decorridos foram anos de luta, que engrandeceu e fortaleceu o Partido. A luta continua! É preciso continuar a engrandecer e a fortalecer o Partido!

A Campanha de 50 000 contos foi uma decisão tomada pela Comissão Política do Comité Central do nosso Partido em conformidade com as decisões do VIII Congresso. Com o objectivo primordial de construir ou comprar uma sede central para o CC e para promover a ajuda às diversas organizações do Partido.

A falta de uma sede central tende a atrofiar e a dispersar a nossa actividade com graves

prejuízos para o trabalho da Direcção Central, são palavras do camarada Joaquim Gomes, no Congresso, cujo discurso foi aplaudido calorosamente pelos milhares de delegados e convidados presentes. E ele diria a finalizar: Para cumprirmos com êxito as nossas tarefas, em que se inclui arranjar uma sede para o nosso Comité Central, precisamos de recolher a breve prazo dezenas de milhares de contos.

Nessa tarefa são muitas as dificuldades, muitos obstáculos há a vencer. E, quando sabemos a importância que têm os recursos financeiros do Partido, quando sabemos de onde eles vêm e a que se destinam, quando sabemos que eles contribuem para o fortalecimento do Partido, para alargar a sua influência, para organizar melhor o seu trabalho, para estar mais depressa presente com a sua palavra e o seu esclarecimento junto das massas, sabemos então que um grande esforço tem de ser feito para melhorar a todos os níveis a política financeira do Partido, para recolher fundos que permitam ao Partido a realização das tarefas que levamos a cabo hoje e que nos esperam amanhã!

# CONTAMOS CONTIGO AQUI NO «AVANTE!»

Anunciada que foi a Campanha Nacional de Fundos proposta pelo nosso Partido, no último número do «Avante!», à nossa redacção começaram a chegar cartas de vários pontos país, transmitindo a adesão dos militantes comunistas a mais esta importante tarefa que as exigências da actividade do Partido dos trabalhadores imperiosamente coloca!

Nessas cartas — que começaremos a publicar já no próximo número — estão bem patentes a vontade e determinação com que os militantes comunistas começam a meter ombros ao trabalho de angariar os 50 mil contos apontados pela Comissão Política do Comité Central. E também a preocupação em se começar desde já a esclarecer os trabalhadores, todos os democratas e amigos do Partido da necessidade de uma tal quantia.

Recebemos cartas de velhos e de novos militantes, de homens e de mulheres das mais diversas profissões. Porque esperas tu, camarada, para nos enviáres a tua carta? Escreve a dizer o que pensas da campanha, a dar sugestões, ideias a apontar caminhos para a angariação de fundos não esquecendo nunca que esta campanha deve ser sobretudo virada para fora do Partido, deve ser sobretudo uma gigantesca acção de massas, deve ser sobretudo uma saída para a rua de toda a organização do Partido.

Porque toda a organização do Partido está já empenhada na angariação dos 50 mil contos. É preciso é que surjam mais ideias novas e originais, se comecem a organizar as iniciativas, se ponha em funcionamento toda esta poderosa máquina que é a organização e capacidade de militância dos comunistas.

Todos os contributos são importantes. Escreve-nos a dar ideias — e escreve-nos depois contando das iniciativas em que participaste! Ajuda todo o Partido com a tua capacidade criadora.

Camarada, esperamos a tua carta! Escreve-nos já hoje! Avante pelos 50 mil contos!

# A CAMPANHA É UMA TAREFA POLÍTICA

Vamos concretizar, vamos dar início à Campanha Nacional de Fundos! A meta dos 50 mil contos que nos propusemos está a ser encarada com optimismo pelos camaradas e pelas organizações. Temos no entanto de partir, no próximo dia 1 de Fevereiro, para uma campanha que terá de ser levada à prática com segurança, e, confiando embora no nosso entusiasmo e na certeza de que vamos encontrar eco em todos os camaradas e amigos do

Partido, em todos os democratas que vêm no nosso trabalho uma garantia de que é possível continuar a avançar nos caminhos da democracia, devemos realizar esta tarefa, que tem uma importância política extremamente aguda.

De facto é como tarefa política que a campanha tem de ser encarada, como resultado de uma decisão política, que trará consequências políticas. Assim o trabalho,

a imaginação dedicados à campanha reflectirão o estilo de trabalho dos comunistas, virados para as largas massas.

Um trabalho organizado, controlado rigorosamente, contabilizado. O tipo de organização, tão característico do trabalho dos comunistas, terá na campanha um papel valioso. Trata-se de não deixar nenhum militante afastado desta tarefa. Recolher fundos para a grande Campanha Nacional é o dever de todos, dever cumprido com alegria, esforço e entusiasmo.

Por outro lado a organização em comissões não poderá entrar, antes terá de estimular a iniciativa e a imaginação, dando larga autonomia às organizações para estas desenvolverem, da maneira que encontrarem melhor no respectivo sector, as iniciativas capazes de mobilizar a solidariedade para com o Partido dos trabalhadores.

A imaginação irá desempenhar um grande papel. Escolher as iniciativas, não pisar o terreno já batido das velhas ideias, como poderá ser tendência para organizações para as quais a recolha de fundos é tarefa de todos os dias. Não é demais lembrar que esta é uma Campanha Nacional cujos objectivos não são os mesmos

de sempre, nem estão ao mesmo nível e que, portanto, exigem um esforço especial.

Desde a recolha de dívidas, mesmo que não sejam de dinheiro, que sejam susceptíveis de leilão, às realizações populares, aproveitando festas ou promovendo-as, desde a organização de brigadas de recolha de dinheiro publicamente, até aos sorteios, muita imaginação será necessária para propagandar esta campanha, com originalidade.

Um aspecto fundamental não será esquecido. É que não se trata de fazer ou promover realizações que impliquem grandes investimentos e cujos esforços não sejam depois compensados com a obtenção de fundos. O Partido não vai gastar dinheiro com a campanha, vai recolher fundos!

E vai recolher fundos junto dos trabalhadores, junto das massas! A campanha não é para ficar portas adentro dos Centros de Trabalho! A Campanha Nacional vai a todo o País, ao Norte e ao Sul, às fábricas, aos escritórios, às escolas, às ruas e aos mercados, vai a casa dos amigos e dos vizinhos, vai chamar à solidariedade todos os democratas, onde quer que eles se encontrem, sejam ou não membros do Partido!

# A CAMPANHA COMEÇA NO DIA 1 DE FEVEREIRO

## Editorial

# O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS VITÓRIA DA UNIDADE DOS TRABALHADORES

(Continuação da pág. 1)

A unidade da classe operária portuguesa tem na hora actual poderosos inimigos internos e externos, inimigos manhosos, de matizes muito variados, que usam todas as armas e queimam todos os cartuchos para tentarem destruir essa grande fortaleza dos trabalhadores que é a sua unidade.

Desde a diversão ideológica à repressão pura e simples, passando pelas técnicas mais apuradas do divisionismo, tudo tem sido usado para impedir a realização vitoriosa do Congresso Sindical. Mas o desespero começa a fazer perder a serenidade aos divisionistas, o terreno foge-lhes debaixo dos pés.

Os defensores da recuperação capitalista em Portugal têm razão para estarem desesperados ante a inevitabilidade da sua derrota. E que a história da organização e preparação do Congresso de Todos os Sindicatos ao longo dos últimos meses é a história de uma grande batalha vitoriosa dos trabalhadores portugueses pela sua independência e unidade.

Nesta batalha pela unidade a Intersindical Nacional revelou-se como uma grande força ao serviço dos trabalhadores, daqueles que a puseram de pé em plena noite fascista e que depois do 25 de Abril fizeram dela um invencível baluarte da sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, pela defesa das suas liberdades e direitos que a Constituição acabou por consagrar.

O vasto processo unitário que vai levar ao Congresso mais de 260 sindicatos, agrupando mais de 1 700 000 filiados, teve de vencer em condições extremamente difíceis e adversas. Toda uma máquina propagandística e administrativa — e até mesmo repressiva, como se verificou nas zonas da Reforma Agrária — foi montada e posta em funcionamento para "quebrar a espinha à Intersindical" — como disse o Secretário de Estado, Gonelha — e para servir de suporte a uma grande manobra de divisão do movimento sindical e da classe operária portuguesa.

Durante meses e em crescendo, a chamada "imprensa pluralista" assim como a televisão e a rádio controladas pelo partido governamental não somente quase silenciaram, a Intersindical não somente descaradamente, de par em par, as portas à propaganda divisionista do grupo da "Carta Aberta".

Os agentes da divisão não contaram com a elevada consciência de classe dos trabalhadores portugueses, com a sua maturidade política e o seu sentido de organização, que os tornaram impermeáveis à formidável campanha propagandística do grupo da "Carta Aberta" e permitiram conduzir ao fracasso a sua vasta manobra divisionista.

Sob a égide da Intersindical Nacional mais de 2000 reuniões em que participaram cerca de 600 000 trabalhadores, numa magnífica expressão do democrático proletário, debateram os problemas mais prementes do movimento sindical e da situação

das classes trabalhadoras, sancionando os objectivos do Congresso e a ele aderindo com entusiasmo.

O confronto foi nefasto para os agentes da divisão. Ao espírito aberto e largamente unitário evidenciado pela Intersindical nas discussões e negociações com os sindicatos não filiados ou em franca dissidência, como os do grupo da "Carta Aberta", responderam estes últimos com o seu sectarismo partidário e as suas exigências hegemónicas, reclamando uma paridade antidemocrática e absolutamente injusta na Comissão Organizadora do Congresso, atacando a Inter, pondo em prática formas inconstitucionais e antiestatutárias de expressão da vontade dos trabalhadores.

Os divisionistas da "Carta Aberta" quiseram através dos "referendos" obter aquilo que os órgãos supremos dos sindicatos — as assembleias gerais — lhes negaram rotundamente e o resultado foi fracassos em cima de fracassos.

A última reunião de Coimbra e a que está ainda a decorrer no Porto são autênticas jornadas de impotência e desespero, um esforço de última hora dos divisionistas do movimento sindical tentarem impedir a realização do Congresso.

No decurso do seu trabalho de divisão o grupo da "Carta Aberta" ficou reduzido à sua expressão mais simples, um a um, vários dos que inicialmente os acompanharam desligaram-se do seu carro de derrota.

Os "referendos", ao contrário das conclusões que trouxeram a público, foram a comprovação do seu isolamento no seio da classe trabalhadora. É elucidativo que no último "referendo" realizado pela "Carta Aberta" no Sindicato dos Empregados do Comércio, que agrupa mais de 60 000 trabalhadores apenas pouco mais de 7900 tenham participado na votação e mesmo destes, mais de 1800 votaram pela participação no Congresso. Mais de 50 000 filiados rejeitaram o "referendo" e mais da quinta parte dos que neles participaram pronunciaram-se pela unidade do movimento sindical.

Que autoridade têm então os dirigentes da "Carta Aberta" para reclamarem ainda a paridade e para falarem em nome dos trabalhadores dos sindicatos que dominam?

É ridículo que ainda depois dos seus reveses os divisionistas da "Carta Aberta" venham dizer que os referendos são a "única forma verdadeiramente democrática de os trabalhadores se pronunciarem", que eles deram a "vitória" à "Carta" e que venham agora acusar a Inter da "responsabilidade histórica da destruição do movimento sindical"! Chama-se a isto "virar o bico ao prego" e acusar os outros dos erros que eles próprios cometeram.

Os dirigentes do Partido Socialista têm, eles sim, uma grave responsabilidade, nas manobras

divisionistas do grupo da "Carta Aberta". A máquina do Governo PS, empenhada na recuperação capitalista, foi largamente usada em apoio do divisionismo sindical. O Governo do PS foi sensível à pressão dos monopólios estrangeiros e dos grandes capitalistas portugueses.

A lei das quotizações, ferida de inconstitucionalidade, aparentemente justificada como um acto de independência dos sindicatos em relação ao patronato — e que poderia aceitar-se numa perspectiva de desenvolvimento e reforço do movimento sindical unido — foi confiadamente promulgada, no dizer do Secretário de Estado do Trabalho, "para quebrar a espinha à Intersindical".

É também no quadro da ofensiva ideológica contra a unidade do movimento sindical que devem inscrever-se os artigos do dr. Salgado Zenha no "Diário de Notícias".

O dr. Salgado Zenha, ex-marxista confesso, aborda coerentemente, com a sua nova opção de classe, os problemas actuais do movimento sindical português.

Este dirigente destacado do PS e ex-ministro em 5 dos 6 Governos Provisórios anteriores, onde conduziu normalmente uma política de defesa das estruturas capitalistas, retoma os velhos ataques e diatribes contra a "unicidade" (farta-se de bater num cadáver visto que a Constituição, por votação do PS e dos partidos da direita extinguiu a lei da unicidade e introduziu em seu lugar o chamado "direito de tendência") e o faz exclusivamente para verter o seu verde anticomunista contra o PCP e a sua Direcção.

O dr. Salgado Zenha centra as suas considerações e ataques à volta de duas questões principais: o "pluralismo ideológico" dos trabalhadores e a "proporcionalidade" nas votações dos sindicatos.

A confusão "pluralista" é propositada. Um "ex-marxista" confesso sabe, pelo menos, que a existência de vários partidos, a sua diversidade, derivam da diversidade de classes e extratos sociais numa dada sociedade. No seio da classe operária não há divergências de interesses, não há outras classes, e é isso que empresta ao movimento operário e à sua expressão organizada mais lidima, o movimento sindical, um carácter essencialmente unitário. É evidente que dentro do operariado português há operários comunistas, socialistas e outras tendências políticas ou sem elas.

Isso não significa que no terreno da luta todos esses trabalhadores se não irmanem diariamente na defesa dos seus interesses comuns, na acção diária em prol das suas reivindicações comuns. Só os cegos como o dr. Zenha (ou o sr. Manuel Alegre) não o querem ver.

Na prática da revolução portuguesa trabalhadores comunistas, socialistas e sem partido têm-se irmanado frequentemente nas fábricas, nos campos, nos escritórios, nos sindicatos na luta pela defesa dos seus interesses solidários.

Mas bem, o "pluralismo" no movimento sindical é um ponto de vista respeitável mas e sobre ele já os trabalhadores portugueses se exprimiram democraticamente: rejeitando-o a maioria imensa dos trabalhadores votou pelo Congresso de Todos os Sindicatos, rejeitou "abertamente" a "Carta Aberta".

É o "pluralismo" antidemocrático DO PS que está na base do "direito de tendência", expresso na Constituição. Que aconteceria se estatutariamente, no seio dos sindicatos da "Carta Aberta", vigorasse o "direito de tendência"? Não é verdade que o direito de tendência exprime um conceito de minoria? Hoje a "tendência" nos principais sindicatos da "Carta Aberta" será minoritária ou maioritária? Eis uma coisa que seria interessante apurar e que seguramente os trabalhadores porão a claro.

Quanto à "proporcionalidade" nas eleições dos sindicatos é evidente que o dr. Salgado Zenha atribui à Constituição aquilo que lá não está. A proporcionalidade eleitoral não se aplica aos sindicatos, o Artigo 116.º, citado pelo dr. Zenha, diz que se aplica unicamente "aos órgãos electivos de Soberania, das regiões autónomas e do poder local". Não basta que o dr. Zenha chame aos sindicatos "autarquias sindicais" para os transformar em órgãos de poder...

Assim, as acrobacias constitucionalistas de Zenha, de outros dirigentes do PS e da "Carta Aberta" não iludem a questão central do isolamento dos divisionistas no seio do movimento sindical e da classe operária portuguesa.

Esta é uma conclusão necessária que os trabalhadores socialistas não deixarão de tirar nas vésperas da abertura do Congresso de Todos os Sindicatos.

Nas fábricas, nas UCPs, entre os empregados e o funcionalismo público a discussão dos documentos do Congresso está a ser um importante factor de unidade dos trabalhadores.

Haverá diferenças de opinião, conceitos diferentes de democracia e de socialismo, mas algo de importante está acima de tudo isso: a unidade da classe operária, a defesa das liberdades e das conquistas da Revolução ameaçadas pelo inimigo comum. Os trabalhadores irão decidir com toda a independência, democraticamente.

É o futuro do Portugal democrático, rumo ao socialismo que está em jogo na realização do Congresso de Todos os Sindicatos. Uma nova vitória da unidade da classe operária portuguesa sairá do Congresso.

A ideia da central sindical única sairá reforçada, quaisquer que sejam as decisões dos divisionistas da "Carta Aberta".

# Congresso de Todos os Sindicatos

## O CADERNO REIVINDICATIVO IMEDIATO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

«O desemprego atinge centenas de milhares de trabalhadores. A contratação colectiva está congelada. Os preços aumentam e os salários mantêm-se. As condições sociais de vida não melhoram. O Governo publica leis de trabalho sem atender às posições dos trabalhadores. A Reforma Agrária é alvo de uma poderosa ofensiva reaccionária. O Governo prepara-se para devolver empresas ao patronato sabotador. A ausência de uma política de desenvolvimento que permita satisfazer as necessidades populares e garantir a independência nacional agrava as dificuldades existentes».

Perante esta situação referida na abertura do «Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses», incluído na Proposta-Síntese do Programa de Acção, a Comissão Nacional Organizadora (CNOC) propõe à aprovação do Congresso uma série de medidas para atender a todos os problemas enunciados, pois «a presente situação exige a tomada de medidas imediatas que defendam as conquistas dos trabalhadores, melhorem as condições de vida e contribuam para o desenvolvimento económico. As medidas são possíveis e são necessárias — acrescenta o Caderno. Os trabalhadores são os primeiros interessados na resolução dos graves problemas económicos, financeiros e sociais do País».

Assim, antes de entrar propriamente no Programa de Acção, a CNOC divulga 10 grandes grupos de medidas sobre: «combate ao desemprego; contratação colectiva; preços e abastecimentos; política salarial; condições sociais de vida; cooperativas e empresas em autogestão; política agrícola; empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado; controlo operário e desenvolvimento económico; e defesa dos direitos constitucionais».

Ao apresentar essas

medidas, possíveis e necessárias a CNOC volta a lembrar que «o Movimento Sindical mobilizará activamente todos os trabalhadores para o esforço produtivo necessário, desde que seja assegurado que os seus resultados beneficiarão efectivamente as camadas mais desfavorecidas do nosso Povo» e acrescenta:

«O Movimento Sindical, ao apresentar à discussão dos trabalhadores portugueses o presente Caderno Reivindicativo Imediato, para ser submetido à apreciação do próximo Congresso de Todos

os Sindicatos, reafirma a convicção de que a aplicação das medidas positivas e realistas apresentadas contribuirá para a resolução dos graves problemas do País e dos trabalhadores, garantirá o seu empenhamento consciente e activo no desenvolvimento económico, no quadro da democracia política, económica e social consagrada na Constituição da República, que aponta para a construção do socialismo no nosso País».

### AS MEDIDAS IMEDIATAS SÃO POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS

Na rubrica «Preços e Abastecimentos», o caderno propõe o «congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade, ao nível que vigorava em 1 de Janeiro de 1977 e a garantia do seu abastecimento». Entre as outras medidas sobre o mesmo assunto destaca-se «a participação do Movimento Sindical na definição e controlo do Índice de Preços no Consumidor e na definição do «cabaz de compras».

Quanto à «Política Salarial», é indicada a «manutenção do poder de compra dos salários e melhoria nas categorias mais baixas. Fazem parte também dessa rubrica as «negociações com o Movimento Sindical para a actualização regular do

É reclamada uma política de rendas de casa que garanta o direito à habitação» e o «congelamento dos preços dos transportes colectivos».

O exercício do controlo operário não deve sofrer limitações e deve ser reforçada «a intervenção dos trabalhadores na planificação democrática da economia».

Relativamente à «Defesa dos Direitos Constitucionais», depois de assinalar o direito que assiste aos trabalhadores de participarem na elaboração das leis do trabalho, o Caderno reivindica: a publicação do projecto de lei sindical aprovado democraticamente pelo Congresso de Todos os Sindicatos; o fim das ingerências do Governo no Movimento Sindical; o cumprimento do art.º 40.º da Constituição, que garante o direito de antena ao Movimento Sindical na RTP e RDP; a reforma dos tribunais de trabalho e publicação de legislação que garanta a rápida resolução dos conflitos de trabalho; aplicação e respeito dos mesmos direitos dos trabalhadores do Continente na Madeira e Açores; participação do Movimento Sindical nos acordos de emigração.

Além da proposta-síntese do Programa de Acção, da qual faz parte o Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses, a CNOC distribuiu ainda a todas as associações sindicais as propostas-síntese de alteração dos estatutos e da lei sindical. Todos esses textos foram elaborados a partir de cerca de 2800 alterações aos documentos-base, propostas pelos trabalhadores, nas 1500 reuniões efectuadas por todo o País com um total de cerca de 450 mil participantes.

### DEZASSEIS DIRECÇÕES CISONISTAS CONTRA UMA JORNADA NACIONAL

Entretanto, segundo a última lista publicada pela CNOC, havia, em 13 do corrente, 265



estiveram em Coimbra, participando no Congresso por vontade da maioria dos seus filiados, expressa em assembleias gerais.

Entretanto, voltaram a caracterizar-se pelo número elevado de abstenções os últimos referendos promovidos pelas direcções da «Carta Aberta». Em Lisboa, no referendo do Comércio, assinalado por fraudes e irregularidades de vária ordem, apenas foram às urnas cerca de 12 por cento dos filiados. Nos Engenheiros Técnicos do Norte, absteram-se mais de 70 por cento dos inscritos nos cadernos eleitorais. A percentagem de votantes foi também muito baixa noutros sindicatos, que se recusaram

a participar no Congresso, como o dos Escritórios e Comércio de Vila Real e Bragança e dos Pescadores do Porto.

Na Régua, reunido em plenário, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real, decidiu, entretanto, participar no Congresso, ao mesmo tempo que, em Coimbra, os sócios do Sindicato dos Electricistas do Centro aderiram à Intersindical.

### ESFORÇO MOBILIZADOR E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

No Porto, a Comissão Dinamizadora Distrital,

anunciou, na última sexta-feira, que está já oficializada a representação de 80 por cento dos trabalhadores do distrito no Congresso de Todos os Sindicatos.

A CDD fez notar que se efectuaram na sua área 156 plenários em empresas, 13 plenários de zona, 32 reuniões com delegados sindicais e 48 assembleias gerais em sindicatos. Nas reuniões de empresa participaram 35 mil trabalhadores.

«Os trabalhos preparatórios desenvolvidos em todo o País — afirmaram os representantes da CDD em conferência de imprensa — têm sido factor importante para o reforço da consciência

de classe dos trabalhadores. O esforço mobilizador, nestes dias que nos separam do Congresso, deverá redobrar. Deverá continuar a intensificar-se as reuniões nas zonas, nos sindicatos e nos locais de trabalho, para debate das teses e de todas as questões relacionadas com o Congresso».

A CDD concluiria afirmando que «a construção do socialismo no nosso país e o fim da exploração capitalista» passam pela realização de um Congresso de Todos os Sindicatos «que defina, na prática, as grandes opções e linhas fundamentais de acção que se colocam aos trabalhadores no momento presente, preservando e consolidando a unidade indispensável para a vitória final».

Por seu turno, a CNOC reafirmava, em Lisboa, numa conferência de imprensa, que «nenhuma organização sindical verdadeiramente empenhada na defesa dos interesses dos trabalhadores poderá ficar indiferente perante esta grande jornada de luta que será o próximo Congresso de Todos os Sindicatos».

A Comissão afirmaria ainda que «nada nem ninguém poderá justificar ausências de direcções sindicais que, agarrando-se a problemas secundários, encontram neles a forma de fugir à discussão dos problemas que alligam os trabalhadores portugueses».

«Estamos certos — acrescentou o porta-voz da CNOC — de que os trabalhadores portugueses não deste Congresso a afirmação de como desejam ver transformada a realidade social deste País com vista ao fim da exploração do homem pelo homem, pela defesa da independência nacional e do socialismo».

## JOVENS TRABALHADORES REUNIRAM-SE NO PORTO

Os problemas dos jovens nas empresas, a sua participação no movimento sindical, a ocupação dos tempos livres e as dificuldades dos estudantes-trabalhadores foram os temas dominantes do Encontro Distrital da Juventude Trabalhadora realizado, no último domingo, nas instalações da Faculdade de Engenharia do Porto. Presentes 350 delegados eleitos em reuniões efectuadas em empresas, sindicatos, escolas e em algumas localidades.

A juventude organiza-se e luta por um futuro melhor. «A trabalho igual salário igual». «Contra a discriminação salarial» foram algumas das palavras de ordem que decoravam o salão nobre, onde decorreram as sessões de abertura e encerramento.

### UNIR A JUVENTUDE

Na sessão de abertura usou da palavra uma representante da Comissão Organizadora que, após ter salientado a importância do trabalho preparatório desenvolvido, denunciou alguns diplomas aprovados pelo Governo, nomeadamente o que estabelece o salário mínimo para os jovens, que viola flagrantemente o princípio «a trabalho igual, salário igual» definido na Constituição. Por outro lado, foi também criticada a inexistência de legislação que proíba os despedimentos que têm atingido milhares de trabalhadores. Prosseguindo a sua intervenção, realçou a importância de que se reveste para o fortalecimento da unidade dos trabalhadores a realização do Congresso de Todos os Sindicatos, tendo lançado um vibrante apelo ao acompanhamento por parte dos jovens daquela importante jornada.

Diversas organizações, designadamente a Intersindical e o Secretariado da USP, enviaram mensagens aos participantes no Encontro. Por seu turno, os delegados presentes saudaram os jovens trabalhadores do Minho e do distrito de Portalegre. Estes últimos, naquela altura, efectuavam o seu Encontro Distrital, em Benaviva.

### CONCLUSÕES

A secção que concitou o interesse do maior número de delegados foi a que analisou o tema «A Juventude e o Movimento Sindical». Foram apontadas como prioritárias as seguintes tarefas: «Intensificação da criação de comissões de juventude em todos os sindicatos do distrito funcionando com um estatuto de grupo de trabalho, reconhecido e apoiado pelas direcções sindicais; Participação de todas as comissões de juventude dos sindicatos na definição e execução das tarefas do Departamento da Juventude da USP, de forma a que este organismo funcione como coordenador da actividade sindical dos jovens do distrito».

Na secção dedicada à «Juventude e a Empresa» foram aprovadas, entre outras, as seguintes reivindicações: «A extensão da atribuição do salário mínimo aos jovens trabalhadores, a partir dos 18 anos, sem prejuízo do princípio de que a trabalho igual deve corresponder salário igual; Fim às discriminações entre trabalhadores com fundamento na idade ou sexo; Concessão de duas horas diárias, remuneradas, aos trabalhadores-estudantes; direito de sindicalização a partir da idade em que começa a trabalhar e definição de um estatuto de aprendizagem a ser discutido pelos sindicatos».

Na secção «A Juventude e os Tempos Livres» foi proposta a criação de grupos ou comissões para fomentar e promover actividades culturais, recreativas e desportivas. Por outro lado, exigiram que as diversas organizações oficiais (INATEL, FAOJ, DGD, etc) organizem e promovam iniciativas — em colaboração com o movimento sindical, organizações populares de base e comissões de trabalhadores que fomentem o contacto permanente entre os jovens estudantes e os trabalhadores.

Na secção que discutiu o problema do trabalhador-estudante foi denunciado «o ataque concertado das forças de direita às modificações verificadas nos métodos e condições de ensino após o 25 de Abril».

Após o termo dos trabalhos realizou-se uma animada sessão de convívio, preenchida com a actuação de diversos cantores e grupos populares.



salário mínimo nacional, de acordo com o aumento do custo de vida».

«O reforço da intervenção dos trabalhadores na vida das empresas e reestruturação dos sectores, através do controlo operário, de forma a melhorar o funcionamento e aumentar a produção» é outra das medidas propostas e par do «não pagamento de indemnizações ao grande patronato, nem devolução das empresas intervenções aos seus sabotadores», a par da «defesa e prosseguimento da Reforma Agrária» e do «cumprimento da Lei do Arrendamento Rural».

## ARBITRARIEDADE NO ACORDO DE EMIGRAÇÃO

A Intersindical Nacional, num comunicado do seu Departamento das Relações Internacionais, «mostra a sua estranheza por mais uma vez o Governo ter assinado um acordo sem que para tal tenha consultado os trabalhadores, desta feita os trabalhadores portugueses emigrantes».

Lembrando várias conferências sobre emigração, cujas conclusões o Governo ignorou, a Intersindical Nacional mostra ainda «a sua estranheza pelas palavras demagógicas do sr. Paul Djaud, que afirmou a sua chegada a Lisboa: «Não tomaremos quaisquer medidas autoritárias que forcem o regresso de trabalhadores estrangeiros aos seus países, apesar da crise económica que a França atravessa!»

«Relembramos a este

sindicatos inscritos para participar no Congresso com um total de 1754597 trabalhadores representados e um total de 1053 delegados ao Congresso.

Dois dias depois de publicada essa lista, a «Carta Aberta» reuniu, num plenário em Coimbra, dirigentes de 16 sindicatos, que voltaram a proclamar que «a maioria dos trabalhadores portugueses» está com eles. No entanto, nem os filiados desses 16 sindicatos os seguem tão ordeiramente como seria do agrado dos divisionistas. Vários desses sindicatos, cujos representantes

## Unidade sindical UM BRAÇO FORTE DA DEMOCRACIA

Da unidade dos trabalhadores se espera a força indispensável para ajudar na solução da crise económica

«O Movimento Sindical Unitário, com a sua dinâmica, com a força que lhe confere o facto de ser o movimento unitário de massas com carácter de classe, está intimamente ligado a todas as grandes conquistas do 25 de Abril. Por isso, os inimigos da Liberdade e da Democracia são os inimigos do Movimento Sindical Unitário. Por isso, todas as tentativas que visam enfraquecer o projecto do Programa de Acção, discutido e emendado no âmbito da discussão preparatória do Congresso de Todos os Sindicatos, não representam apenas centenas de milhares de vozes que escolheram a democracia na via do socialismo. Representam também o desígnio inquebrantável de preservar a unidade contra todas as arremetidas, escolham elas com os disfarces que escolheram, venham elas da legislação antioperária do Governo PS ou dos referendos anti-estatutários e antidemocráticos dos divisionistas da «Carta Aberta», venham elas do projecto fascista de acabar com a liberdade sindical ou do pluralismo da direita, defensor do direito de fração dentro dos sindicatos e da prática generalizada da criação de sindicatos paralelos, com o único objectivo de inventar umas «centrais» com as cores partidárias que o patronato reaccionário entender ou à CIP convier.

Estas palavras do projecto do Programa de Acção, discutido e emendado no âmbito da discussão preparatória do Congresso de Todos os Sindicatos, não representam apenas centenas de milhares de vozes que escolheram a democracia na via do socialismo. Representam também o desígnio inquebrantável de preservar a unidade contra todas as arremetidas, escolham elas com os disfarces que escolheram, venham elas da legislação antioperária do Governo PS ou dos referendos anti-estatutários e antidemocráticos dos divisionistas da «Carta Aberta», venham elas do projecto fascista de acabar com a liberdade sindical ou do pluralismo da direita, defensor do direito de fração dentro dos sindicatos e da prática generalizada da criação de sindicatos paralelos, com o único objectivo de inventar umas «centrais» com as cores partidárias que o patronato reaccionário entender ou à CIP convier.

Os trabalhadores organizados assumiram responsabilidades na defesa e consolidação da democracia que nenhum governo democrático lhes pode retirar. Dos trabalhadores organizados à frente de cooperativas da Reforma Agrária, de empresas nacionalizadas, de empresas em autogestão espera-se a força necessária, a capacidade suficiente para levar a cabo as suas tarefas, para ajudar na solução dos problemas levantados pela crise económica, para que o seu reforço tenha êxito, com o apoio de todas as forças verdadeiramente empenhadas na solução da crise, sem a fazer pagar apenas aos trabalhadores dando satisfação e proveito à recuperação capitalista.

Sem a unidade, os trabalhadores não poderão assumir essas responsabilidades. Fugir-lhes-á a força necessária para sustentar e defender uma autêntica solução nacional para a crise económica.

Por outro lado, quebrando-se a unidade, não haverá verdadeira reivindicação que valha, que persista e vença perante a desagregação do Movimento Sindical, aproveitada pelas forças da direita e de tudo o que é recuperação do grande capital e dos agrários para fazer desaparecer de um instante para o outro todas as conquistas de Abril.

A unidade dos trabalhadores organizados não é apenas a necessária às suas associações de classe. É necessária também à defesa da recuperação económica, à instauração generalizada do controlo operário, ao avanço democrático da Reforma Agrária, à defesa das liberdades garantidas pela Constituição e constantemente sabotadas pelo Governo. Sem unidade, não haverá

também projecto que vingue na melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. O nível de vida da classe operária e dos outros trabalhadores, dos trabalhadores do campo e da cidade, continuará a deteriorar-se, a contratação colectiva continuará a não dar satisfação às mais legítimas reivindicações perante o aumento do custo de vida, os salários continuarão praticamente congelados, à espera de umas migalhas, depois de os lucros aumentarem com o volume que a CIP espera e promove, beneficiando do auxílio do imperialismo americano e da social-democracia europeia.

### É NO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA QUE A UNIDADE SE FORTALECE E SE EXPANDE

«As divergências no seio do Movimento Sindical são menos importantes do que aquilo que nos une. É a experiência das lutas operárias e camponesas contra o fascismo que obriga os trabalhadores conscientes a recusar as aventuras do esquerdismo irresponsável, a recusar falsas promessas da direita, ao mesmo tempo que combatem as tentativas do Governo PS para impor ao movimento operário e popular o divisionismo sindical importado da social-democracia e do imperialismo.

É a unidade que dá força ao Movimento Sindical. E continua a ser na unidade que essa força se defende e aperfeiçoa a sua capacidade de resposta. A unidade não é inimiga da democracia e da liberdade dos sindicatos. É no exercício da liberdade e da democracia que a unidade se fortalece e se expande.

O PCP sempre defendeu esses princípios orientadores do movimento sindical independente e de todo o movimento operário e popular. E não os defende apenas entre os trabalhadores mais organizados, onde a organização dos trabalhadores é mais forte. Defende-os também entre os trabalhadores mais isolados, naquelas regiões onde as condições económicas e sociais facilitam o isolamento dos trabalhadores e das outras camadas exploradas da população.

«A unidade da classe operária e a unidade dos democratas, a serem defendidas e reforçadas, darão aos trabalhadores, darão à democracia portuguesa, uma força imensa e invencível», reafirmou o camarada Alvaro Cunhal num comício recente em Peniche. A organização e a próxima realização do Congresso de Todos os Sindicatos é mais uma contribuição inestimável para a concretização desse objectivo unitário, trave mestra da consolidação da democracia.

# INTERSINDICAL

A Intersindical Nacional é a organização sindical portuguesa unitária e independente.

O carácter unitário da Intersindical tem por base a experiência adquirida pelos trabalhadores portugueses na sua longa luta contra o capitalismo e o fascismo, e assenta na convicção de que a unidade dos trabalhadores se forja na luta contra a exploração de que todos são vítimas, independentemente das suas concepções políticas ou religiosas.

Forja-se também na concepção de que esta unidade é imprescindível na construção de uma sociedade socialista, objectivo máximo de todos os trabalhadores.

A Intersindical é independente em relação aos partidos políticos e ao Governo, mas tal independência não significa de maneira alguma apolitividade. É sobretudo e fundamentalmente uma independência partidária que visa impedir que o Movimento Sindical Português seja atrelado a qualquer organização política.

A Intersindical rege-se pelo absoluto respeito dos princípios democráticos, e a sua acção é determinada pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores em todos os domínios.

## • A Intersindical apareceu pelas mesmas razões dos sindicatos

A Intersindical apareceu pelas mesmas razões dos sindicatos: a necessidade dos Trabalhadores se unirem e organizarem para melhor defenderem os seus interesses de classe.

A ditadura fascista, ao criar os chamados sindicatos nacionais, tinha em vista não só manietar os trabalhadores, para serem facilmente explorados, mas também dividi-los. Para isso criou os sindicatos distritais e os sindicatos profissionais. O enfraquecimento da unidade e organização da classe operária e restantes camadas trabalhadoras que esta estrutura sindical provocava era ainda ampliado pela imposição de direcções sindicais vendidas ao patronato e ao fascismo e por uma legislação repressiva, a que no entanto, a ditadura fascista, corria por profundas contradições, não se podia dar ao luxo de tal «liberalização», pois que a luta reivindicativa-económica dos trabalhadores ao nível das empresas e dos sindicatos, rapidamente degenera em luta política contra o regime fascista e as guerras coloniais, as quais arruinaram a Nação em vidas e em bens e eram uma fonte de descrédito para Portugal. Houve necessidade pois, de aumentar a repressão.

Em Outubro de 1970 sai o Decreto-Lei 492/70 o qual determina que o presidente do tribunal arbitral, que até aí era nomeado pelas partes (Sindicato e Gremio) passe a ser nomeado pelo Ministério das Corporações. É a intervenção directa do Governo na contratação, para melhor defender os interesses dos capitalistas. Pouco depois surge o Decreto-Lei 502/70 que permite ao Governo suspender direcções sindicais e encerrar sindicatos.

As revisões contratuais, a tentativa de resolução dos problemas gerais dos trabalhadores, a consciência objectiva que estes adquirem de unidade patronato-governo, impõem a necessidade de coordenação da acção sindical.

## • A Intersindical cresce imediatamente em aderentes e acção

O ataque geral desencadeado pelo Governo, através dos Decretos 492/70 e 502/70, torna necessária a constituição da frente unida das organizações sindicais. Surge, assim, em 1 de Outubro de 1970 a primeira reunião de direcções sindicais representativas. A convocatória era assinada pelos sindicatos dos **Caixeiros, Lanificios, Metalúrgicos e Bancários**, todos de Lisboa, e na Ordem de Trabalhos constavam os seguintes assuntos:

- Análise do Decreto-Lei 49 212
- Horário de Trabalho
- Censura e liberdade de reunião.

A este encontro nacional de Direcções sindicais foi dado o nome de Intersindical.

Formada naquela data, a Intersindical cresce imediatamente em aderentes e acção. A segunda reunião realiza-se no dia 25 do mesmo mês com a presença de 22 sindicatos de várias zonas do País.

As informações prestadas nas reuniões da Intersindical vão permitir quebrar o isolamento dos sectores profissionais. Várias medidas de solidariedade e apoio são tomadas a partir do conhecimento que a Intersindical tem. Consequentemente, desenvolve-se a luta nos locais de trabalho.

Milhares de bancários movimentam-se à volta do seu contrato colectivo de trabalho; 5000 caixeiros concentram-se em S. Bento em apoio da jornada de 44 horas de trabalho, etc. Paralelamente começa-se a montar a estrutura de delegados sindicais em vários sindicatos.

Em 15 de Novembro desse ano, 20 sindicatos subscrevem os primeiros documentos enviados ao Ministério das Corporações, nos quais se protesta contra os Decretos-Leis 502/70 e 492/70, contra a proibição de reuniões sindicais.

Em 19 deste mesmo mês é constituída uma «Comissão Organizadora Central» e alargado o âmbito da Intersindical. Por outro lado determina-se que as novas adesões à Intersindical, deverão ser apresentadas por membros já filiados.

Em Janeiro de 1971 a Intersindical dá um passo em frente: nessa altura os Sindicatos convocados são já 41, embora quatro assistam como observadores.

Partindo do princípio que a Intersindical é um Movimento Sindical formado por Sindicatos cujas direcções são da confiança dos trabalhadores, houve sempre a preocupação de evitar criar uma estrutura rígida, ou qualquer organismo de cúpula.

Ainda em Janeiro realiza-se a primeira reunião regional e o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto passa a fazer parte da Comissão Organizadora.

Até Junho desse ano realizaram-se seis reuniões em que para além de troca de experiências e informações, se denunciaram irregularidades e arbitrariedades, desenvolveram-se acções de solidariedade, criou-se um grupo de trabalho de Previdência, pressionou-se o Governo no sentido de revogar a legislação lesiva dos interesses dos trabalhadores, mobilizou-se a classe para reivindicar uma representação legítima dos trabalhadores à OIT. Todas estas acções desencadeadas a partir da Intersindical eram, no entanto, discutidas nos Sindicatos através de Assembleias Gerais e circulares.

Como a acção da Intersindical aumentasse, o fascismo fez cair sobre ela a repressão. A polícia começa a aparecer nos locais de reunião da Intersindical e impede a sua realização. Várias Assembleias Gerais e Reuniões de Sócios são impedidas e em Junho e Julho foram presos vários dirigentes sindicais.

Os trabalhadores responderam à repressão: os bancários de Lisboa e Porto fizeram grandes manifestações de rua e paralisações de trabalho protestando contra a prisão dos seus dirigentes.

Vários outros Sindicatos se manifestaram solidariamente.

Continuando a repressão, o fascismo encerrou os Sindicatos dos Bancários de Lisboa e Porto. A intenção era clara: pretendia-se aniquilar completamente a Intersindical.

Mas este objectivo jamais foi alcançado pelo fascismo. Embora em condições mais difíceis, de Julho de 1971 a fins de 1972 a Intersindical continuou a reunir, a tomar posições sobre os mais variados problemas da actividade da

Nesta nova fase houve a preocupação de analisar as condições em que se verificou a onda repressiva de 1971, pois era necessário defender todo o trabalho. A admissão de novos membros é mais cautelosa, sendo cada caso examinado pela Assembleia. As reuniões são marcadas com uma antecedência mínima e em locais dados a conhecer um ou dois dias antes.

Por outro lado, dá-se muito maior atenção ao trabalho de base, e procura-se coordenar o trabalho dos Delegados - Sindicatos - Intersindical.

Definem-se melhor os objectivos e meios de acção: concretamente, expressa-se o carácter unitário e independente da Intersindical; metodiza-se o trabalho; trocam-se experiências, informações e acções de solidariedade; incrementam-se Comissões de Delegados por empresa, luta-se contra a legislação fascista, reforça-se a organização sindical e desencadeiam-se acções conjuntas.

Dentro desta linha começa a haver reuniões com delegados sindicais, formam-se vários grupos de trabalho - «Previdência», «Organização Sindical», etc., há um intercâmbio constante entre os Sindicatos.

## • Foi a Intersindical que planeou a grande campanha pelo salário mínimo nacional

No fim de 1973, foi devido à Intersindical que se pôde fazer frente à legislação opressora que saiu, nomeadamente a Portaria 734/73, com a qual o Governo tentava amputar os Sindicatos de alguns dos seus mais válidos colaboradores.

Foram 46 Sindicatos que, em acção conjunta, decidiram tomar posição contra esta Portaria. Pode dizer-se que a Intersindical contava no seu seio, ainda no tempo do fascismo, já com cerca de meia centena de Sindicatos.

Esta grande vitória só foi possível devido à frente unida dos trabalhadores. Só assim se conseguiu desmistificar o Congresso da Previdência de que o Governo queria tirar o máximo proveito. Foi a Intersindical que planeou a grande campanha de massas pelo «Salário Mínimo Nacional» cujos efeitos práticos e benéficos se prolongaram até depois do 25 de Abril.

Em Novembro de 1973 foram criadas três zonas regionais, Norte, Centro e Sul, onde os Sindicatos reuniram mais amiúde. Esta divisão correspondeu à necessidade criada do trabalho mais ligado às bases, ao mesmo tempo que permitia a participação do maior número de Sindicatos, e uma melhor atenção aos problemas locais.

O «Secretariado», que tinha a função de fazer as actas das reuniões, as convocatórias e sugerir a ordem de trabalhos, era formado por um Sindicato do Norte, um Sindicato do Centro e três do Sul.

Este «Secretariado» tinha funções executivas, embora com a possibilidade de, funcionando como um grupo de trabalho, apresentar propostas e projectos que eram depois apreciados e discutidos nas reuniões que funcionavam de maneira democrática, tendo cada Sindicato presente um voto.

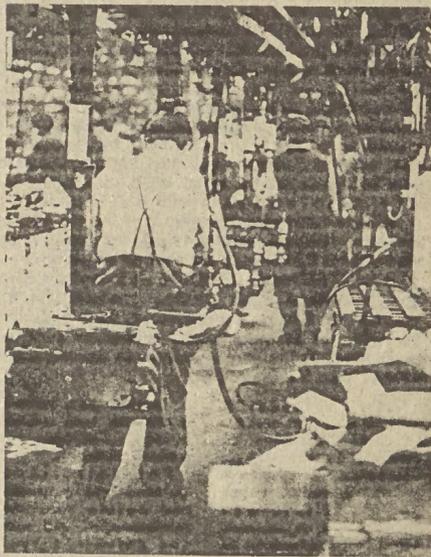
O «Secretariado» reunia regularmente, coordenando o trabalho das três zonas, o que permitiu que as Intersindicais a nível nacional passassem a uma periodicidade de dois meses.

Mantendo-se os cuidados de não criar estruturas orgânicas rígidas e burocráticas, que facilmente seriam atingidas pela repressão, havia no entanto uma estrutura flexível e contactos que garantiam um bom funcionamento.

Em 1974 assistiu-se a uma proliferação de leis de carácter repressivo; à presença da «polícia de choque» no local marcado para uma reunião da Intersindical; à proibição de Assembleias Gerais e Reuniões de Sócios em Sindicatos. Enquanto isso, os trabalhadores lutavam através de greves e manifestações de Norte a Sul do País.

## • A 26 de Abril de 1974 a Intersindical toma posição sobre a queda do fascismo

No dia 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas liberta o País do regime fascista. Logo no dia 26 o «Secretariado» convoca uma reunião a fim de a Intersindical reunir a 27, e tomar posição. Além disso, havia que rediscutir e levar avante a manifestação do 1.º de



Maio, ao mesmo tempo que aparecem as primeiras adesões dos Sindicatos conquistados pelos trabalhadores. A manifestação do 1.º de Maio foi mais uma prova de força e de poder de mobilização da Intersindical, ao mesmo tempo que se confirmou a via correcta seguida dum movimento sindical unitário.

Dá em diante a Intersindical é contactada e solicitada consecutivamente em todo o País. Os trabalhadores afastam as direcções sindicais fascistas e tomam conta dos destinos das respectivas organizações e, naturalmente, pedem o apoio da Intersindical. Por outro lado, compreendendo que só a unidade e organização de todos os trabalhadores podem consolidar a democratização do País, inscrevem-se na Intersindical.

Diferentemente do que acontecia, há que dar resposta imediata e atender solicitações urgentes a dezenas de problemas diários, o que era incompatível com um organismo único, criado para o estudo e desenvolvimento de acções de interesse geral. Por isso, embora mantendo a unidade da Intersindical, criam-se as Uniãoes.

Primeiro a do Porto e a do Sul; mais tarde, depois do estudo da situação, criaram-se diversas Uniãoes Distritais.

A descrição pormenorizada da actividade da

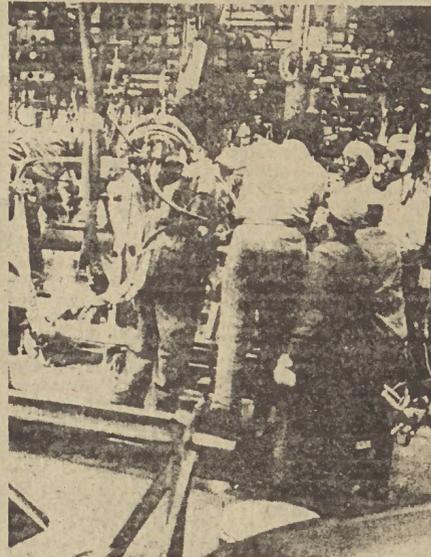
Intersindical durante este ano de vivência revolucionária no nosso País não cabe no espaço necessariamente limitado de um simples relatório.

Daremos realce a um ou outro facto que pela sua importância, quer a nível nacional quer a nível internacional, tenham sobressaído da luta diária pela defesa dos interesses dos trabalhadores, pelo avanço do processo revolucionário e pela construção de um forte Movimento Sindical.

## • As características da Intersindical

### 1 - A Intersindical é uma organização de classe

a) Ela apresenta-se portanto como a organização elementar de toda a classe trabalhadora em oposição aos



patrões que estão organizados nas suas associações (Grémios, Assoc. Patronais e CIP - Confederação da Indústria Portuguesa).

b) Isto não chegaria no entanto para fazer da Intersindical uma organização de classe. Esta característica depende fundamentalmente da sua orientação e da sua acção.

Na realidade a Intersindical agrupa e guia os trabalhadores nas acções tornadas necessárias pela existência da luta de classes pela defesa dos seus interesses, pelas mudanças radicais a que eles aspiram.

Esta concepção de luta de classes e consagrada nos estatutos da Intersindical em particular pelo artigo 8.º que põe em evidência a luta pela emancipação da classe trabalhadora e o fim da exploração do homem pelo homem.

### 2 - A Intersindical é uma organização de massas

a) A organização e a acção de massas dos trabalhadores é indispensável. Com efeito a única força social de que dispõem os operários é a do seu número e do seu papel determinante na produção. O interesse da classe operária é por conseguinte ter sindicatos reunindo as mais amplias massas.

Toda a experiência sindical prova que a dispersão das forças sindicais, o pluralismo sindical, a divisão operária, são contrárias aos interesses dos trabalhadores, porque tendem a impedir ou a reduzir o seu poder de acção.

b) Esta organização e esta acção de massas são possíveis.

Assim é de facto, porque a existência de interesses comuns a todos os trabalhadores assalariados (interesses comuns baseados na existência da luta de classes) é uma realidade mais forte do que as diferentes ideologias e as variadas escolhas políticas dos trabalhadores.

Nesta base se compreende a unidade de todos os trabalhadores em torno da mesma organização (Intersindical).

A existência e a força da Intersindical são dislo testemunho.

Inversamente as forças reaccionárias e imperialistas tudo fazem para dividir o Movimento Sindical porque sabem que dividir é reinar.

c) Para que a organização sindical seja uma organização de massas a Intersindical satisfaz certas condições:

1.º - Está aberta a todos os trabalhadores. A filiação dos Sindicatos na Intersindical é voluntária.

As convicções políticas, religiosas ou filosóficas não são de maneira alguma uma barreira em conta no seio da organização. Nenhuma discriminação desta natureza é tolerada no seio da Intersindical.

2.º - Coloca no seu centro os interesses que unem os trabalhadores, susceptíveis de unir e levar à acção o maior número. São interesses económicos e sociais, mas não exclusivamente, porque, a luta de classes não é só económica; ela é também política.

3.º - É resolutiveamente unitária a obra para que as acções mobilizem o maior número possível de trabalhadores: - acções decididas com os trabalhadores e acções amplas.

4.º - Finalmente, a Intersindical considera que a competência dos organismos sindicais (Sindicatos, Federações, etc.) têm limites de se querer manter o carácter de massas destas organizações, porque não são partidos políticos e não podem ter a mesma competência que estes.

Isto significa que certos problemas são afastados para e simplesmente (problemas filosóficos e partidários, por exemplo).

Isto significa ainda que entre as questões políticas a Intersindical distingue as que justificam uma posição sindicalista e as que com ela nada têm, as que tornam impossível ao movimento sindical intervir sem comprometer a sua unidade.

### 3 - A Intersindical é uma organização independente e democrática

Mas existem ainda duas condições a que se submete a Intersindical, sem as quais ela não poderia ser verdadeiramente nem uma organização de classe nem uma organização de massas.

a) A independência da Intersindical. Independente do patronato, do Estado e dos partidos políticos.

É uma questão de princípio que não admite nenhuma excepção.

Esta independência é garantida pelos Estatutos. Todavia, esta independência em relação às formações políticas não deve ser confundida com a indiferença, a neutralidade ou mesmo a hostilidade sistemática a tudo o que não é do Sindicato, até porque as forças políticas e filosóficas desempenham um papel importante na vida do País e pesam positiva ou negativamente nas reivindicações operárias e na sua satisfação.

O essencial é que o Movimento Sindical conserve a sua inteira independência orgânica, a sua liberdade de determinação e acção.

b) A Intersindical é uma organização democrática.

A prática da democracia sindical, isto é, a elaboração e a tomada de decisões pelos membros da organização sindical tem uma importância determinante.

Porquê?

Porque os Sindicatos agrupam assalariados que não têm entre si, pelo facto de pertencerem a uma mesma classe social, qualquer antagonismo fundamental de interesses mas, no entanto, existem apreciações diferentes sobre as reivindicações a apresentar, sobre a sua respectiva prioridade sobre os meios a pôr em acção para obter satisfação, etc.

Os membros dos Sindicatos podem igualmente ter opiniões diferentes em relação à escolha dos homens e mulheres encarregados de os representar, de os dirigir e de administrar a sua organização.

Estas opiniões devem exprimir-se livremente a todos os níveis do Movimento Sindical, sobre um fundo de interesses comuns a todos os membros da organização sindical. As decisões devem ser tomadas democraticamente, procurando com um espírito o mais largo possível, aquelas que são susceptíveis de fazer chegar a um acordo o maior número possível.

Os Estatutos da Intersindical fixam as regras da sua vida democrática.

## • A estrutura da Intersindical

A ditadura fascista tudo fez para explorar e dividir os trabalhadores, foi por isso que criou os Sindicatos nacionais e profissionais.

Toda a estrutura sindical consistia no enfraquecimento da unidade e da organização da classe operária e restantes trabalhadores. Mas o fascismo não se contentava só com isso, aprovava legislação repressiva e tudo fazia para a imposição de direcções sindicais vendidas ao patronato e ao fascismo.

É evidente que com o 25 de Abril os trabalhadores correram com as direcções fantoches e abriram-se amplas perspectivas para estruturar o Movimento Sindical visando a defesa intransigente dos trabalhadores e o fim da exploração do homem pelo homem.

A estrutura da Intersindical traduz no plano das formas de organização as suas características fundamentais:

- organização de luta da classe operária e de toda a classe trabalhadora
- organização de massas
- unidade na acção, a força dos trabalhadores.

### 1 - Princípios gerais da organização da Intersindical

a) Transformação do sindicalismo de profissão em sindicalismo vertical

O Sindicalismo de profissão consistia em dividir os trabalhadores, quebrando a sua força. É evidente que em qualquer empresa existem várias profissões e o número de Sindicatos em que os trabalhadores estavam integrados era igual ao número de profissões.

O Sindicalismo vertical ou seja, por ramo de actividade, consiste em unir todos os trabalhadores que exercem a sua actividade num determinado sector num mesmo Sindicato.

b) A base fundamental da organização, e da acção do Movimento Sindical deve ser na empresa. (Lugar de exploração, de acção e de unidade dos trabalhadores).

c) A Intersindical tudo faz para ter bases de organização que partindo das empresas, atinjam todos os sectores da vida económica, social e política portuguesa.

(Empresas - Localidades - Distritos - Intersindical)

d) Estas diversas organizações devem estar com efeito ligadas entre si por um laço de adesão que vise coordenar as actividades e as acções sindicais. Mas cada organização guarda a mais larga liberdade de orientação e acção.

### 2 - As ligações entre as organizações de uma mesma indústria (estrutura vertical)

Comissão Sindical de Empresa - Sindicato ou Delegação - Federação Nacional: esta estrutura permite variantes, motivadas pelos caracteres próprios a certas indústrias e uma organização interna correspondente aos problemas particulares deste ou daquele ramo ou categoria.

Exemplo: Numa Federação existem ramos técnicos que correspondem a determinados ramos de indústrias agrupadas na Federação.

### 3 - As ligações entre as organizações de uma mesma circunscrição administrativa sem consideração da indústria a que pertencem (estrutura horizontal)

No plano local os sindicatos de todas as indústrias e as comissões sindicais constituem a União Local.

No plano distrital os sindicatos de todas as indústrias e as Uniãoes Locais constituem a União Distrital.

A Intersindical integra 7 Uniãoes Locais e 17 Uniãoes Distritais.

### 4 - Intersindical - Central Única dos Trabalhadores Portugueses e Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

É o conjunto das Associações Sindicais que exercem a sua actividade em Portugal Continental e Ilhas Adjacentes.

É o conjunto das organizações das estruturas horizontais e verticais.

Tem o objectivo de coordenar todo o movimento sindical.

Os órgãos da Intersindical são:

a) Congresso (órgão máximo).

É constituído por todos os sindicatos filiados.

Compete ao Congresso a definição da linha de orientação da actividade sindical, a eleição dos membros do Secretariado Nacional e a alteração dos Estatutos da Intersindical Nacional.

b) Plenário.

É constituído pelos Sindicatos filiados, pelas Federações e pelas Uniãoes distritais.

De todas as competências do Plenário as fundamentais são:

Definir as medidas a adoptar para pôr em prática as deliberações do Congresso e pronunciar-se sobre todas as questões que sejam submetidas à sua apreciação pelo Secretariado Nacional ou pelos associados.

c) Secretariado Nacional.

Compete à direcção a coordenação de toda a actividade da Intersindical Nacional de acordo com a orientação definida pelo Congresso e com as deliberações do Plenário.

d) Conselho Geral.

Tem funções consultivas e deverá ser ouvido pelo Secretariado Nacional sempre que este o considere necessário.

Toda esta estrutura não está devidamente definida devido à herança do fascismo. Neste momento encontra-se numa grande evolução.

Tem por finalidade: colocar a organização mais perto dos trabalhadores e dar-lhe a maior eficácia e força possíveis.

(Extracto de um documento publicado pela Intersindical)

# TRABALHADORES DE SETÚBAL REFORÇAM A SUA UNIDADE

Levando à prática as decisões do recente Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, Dirigentes e Delegados Sindicais, realizou-se no passado sábado, em Setúbal, um plenário distrital de trabalhadores para o qual foram convidados os grupos parlamentares do PS e do PCP, não tendo, no entanto, comparecido qualquer deputado do Partido Socialista.

A ordem de trabalhos incluiu pontos de análise e discussão de assuntos tão importante para os trabalhadores portugueses como o controlo operário, o decreto da quotização sindical, o direito à greve, a contratação colectiva, as empresas em autogestão, as cooperativas e a lei dos despedimentos.

A partir do momento em que o Estado passa a gerir, ainda que temporariamente, uma empresa financiando-a, e não apontando o decreto para a nacionalização, está-se perante uma lei de recuperação capitalista, está-se perante formas muito concretas de capitalismo de Estado.

A mesa que orientou os trabalhos era constituída por representantes da Cintura Industrial de Setúbal, da União dos Sindicatos do distrito, da Intersindical, das empresas intervenionadas, cooperativas, da Cintura Industrial de Lisboa, bem como por dois representantes do grupo parlamentar do PCP, camaradas Jaime Serra e Domingos Abrantes. O camarada Domingos Abrantes, na sua qualidade de convidado, proferiu uma importante intervenção em que focou o carácter antioperário e de recuperação capitalista das medidas tomadas pelo primeiro governo constitucional, nomeadamente em matéria de legislação de trabalho.

Referiu-se especialmente ao facto de os trabalhadores não terem sido ouvidos, através das suas estruturas representativas, e ainda de grande parte da matéria legislada neste campo não ter passado pela Assembleia da República, facilitando deste modo a recuperação capitalista.

O camarada Domingos Abrantes debruçou-se ainda, com particular destaque, sobre o decreto das quotizações, da contratação colectiva e dos despedimentos, salientando o seu carácter repressivo. Na sua intervenção, informou os trabalhadores das posições assumidas pelos deputados comunistas na Assembleia da República em defesa das conquistas alcançadas, destacando especialmente os projectos já apresentados e a apresentação pelo grupo parlamentar do PCP em matéria de legislação de trabalho.

Recordou ainda o que está expresso na Constituição sobre a participação dos trabalhadores, quer no controlo da gestão, quer na legislação de trabalho ou no Plano, sendo tarefa importante dos trabalhadores a exigência de que a Constituição seja cumprida, finalizando a sua intervenção frisando a decisiva importância da unidade e firmeza dos trabalhadores, até pelos reflexos que as mesmas assumem, em termos de correlação de forças, na Assembleia da República.

## DIVERSAS INTERVENÇÕES

No decorrer dos debates, um trabalhador do comércio alertou a assembleia para o carácter antioperário e de recuperação capitalista do decreto 864/76, pelo qual, em qualquer empresa declarada oficialmente em estado de crise económica, poderá deixar de ser cumprida a convenção colectiva, processando-se desse modo a recuperação da empresa à custa dos trabalhadores.

Sobre a quotização sindical e segundo a opinião expressa por um trabalhador químico ao pronunciar-se acerca do decreto 841-B/76, este visa

## EM LISBOA E OUTRAS CIDADES

Trezentas e sete comissões de trabalhadores, 810 delegados sindicais e 87 dirigentes de sindicatos exigiram, no último sábado, na Voz do Operário, em Lisboa, a revogação das leis antioperárias do Governo, a participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho e o cumprimento da Constituição.

Plenários idênticos, com a participação de muitas centenas de representantes dos trabalhadores, aprovaram conclusões semelhantes em Coimbra, Braga e Vila Real, além de Setúbal.

No sábado e no domingo da semana anterior tinham-se efectuado plenários do mesmo tipo, contra a legislação antioperária, nos distritos do Porto, Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Portalegre, Santarém e Faro. No próximo dia 22, plenários idênticos e com o mesmo objectivo decorrerão nos distritos de Évora, Beja e Viana do Castelo.

Apoiando incondicionalmente a realização do próximo Congresso de Todos os Sindicatos dos trabalhadores que participaram nessas reuniões aprovaram documentos rejeitando os decretos governamentais sobre quotização sindical, despedimentos, regulamentação de eleições em organizações de trabalhadores, contratação colectiva e outras medidas arbitrárias do Executivo.

criar grandes dificuldades económicas aos sindicatos, as quais poderão vir a afectar o trabalho de toda a organização sindical. Se nas regiões de Lisboa, Setúbal e outros grandes centros urbanos a quotização se pode efectivar através dos delegados sindicais nos próprios locais de trabalho, o mesmo não se pode afirmar de outras regiões onde impera a coacção do patronato reaccionário, cuja actividade repressiva impede, a todos os níveis, a actuação dos delegados sindicais, como é o caso da Têxtil Manuel Gonçalves e de muitas outras empresas do país.

Outra das importantes intervenções deste plenário coube a um trabalhador rural que, em poucas mas claras palavras, denunciou o ataque desenfreado a uma das mais importantes conquistas da revolução. Na sua intervenção, denunciou toda a série de arbitrariedades praticadas em terras novas alentejanas, nomeadamente as desanexações feitas de forma a tornar inviáveis

economicamente as UCPs, sem que previamente tenham sido ouvidos os trabalhadores. Foi salientado que o processo de desanexações se devia ter realizado simultaneamente com o das expropriações para que o direito de reserva não atentasse contra a viabilidade económica das cooperativas.

O mesmo orador denunciou igualmente a entrega de dezenas de milhares de postos de trabalho — é o próprio Governo que entra no processo, criando toda uma série de dificuldades que irão na prática, manifestar-se na baixa de produção, no desemprego, com o consequente aumento das importações alimentares e do endividamento externo, o que se traduzirá, inevitavelmente, numa cada vez maior sujeição ao imperialismo.

## SAUDAÇÃO AO CONGRESSO

Em resultado do produtivo trabalho de análise e discussão efectuado ao longo do plenário, foram aprovadas várias moções que exprimem, efectivamente, a vontade da grande maioria

dos trabalhadores do distrito acerca dos problemas que mais directamente lhes dizem respeito. Estão neste caso as moções de repúdio pela legislação antioperária, pela política de Barreto & Portas contra a Reforma Agrária, pela lei de quotização sindical, pela suspensão dos 23 trabalhadores da RTP. Foi ainda aprovada uma moção acerca do Congresso de Todos os Sindicatos, do seguinte teor:

Dada a importância fundamental que reveste a realização do Congresso de Todos os Sindicatos para preservar e reforçar a unidade dos trabalhadores portugueses e defender consequentemente as conquistas fundamentais alcançadas pelos trabalhadores portugueses após o 25 de Abril e em face do trabalho de mobilização e esclarecimento desenvolvido pela CNOC no seio dos trabalhadores, os dirigentes sindicais e delegados sindicais e membros das CTS presentes no plenário decidem:

Saudarem a realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Intersindical e desejarem grandes êxitos nestes e outros pontos. Apoiar a CNOC e todo o trabalho desenvolvido por esta no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para o Congresso.



Saudando a unidade, saudando o 18 de Janeiro cujo 43.º aniversário se comemorou na Marinha Grande. Esta data foi de festa e de memória presente dos que tomaram vítimas da repressão fascista

# O 18 de Janeiro NA MARINHA GRANDE COMEMOROU-SE A UNIDADE CONSTRUINDO O FUTURO

A Marinha Grande, com as fábricas encerradas e os trabalhadores nas ruas, festejou este ano o 18 de Janeiro sob o signo da unidade da classe operária e dos restantes trabalhadores. Dia grande da luta contra o fascismo, dos seus próprios erros se extrairam lições para o futuro. Foi para ele virado que a jornada decorreu este ano, com os olhos postos no próximo Congresso de Todos os Sindicatos. Dia de festa e também

de memória presente dos que tomaram vítimas da repressão fascista, o 18 de Janeiro foi lembrado por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Nas cerimónias comemorativas participaram representantes da Intersindical, da Juventude Trabalhadora (dos vidreiros) e da União dos Sindicatos de Leiria. Moções saudando a data e a luta dos trabalhadores foram recebidas do Sindicato dos Químicos (secção de Leiria), do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria, da Lisnave e do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis e Lanifícios de Castanheira de Pera. Participaram também nos festejos representantes dos sobreviventes da repressão desencadeada pelo fascismo, depois das lutas que culminaram no 18 de Janeiro de 1934.

A passagem de 43 anos sobre essa data, que permanece na memória dos trabalhadores, teve repercussões em todos os meios de comunicação social e foi saudada por todo o País. Na Marinha Grande, onde a luta desse dia foi mais dura e mais dura também a repressão fascista, as comemorações iniciaram-se às 9 horas da manhã, com uma alvorada, e prosseguiram com uma romagem ao cemitério, em memória das vítimas da repressão, com um almoço de convívio, com um pequeno comício e uma sessão de canto livre com a presença da bem acolhida de artistas locais, entre eles o Rancho dos Pescadores da Praia da Avieira,

e de artistas convidados como Carlos Paredes, Luisa Bastos e José Jorge Letria. Muitas centenas de trabalhadores marinhenses e de outras terras, participaram com as suas famílias em todos os actos comemorativos, que terminaram cerca da meia-noite com uma concorrido colóquio sobre sindicalismo.

Saudando o 18 de Janeiro, as escolas paralisaram durante 15 minutos, por proposta da Associação dos Estudantes do Ensino Secundário. A Caixa Sindical Vidreira encerrou durante todo o dia. Algumas lojas fecharam para que todos pudessem participar nas comemorações.

As ruas estavam cheias de trabalhadores da terra e de visitantes. O Centro de Trabalho do PCP, com a instalação sonora ligada para o exterior, foi um local de encontro privilegiado. A frequência, que é sempre grande, aumentou no 18 de Janeiro e a afluência de trabalhadores prolongou-se pela noite dentro.

No comício, presidido por representantes da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, estavam presentes delegados da Intersindical Nacional, da Juventude Trabalhadora (sector vidreiro) e dos sobreviventes do 18 de Janeiro. Nele foi lembrada com emoção a data celebrada, ao mesmo tempo que eram apontadas as lutas de hoje no âmbito do Movimento Sindical contra as forças cisionistas e contra a legislação antioperária

do Governo, numa perspectiva do reforço permanente da unidade, no estrito respeito pela independência, pela democracia e pela liberdade das associações sindicais.

Visitámos o Centro de Trabalho do PCP. Ai se comentavam provocações recentes, tentativas sem êxito de adular a luta unitária dos trabalhadores com calúnias e falsas interpretações da data histórica que se comemorava. Os camaradas condenavam a actuação irresponsável de um bando de provocadores. Mas a condenação desses actos, embora firme, não veio perturbar por pouco que fosse o significado das comemorações e o carácter da jornada que, pela terceira vez, depois do derrubamento do fascismo, encontrou na Marinha Grande, como em todo o País, os trabalhadores dispostos a fortalecer a sua unidade de modo a torná-la uma arma invencível.

A organização do Congresso de Todos os Sindicatos e o progresso que veio trazer ao avanço unitário do Movimento Sindical teve nesse dia, juntamente com a lembrança dos camaradas desaparecidos, como José Gregório, António Guerra, Manuel de Carvalho, activos participantes do 18 de Janeiro, uma repercussão que os camaradas vidreiros bem salientaram, hoje como ontem, ao lado de todos os trabalhadores marinhenses, de todos os trabalhadores portugueses, na mesma frente da luta pelos objectivos mais caros aos verdadeiros defensores da democracia a caminho do socialismo.



A jornada de domingo passado na FIL, em que mais de 10000 pessoas participaram, tendo entusiasticamente prestado o seu apoio à iniciativa dos 24, comprovou a falsidade dos ataques do SEC ao teatro independente

# JORNADA DE LUTA CONTRA A SEC DOS 24 GRUPOS INDEPENDENTES

### Os trabalhadores de teatro desafiaram o secretário de Estado da Cultura para um debate público

Mais de dez mil pessoas testemunharam, no passado domingo na FIL e ao longo de várias horas, a sua activa solidariedade para com os 24 grupos de teatro independente que se encontram em luta contra a política antiteatral e anticultural da Secretaria de Estado da Cultura.

Desde as primeiras horas da tarde que os milhares de pessoas foram acorrendo à FIL, a fim de assistirem às várias iniciativas integradas nesta jornada de luta dos trabalhadores de teatro. Na nave central, onde um grande cartaz indicava a razão de ser da luta dos 24 grupos — "Teatro Para os Trabalhadores" — cada um dos grupos em luta possuía um "stand" onde dava conta das suas actividades, dos seus projectos, onde expunha alguns dos seus materiais.

Ao meio da sala, um grande palco foi o pólo de atracção do maior número de pessoas, pois nele desfilaram grande número de artistas que quiseram, desse modo, manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores de espectáculo. Noutros palcos realizaram-se espectáculos de alguns dos grupos em luta e teatro infantil. Todos eles sempre a abarrotar de gente, vivamente interessada e entusiasmada, que não regateava os seus aplausos aos artistas.

A noite, enquanto decorriam os espectáculos, uma pequena sala acolheu várias centenas de pessoas que participaram num colóquio que contou com a participação de encenadores, actores, críticos e dramaturgos, dos nomes mais destacados do teatro português.

A jornada de luta dos 24 grupos de teatro independente apresenta, desde já, uma primeira vitória: a da unidade. Com efeito, sabendo unir-se à volta do essencial, os trabalhadores dos 24 grupos de teatro — os mais representativos do teatro português — têm conseguido manter e reforçar essa unidade, condição

indispensável para que a sua luta possa vir a terminar vitoriosamente.

Grupos com diferentes projectos ideológicos e estéticos trabalharam entusiasticamente lado a lado e souberam apresentar-se perante o público como um só bloco que enfrenta firmemente as tentativas de destruição do teatro independente empreendidas pela Secretaria de Estado da Cultura.

Entretanto, numerosas organizações de trabalhadores, nomeadamente a Intersindical, fizeram chegar à FIL as suas mensagens de apoio e solidariedade, acolhidas entusiasmadamente pelos muitos milhares de pessoas. Entre elas, destacou-se uma moção enviada por mais de dois mil trabalhadores agrícolas da região de Beja, aprovada por unanimidade e aclamação no decorrer de uma sessão do MUTI realizada no dia anterior naquela cidade.

A jornada do passado domingo comprovou que todas as acusações e calúnias lançadas pela SEC contra os

trabalhadores dos 24 grupos de teatro são falsas, pois eles deram provas de que a sua actividade é, de facto, indispensável, à cultura nacional e às massas trabalhadoras.

Comprovando que a sua luta é inteiramente justa, todos os presentes — trabalhadores dos grupos e público — aprovaram uma moção desafiando o secretário de Estado da Cultura para um debate público a realizar no maior teatro de Lisboa e transmitido pela televisão, para que através da discussão o povo português possa ver quem está do lado da razão, isto é, quem o serve: se o senhor secretário de Estado se os trabalhadores dos 24 grupos.

Entretanto, durante uma concentração efectuada na segunda-feira em S. Bento, os trabalhadores de teatro entregaram ao Presidente da Assembleia da República uma petição assinada por milhares de pessoas para que aquele órgão de soberania se pronuncie sobre o despacho anticultural da SEC.

# CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Integrando-se na luta geral contra o aumento do custo de vida, nomeadamente quanto à alarmante escalada de preços dos géneros de primeira necessidade, o MDM está a fazer circular a nível nacional um abaixo-assinado, que poderá ser subscrito nas suas sedes, dirigido ao Presidente da Assembleia da República.

1 — Que em 1976, se verificou um aumento brutal e generalizado dos preços dos produtos de primeira necessidade;

2 — Que, em 1977, apesar do Governo se ter comprometido na Assembleia da República em manter inalteráveis os preços dos produtos essenciais, eles continuam a subir, e mesmo a faltar.

Requeremos a essa Assembleia providências com o fim de pôr cobro à alta escandalosa do custo de vida e à falta de muitos produtos.

# LUTAS E TAREFAS DO DIA-A-DIA SINDICAL

As actividades do movimento sindical continuam voltadas essencialmente para o Congresso de Todos os Sindicatos, que terá início em Lisboa dentro de uma semana. É nesse âmbito que se desenvolve a maioria das lutas e tarefas, mobilizando centenas de milhares de trabalhadores por todo o País. A questão da cobrança das quotas sindicais, a restante legislação antioperária do Governo PS e os vencimentos da Função Pública constituíram também pontos altos da movimentação sindical nos últimos dias, num processo de reivindicação e luta que prosseguirá em defesa dos direitos e interesses da classe operária e dos outros trabalhadores duramente afectados pelas medidas arbitrárias e anticonstitucionais do Governo.

## É geral o repúdio pela «lei das quotas»

Grande número de Sindicatos, à semelhança de muitos outros que já se manifestaram publicamente sobre o assunto, condenam em termos inequívocos a promulgação do Decreto-Lei 841-B/76 que altera o sistema de cobrança e remessa da quotização sindical bem como a posterior interpretação por via legal do mesmo diploma com a qual o Governo pretende anular as cláusulas das convenções colectivas de trabalho que obrigam o patronato e as empresas a proceder à cobrança das quotas sindicais e a remetê-las aos Sindicatos.

Entre os protestos ultimamente publicados destacam-se os da Federação dos Sindicatos Ferroviários, Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa, Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa e Sindicato dos Bancários do Centro.

Na generalidade, as associações sindicais condenam a ofensiva antioperária e anti-sindical do Governo, exigem a participação dos trabalhadores na legislação que lhes diz respeito e chamam a atenção para o facto de competir aos trabalhadores, atra-

vés dos seus sindicatos, a função de "negociar livremente com o patronato, nas convenções colectivas, o esquema de cobrança de quotizações a adoptar, mantendo-se em vigor, enquanto os trabalhadores o entenderem, as cláusulas das convenções colectivas que apontam a cobrança pelo patronato", como refere o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul, cuja direcção é afectada ao partido do Governo é a «Carta Aberta».

Os sindicatos pedem a revogação imediata do Decreto-Lei 841-B/76 e exigem que as quotas sindicais continuem a ser cobradas pela entidade patronal.

## Nova iniciativa contra a tabela da Função Pública

A entrega de uma petição com milhares de assinaturas levou a S. Bento, na última segunda-feira, milhares de trabalhadores da Função Pública, numa concentração de apoio às associações sindicais do sector que, entre outras iniciativas, exigem que a questão dos 15% de aumento, imposto pelo Governo, seja debatida pela Assembleia da República. No documento, a nova tabela de vencimentos é considerada inconstitucional por ter sido decretada sem audição prévia das organizações representativas dos trabalhadores. O aumento de 15% para todas as categorias é considerado pelos sindicatos da Função Pública como insuficiente perante o aumento do custo de vida (mais de 30%). Para que a Constituição seja cumprida, os trabalhadores exigem a negociação do aumento salarial, através dos seus sindicatos. A concentração em S. Bento foi convocada por 10 associações sindicais do sector, incluindo os Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública das Zonas Sul, Centro e Norte e o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

## Reunião de trabalhadores do Turismo

Um grupo de trabalhadores do sector do Turismo convocou para amanhã, às 21 horas, no Hotel Altis, em Lisboa, uma reunião para

discutir a situação em que se encontram os profissionais da Informação Turística, intérpretes e tradutores, e para tomar medidas perante a «acumulação de problemas que atormentam a classe». Num manifesto subscrito por algumas dezenas de filiados no Sindicato do sector critica-se a direcção sindical e faz-se um apelo à unidade, condição básica para arrancar com iniciativas que defendem os interesses da classe.

## Dez meses para negociar um contrato

Cerca de 250 mil trabalhadores metalúrgicos continuam à espera do seu Contrato Colectivo Vertical, que está em negociações desde Março do ano findo. A Comissão Negociadora Sindical não se tem poupado a esforços para contrariar as tentativas de boicote por parte do patronato, que chegou a propor tabelas salariais inferiores às da portaria de Junho de 1975! Um dos membros daquela Comissão afirmou: «Estamos os interessados em que as negociações continuem. Se falharem, é por culpa exclusiva dos patrões, que serão responsáveis pela situação que pretendem criar». Comentando a última atitude do patronato, outro elemento da Comissão acrescentou: «Não é por acaso que a manobra de boicote das negociações surge neste momento. Ela integra-se num movimento mais vasto e que se destina a obrigar os trabalhadores a pagarem a crise para a qual não contribuirão».

## Bancários pedem assembleia

Cerca de trezentos trabalhadores filiados no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, com sede em Lisboa, consideram, num requerimento pedindo uma assembleia geral, que o referendo realizado recentemente é «antidemocrático e antistatutário, por isso nulo e de nenhum efeito». Os trabalhadores requerem a assembleia geral para, «por voto secreto e directo», se decidir acerca da participação ou não no Congresso de Todos os Sindicatos.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**Propriedade**  
Partido Comunista Português  
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 772284

**Administração**  
Editorial Avante, SARL  
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

**Direcção e Redacção**  
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725-769722

**Distribuição**  
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL  
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel.: 769744-769751  
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705  
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto, Tel.: 28938  
Casa da Venda: R. do Almada, 16-2.º Esq. — Porto, Tel.: 29838  
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6.º — Coimbra, Tel.: 28394  
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564  
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal Baixa da Banheira, Tel. 2040653  
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361  
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

**Assinaturas**  
CDL, Departamento de Venda Directa  
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel.: 40605-41787

**Publicidade**  
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787  
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto  
Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

**Tiragem média no mês de Dezembro — 79 904 ex.**

# PARA UM DOSSIER DAS ILEGALIDADES DO MAP

## UCP «21 de Fevereiro» (Benavila)

Muita coisa mudou em Benavila, depois das desanexações das propriedades da ex-Fundação Abreu Calado que foram tiradas à UCP «21 de Fevereiro» na sequência de um processo em que o MAP favoreceu uma minoria de 54 divisionistas contra a vontade maioritária de 137 trabalhadores.

Apesar da Comissão «ad-hoc», constituída pelos condutores do processo de desagregação, ter pouco tempo de «administração» das herdades desanexadas, as mudanças são já visíveis, a orientação é já clara e em nada beneficia o povo trabalhador de Benavila.

Assim, enquanto estas herdades da ex-Fundação Abreu Calado se encontravam integradas na UCP «21 de

Fevereiro», o povo da vila abastecia-se no supermercado instalado nestas herdades, as crianças tinham lugar na creche, a cantina servia os trabalhadores, os velhos da vila iam comer ao asilo em boas condições de higiene, razoáveis refeições, sem pagar um tostão. Agora, que a Comissão «ad-hoc», merecedora dos favores do MAP, reina, a cantina, o supermercado e a creche foram fechados. Mais recentemente, a 3 de Janeiro, o asilo de velhos transformou-se em entidade exploradora pois, segundo decisão dos senhores da comissão «ad-hoc», só serão servidas refeições aos velhos que pagarem 300\$00 por mês. Ora como as pensões (daqueles que as recebem), oscilam entre 500\$00 e 600\$00, como desta

quantia, tem de sair para a renda de casa, para o vestuário, para remédios, pergunta-se: desejam os novos agrários das herdades desanexadas, que os velhos de Benavila possam sobreviver?

Os factos só por si demonstram quem está interessado na defesa dos interesses da população. Basta comparar as situações: como era antes da comissão «ad-hoc» imposta pelo MAP, como é hoje nas herdades desanexadas. O povo aprende com as lições e não esquece os ensinamentos. Os protegidos do MAP e o MAP desmascaram-se cada vez mais aos olhos do povo. A população não distingue na avaliação moral que faz de uns e outros. A população sabe apenas que anteriormente

à desanexação, a comissão de trabalhadores se preocupava em melhorar as condições de vida de toda a gente da vila. Quanto a estes novos senhores afilhados do MAP, a sua actuação não se distingue da dos seus antepassados que, antes da integração na «21 de Fevereiro», faziam da ex-Fundação uma empresa agrícola capitalista onde a lei era a maior exploração para a obtenção do maior lucro. As coisas retornam. Tal como outrora, não se mantém uma creche aberta, não se dão refeições aos velhos porque este apoio social não é «rentável». Os senhores da comissão «ad-hoc» quanto muito darão «uma esmolinha» de vez em quando. Mas o povo não quer esmolas. O povo quer aquilo a que tem direito e está disposto a lutar por isso.

- Os divisionistas protegidos dos srs. Portas e Barreto encerram creche, supermercado, asilo e pretendem ganhar dinheiro à custa dos reformados

## Coop. Agr. «Nascer do Sol» (Elvas)

«Desanexações», eis outra tática do MAP para aniquilar as unidades colectivas de produção e as cooperativas agrícolas, numa palavra: para fazer recuar a Reforma Agrária. Esta actuação constitui apenas uma parte de um plano concertado de recuperação latifundista que passa pela aplicação ilegal do direito de reserva aos agrários expropriados, à paralisação do processo das expropriações, à concessão de reservas a falsos rendeiros, e mesmo a rendeiros, não segundo as disposições legais mas segundo a política do MAP totalmente voltada contra os trabalhadores e as conquistas democráticas no domínio da agricultura.

No processo das desanexações, ressalta, a par do caso da «21 de Fevereiro», que denunciámos no «Avante!», o caso da Cooperativa Agrícola «Nascer do Sol» Elvas (Portalegre). Num e noutro, a vontade das minorias oportunistas e divisionistas constitui lei para o MAP porque estas favorecem claramente os seus propósitos.

No que diz respeito à Cooperativa Agrícola «Nascer do Sol», o MAP chegou a condescender com uma manobra, que constituiu uma vergonhosa vigarice. No exemplo

presente, a minoria dos trabalhadores não se limitou a enganar outros companheiros de trabalho, como sucedeu na «21 de Fevereiro», mas desceu mais baixo até à falsificação de assinaturas de 23 trabalhadores na sua petição ao MAP para que este procedesse à desanexação da Herdade da Comenda e anexos, integrada na Cooperativa «Nascer do Sol».

Actuando sem conhecimento da comissão directiva e dos trabalhadores em geral, dois oportunistas arrastaram mais 29 companheiros de trabalho a requererem a desanexação. Assim que tomaram conhecimento desta acção divisionista, numa assembleia em que participaram 138 trabalhadores da cooperativa, 122 votaram, em votação secreta, pela expulsão dos dois condutores do processo. Mas nem esta decisão dos trabalhadores, nem o facto dos 23 trabalhadores cujas assinaturas haviam sido falsificadas se terem dirigido ao Conselho da Revolução denunciando tal abuso e pronunciando-se contra a desanexação, nem sequer o facto de 52 dos 83 trabalhadores empregados na Herdade da Comenda terem escrito ao Presidente da República repudiando a desanexação, impediram o MAP de atender às

pretensões de uma minoria (31 em 83 trabalhadores), entregando-lhes a Herdade da Comenda com as respectivas usuais promessas de apoio e facilidades. E não só a Herdade da Comenda mas ainda as Herdades de Alfárfia, Passinho, Espadinhas, Nogueiras e Negros.

Contrariamente a todos os decretos-leis relativos à Reforma Agrária, o MAP põe claramente em risco a sobrevivência das UCPs e das Cooperativas Agrícolas, retirando-lhes as melhores terras. Qual a lei que autoriza nestes termos as desanexações, é algo que todos nós estamos por saber.

E para demonstrar que os trabalhadores não falam de cor quando denunciam as ilegalidades e as manobras do MAP para destruir as UCPs e Cooperativas Agrícolas e para proteger as minorias divisionistas, vejamos qual a situação a que fica reduzida a Cooperativa Agrícola «Nascer do Sol» em comparação com a situação de que beneficiam as herdades desanexadas.

A área inicial da cooperativa era de 5934 hectares, dos quais 881 de regadio e 5053 de sequeiro:

— Com a desanexação, a área da cooperativa ficou reduzida a 5026 ha.

- Lacaos falsificam assinaturas e o MAP rouba 370 hectares de regadio de uma cooperativa para os entregar àqueles seus protegidos

«Vá lá, ainda têm muita terra» dirão, à guisa de consolação, os não entendidos. Mas é preciso acrescentar que a Cooperativa «Nascer do Sol» viu com a desanexação, a sua área de regadio (as melhores terras) reduzida em 42%! Ou seja, a cooperativa fica com 511 hectares de regadio numa superfície total de 5026 hectares e as herdades desanexadas ficam com 370 hectares de regadio numa superfície total de 908 hectares! Acrescente-se que, enquanto na Cooperativa trabalham actualmente 202 trabalhadores, nas herdades desanexadas permanecem 71 trabalhadores!

Para se ter uma ideia da monta do prejuízo sofrido pela Cooperativa «Nascer do Sol», repare-se que:

— Antes da desanexação, a área de regadio era de 3,2 ha/por trabalhador. Hoje, na Cooperativa a área de regadio por trabalhador é 2,5 hectares enquanto nas herdades desanexadas é de 5,2 hectares por trabalhador.

Por outras palavras, inicialmente a área de regadio da Cooperativa era de 14,8%; neste momento, é de 10,1% enquanto a área de regadio nas herdades desanexadas é de 37,7%!

## Coop. Agr. «Força Popular» (Montemor-o-Novo)

Cinquenta e quatro homens e mulheres trabalhadores ergueram, com o seu esforço, a Cooperativa Agrícola «Força Popular» nas terras expropriadas ao agrário António Manuel Narciso Góis, situadas na Serra das Lebes, em Montemor-o-Novo. A data da ocupação e formação da cooperativa, os trabalhadores, fiéis à sua política de aliança com outros trabalhadores, concederam a Francisco Rebocho, ex-guarda do agrário e seareiro de umas pequenas folhas de seara, uma área de 123,5750 hectares para que este conhecesse, também, melhores dias numa terra sua. O CRRRA demarcou esta área e o caso foi considerado encerrado pelos trabalhadores.

No conjunto, os trabalhadores ficaram apenas com uma área de cerca de 595 hectares que dava para se

manterem, valorizando as terras com o seu trabalho.

Porém, Francisco Rebocho, como tantos outros oportunistas que encontram no MAP um padrinho atento e benevolente, não hesitou em, recentemente, pedir mais 100 hectares de terra: ou seja, pretendia só para si uma área de 223,6 hectares, enquanto os 54 trabalhadores ficariam reduzidos a 495 hectares. Por espantoso que pareça, a sua reivindicação foi atendida pelo MAP e, apesar do reclamante nunca ter sido rendeiro mas apenas um guarda da propriedade ao qual o agrário deixava semear umas folhas de seara, apesar de, como é óbvio até pelos números em presença, a Cooperativa ficar atingida na sua viabilidade económica, os trabalhadores da «Força Popular» foram abruptamente notificados pelo CRRRA de Évora para pararem com os seus trabalhos na Herdade

dos Minutos «sob pena de não virgem a ser indemnizados pelos serviços ali levados a cabo», pois esta herdade seria entregue ao Francisco Rebocho!

Sem serem, uma só vez, ouvidos, os trabalhadores viram no passado dia 10, a sua cooperativa cercada por forças da GNR e foram rudemente impedidos de trabalhar (duas trabalhadoras desmaiaram) e duramente ameaçados de represálias se voltassem a pôr os pés na Herdade dos Minutos.

Mais uma vez o MAP atentou contra a legalidade: — não cumprindo a Constituição que determina que os trabalhadores sejam ouvidos nas questões relativas à execução da política agrária;

— condescendo reserva, (se assim se pode chamar) a um homem que nem sequer se pode considerar seareiro;

mesmo que se tratasse de rendeiro e tivesse sido afectado pela expropriação (ora, pelo contrário, os trabalhadores deram-lhe 100 hectares!), só poderia receber uma área correspondente a 50 000 pontos ou de 30 hectares;

— não respeitando, antes pondo em risco, a viabilidade económica da cooperativa «Força Popular»;

— recorrendo à violência para fazer vencer a violação da Constituição e de todas as leis referentes à Reforma Agrária.

Apesar de tudo isto, os trabalhadores não se deixam desmobilizar. «A luta continua». Luta que, contraditoriamente a tudo o que seria de esperar depois do 25 de Abril, tem como objectivo principal não já a conquista de mais direitos mas, apenas, a aplicação dos direitos consagrados na lei.

- O MAP entrega ao antigo guarda do agrário mais 100 hectares, para além dos 123 que, por sua iniciativa, os trabalhadores lhe haviam cedido

## UCPs «12 de Setembro» e «Boa União» (Mourão-Évora)

Contrariando a vontade de 71 trabalhadores de duas cooperativas agrícolas do Mourão, Évora, o Secretário da Estruturação Agrária, sr. Portas, proíbe a união das duas cooperativas, destituiu uma comissão de trabalhadores e nomeia um técnico gestor. Donde se conclui que o MAP não somente «calca a lei», o MAP sempre que lhe convém faz «leis», «Leis» de violência, «leis» contrárias aos interesses dos trabalhadores, do povo, da economia nacional, da democracia.

Esta é a única conclusão a tirar do caso da «12 de Fevereiro» e da «Boa União».

Contra 71 trabalhadores das Unidades Colectivas «12 de Setembro» e «Boa União» (Mourão, Évora), interessados na união das duas cooperativas, na qual votaram, sem excepção, ergueu-se a vontade soberana do

MAP. Em nome de que lei? Usando que direito? Eis pergunta a que o MAP e o Governo, um dia, serão chamados a responder.

O anátema sobre a união das duas cooperativas foi lançado pelo MAP quando já estava a ser tratado o processo de legalização da nova cooperativa resultante da junção da «12 de Setembro» com 2185,3 hectares e da «Boa União» com 789,4 hectares. Os trabalhadores haviam já comunicado a sua decisão ao CRRRA de Évora sem que este levantasse objecções a tal projecto.

Inesperadamente, quando a comissão do veterinário do CRRRA, dr. Verdasca, se ia proceder à transferência de umas cabeças de gado vacum de herdades da «Boa União» para herdades da «12 de Setembro», que reuniam melhores condições para o gado, um trabalhador que havia

votado na união das cooperativas, mas como se prova, de má vontade, atraçando 71 companheiros de trabalho, telefonou ao Governo Civil protestando contra a saída do gado. De imediato, o CRRRA, contrariando até as indicações do seu veterinário, proibiu a transferência do gado e, como por obra de artes mágicas, surgiu um despacho do sr. Portas impedindo a união das duas cooperativas, já anteriormente decidida pelos trabalhadores (por 71, visto que se excluiu o traidor que, contra os companheiros de trabalho, alertou o Governo Civil como se o projecto de união das duas cooperativas constituísse algum acto ilegal!). Mas o secretário de Estado da Estruturação Agrária foi mais longe e destituiu a Comissão de Trabalhadores da «Boa União», nomeando um técnico gestor para a cooperativa.

A rapidez da actuação do MAP leva os trabalhadores a concluir que se trata de mais uma manobra que já se encontrava na forja e que se integra no ataque contra as UCPs e cooperativas agrícolas, numa palavra: contra a Reforma Agrária.

Ao proibir a união das cooperativas, o MAP demonstra mais uma vez, como a sua política é contrária aos interesses dos trabalhadores e do povo português. Porque, com tal decisão, o MAP não apenas aniquila as possibilidades de uma exploração agrícola mais diversificada e planeada como a que seria possível com a junção das duas cooperativas, não apenas vai contra as possibilidades de melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores de Mourão, mas ainda contra os interesses e necessidades da economia nacional.

- O sr. Portas resolve impedir a fusão de duas cooperativas, desejada pelos trabalhadores e recomendada pelo parecer dos técnicos

## Coop. Agr. de Santana de Portel

«Considerando que o rendeiro da Herdade dos Jejuns, freguesias de Santana e Portel, não atingia os 50 000 pontos, determino que lhe seja concedida a parcela da Herdade pertencente à freguesia de Portel, com a área de 199,5 ha o que corresponde a 34 031,5 pontos.»

Destes modo, o secretário de Estado da Estruturação Agrária, sr. Portas, ordenava o saque da Cooperativa dos Trabalhadores Agrícolas de Santana de Portel situada em Évora, espoliando em cerca de 200 hectares 177 trabalhadores efectivos e cerceando as possibilidades de emprego de trabalhadores eventuais a que, sempre que possível, a cooperativa recorre. O respeito pela legalidade é de tal modo estranho ao MAP que o papel onde podemos ler esta determinação, e que o senhor Portas chama pomposamente despacho, não é mais do que uma simples folha de máquina sem timbre do MAP, sem número de referência, sem sequer indicar o nome do rendeiro. Enfim, como dizem os trabalhadores «qualquer um podia fazer este papel e assinar». Logo, por este facto, o dito «despacho» do secretário Portas nem sequer tem

existência legal! Mas isso não impediu que, acrescentando a violência à ilegalidade, fossem chamados para cumprir as ordens do senhor Portas, cerca de 70 guardas da GNR transportados a cavalo, em jipes, camionetas, dois carros patrulhas e... uma ambulância!

Mas o desprezo pela legalidade é bem mais escandaloso. Na sua ânsia de transformar lacaos em agrários, favorecendo a recuperação capitalista dos que já o eram e formando novos senhores da terra, o MAP não olha a meios. Assim é-nos apresentado como rendeiro, um sujeito, de seu nome Manuel Gonçalves, que à data da formação da cooperativa era seareiro com 17 hectares de terra na herdade dos Jejuns. Além disto, o MAP, jogando com termos da lei e explorando a ignorância da maior parte da opinião pública relativamente ao estipulado na lei, vem falar em 50 000 pontos como se o falso rendeiro tivesse sido afectado pela expropriação e, portanto, tivesse direito à reserva. É bom que se esclareça de uma vez por todas, que os rendeiros e outros serventuários só têm direito

à reserva quando «explorassem uma área dos prédios expropriados ou nacionalizados». Neste caso, os rendeiros têm direito à reserva, concedendo-lhes o Estado «uma área de terra equivalente a 50 000 pontos, ou a 30 hectares, independentemente da pontuação que lhe seria atribuída».

Mesmo que o MAP incluisse o seareiro Manuel Gonçalves na categoria de rendeiro, já os trabalhadores, logo no momento de formação da cooperativa, haviam concedido ao Manuel Gonçalves 43 hectares, que somados aos 17 hectares que este cultivava como seareiro, perfazem 60 hectares. Sem estarem à espera da aplicação da lei, os trabalhadores actuaram de molde a que o Manuel Gonçalves ficasse afinal com uma área equivalente ao dobro daquilo que, segundo a lei, ele teria direito como reserva. E a situação estava legalizada pois o Centro Regional da Reforma Agrária havia demarcado a área explorada pelo Manuel Gonçalves.

Por Portas e travessas, o Manuel Gonçalves recebeu

o aval do MAP para que a Cooperativa fosse cortada nas suas terras e este senhor recebesse, por determinação do secretário Portas, 199,5 hectares. A que título? Qual a lei em que se baseia o MAP para conceder terra a quem quer e ainda por cima terra que não é sua? Qual a lei em que se fundamentou o MAP para decretar a suspensão do crédito à Cooperativa Agrícola de Santana de Portel, pelo período de um mês (em termos suficientemente ambiguos para que este prazo possa ser dilatado em função da vontade do CRRRA), argumentando que os trabalhadores tinham colocado obstáculos ao cumprimento da reserva ao tal Manuel Gonçalves?

Apesar de forçados pela violência a aceitar a situação, os trabalhadores de Santana de Portel continuam a lutar. Nem convencidos, nem vencidos, os trabalhadores da Cooperativa continuam o combate contra aqueles, que procuram pôr em causa a sobrevivência da Cooperativa, desmembrando-a em boas terras, para as entregar a novos agrários. Pelo seu lado, os trabalhadores têm a lei e a firmeza da sua unidade.

- O sr. Portas faz um despacho ilegal e entrega quase 200 hectares de terra a um seareiro que a ela não tem direito



A criação de inúmeras cooperativas de consumo no Alentejo é a prova do aumento do poder de compra dos operários agrícolas

## QUE DIFERENÇA DO ALENTEJO DOS GRANDES LATIFUNDIÁRIOS

O Alentejo transforma-se rapidamente. As iniciativas sucedem-se e multiplicam-se. Têm as suas características conforme as localidades onde vão aparecendo. É o que se passa com as cooperativas de consumo. Diferentes de terra para terra têm idêntico objectivo: servir os trabalhadores

O Alentejo da Reforma Agrária ganha uma cara nova. E não são só os campos cultivados que alteram a aparência daquela grande planura. Também a vida das pessoas se modifica e as regalias que conseguiram são já uma realidade e estendem-se a grande parte das povoações.

Sucedem-se isto com as cooperativas de consumo — supermercados com todos os produtos, desde os géneros alimentícios até aos electrodomésticos — que cada vez mais se implantam nas diferentes povoações.

No sábado, em S. Miguel de Machado, a poucos quilómetros de Évora e em redor os terrenos da UCP «Companheiro Vasco», mais uma cooperativa de consumo foi inaugurada.

«Resistência Popular» é o seu nome. Localizada na rua central da povoação por onde passa todo o tráfego que vai para o Redondo ou que vem para Évora, há muito que era o anseio dos trabalhadores agrícolas. Agora ali está.

A inauguração ocorreu como se de um dia normal se tratasse. Mulheres e crianças faziam as suas compras. A afluência era grande.

Leonel António José — o Chalica, como é conhecido na terra — é o presidente do Conselho Fiscal da Cooperativa de Consumo. Fala-nos da iniciativa:

«O suor dos trabalhadores que aqui está! É para beneficiar os trabalhadores que foi aberta. Há um intercâmbio com a «Companheiro Vasco» que

nos vende os seus produtos. Levou tempo a preparar a existência da cooperativa de consumo. Houve reuniões para as quais foram convidados os comerciantes da terra.

O único comerciante que aderiu — explica — é o que está a trabalhar connosco. Se todos tivessem aderido, todos aqui estaríamos.

Entretanto, a decisão foi abrir a cooperativa de consumo apenas aos sócios — cerca de 400 — que pagaram previamente uma joia de 500\$00. Mas os inválidos e os que passam pela terra também se podem abastecer.

### ATÉ HAVIA BACALHAU

Pode-se dizer que quase nada faltava e os preços eram acessíveis. Num armário, espanto dos espantos: grandes quantidades de bacalhau, já cortado às postas e metido em sacos de plástico.

E o Chalica, que não se furtava às perguntas, acrescentou:

Vieram 300 quilos de bacalhau. E é mesmo bacalhau. Nada desse peixe negro que vendem por bacalhau. Procurámos servir todos. Assim os peixes eram partidos ao meio e depois faziam-se as postas. Todos ficavam servidos por igual.

Cada pessoa só podia levar um pacote do «fiel amigo» mas era o suficiente. Isto é para chegar para todos! — afirmava um dos compradores que ouvia a conversa.

Entretanto, a cooperativa de consumo criou três novos postos de trabalho, tantas são

as pessoas que a partir de agora ali trabalham. Manifestando um certo orgulho, que é de todos, o presidente do Conselho Fiscal afirma:

Tudo o que aqui está já foi pago. Não devemos nada. E olhe que a nossa margem de lucro é só 10 por cento. Nunca mais.

O talho foi outra das conquistas dos trabalhadores. Já funciona há cerca de dois meses e apenas em 39 dias abateram 3255 quilos de carne (porco, borrego, peru e galinha).

Já a terminar acrescenta: Não estamos aqui para prejudicar a vida a ninguém. E temos esperanças que um dia mais tarde aqueles que hoje não nos compreendem vejam como a nossa luta é justa.

Junto à caixa registadora uma fila de homens e mulheres aguardava a sua vez de pagarem o que tinham

comprado. Outros circulavam entre as estantes onde os produtos estavam expostos.

### E TAMBÉM EM VERA CRUZ

As cooperativas de consumo começam a ser já uma coisa corrente no Alentejo. E onde menos se espera lá está uma a cumprir o seu papel.

É o que se passa em Vera Cruz, próximo de Portel. Funcionando para toda a povoação, ali tudo é vendido.

Uma secção de electrodomésticos, instalada numa casa que não estava a ser utilizada, já vendeu cerca de oito frigoríficos. Mas também as televisões, os fogões e outros artigos têm sido vendidos. A mesma margem de lucros de 10 por cento é a garantia de que a exploração não é objectivo.

Os trabalhadores já têm dinheiro para comprar. Que diferença do Alentejo dos latifundiários.

## MAIS UM TRACTOR DO POVO SOVIÉTICO

O povo da Romeira, perto de Santarém, organizou no passado domingo uma jornada de convívio para festejar a oferta de um tractor e de um reboque do povo soviético à Romeicoop — cooperativa de pequenos e médios agricultores daquela localidade.

Assistiram muitos homens e mulheres trabalhadores interessados na defesa e avanço da Reforma Agrária. Durante todo o dia realizou-se um convívio popular com projecção de filmes e canto livre.

No decorrer da jornada, o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do

PCP, apelou para a unidade de todos pelo avanço da Reforma Agrária rumo ao socialismo.

Todos os presentes puderam testemunhar que o tractor e o reboque oferecido pelos trabalhadores soviéticos não servem para a «sucata», como de esportada e caluniosamente foi afirmado no «Diário do Ribatejo».

A jornada de convívio proporcionada pela solidariedade do povo soviético possibilitou que os romeienses, trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores, reforçassem ainda mais a sua unidade na defesa e consolidação de uma das grandes conquistas do povo português: a Reforma Agrária.

# «A UNIDADE E ORGANIZAÇÃO É INDISPENSÁVEL AOS RENDEIROS PARA FAZEREM CUMPRIR A LEI»

Aurélio Campinho, rendeiro de Vila Boa, concelho de Barcelos, fala ao «Avante!» sobre a Lei do Arrendamento Rural e outros problemas do campo perante os quais é preciso que o Governo se defina

«A Lei do Arrendamento Rural só não interessa aos senhorios que estavam habituados a que o caseiro trabalhasse a terra, lhes metesse o vinho dentro das pipas e ficasse sem nada. Não está certo. Por exemplo, numa quinta que produza 15 pipas, o caseiro fica com cinco. Ele é que podou, amarrou, sulfatou, vindimou e pôs as uvas em casa do senhorio. Além disso, o caseiro ainda tem de pagar mais tantos carros de cereal quer haja, quer não haja. Esta situação tinha de terminar com a Lei do Arrendamento Rural que é o nosso 25 de Abril», declarou ao «Avante!» Aurélio Alves Campinho, rendeiro, que trabalha numa propriedade em Vila Boa, no concelho de Barcelos.

Interrompendo por alguns momentos a sua actividade, Aurélio Alves Campinho dispôs-se a falar-nos acerca da importância da Lei do Arrendamento Rural, da necessidade do Governo definir, sem ambiguidades e claramente, uma adequada política de comercialização dos produtos agrícolas e de outros problemas sentidos pelos pequenos e médios agricultores. Por outro lado, tendo sido eleito para a Assembleia Municipal de Barcelos em representação do «Povo Unido», aquele rendeiro recordou-nos aspectos relacionados com a formação de uma lista de cidadãos eleitores, «classe trabalhadora antifascista luta», que derrotou estrondosamente a lista do PPD nas eleições para a Assembleia de Freguesia de Vila Boa.

### ABSENTISTAS VIOLAM A LEI E PROCESSAM OS RENDEIROS

Tal como procedeu aquele rendeiro de Vila Boa, ascende a muitos milhares o número dos caseiros que notificaram por escrito os seus senhorios para reduzir a renda de acordo com as tabelas em vigor. Todavia, no distrito de Braga, é ainda reduzido o número de contratos que foram acordados nos termos da lei. Como sublinhou Aurélio Campinho, um dos maiores defeitos do Decreto-Lei 201/75

importância pelos prejuízos causados».

Casos como estes dois aqui apontados a mero título de exemplo têm-se registado em várias localidades do distrito de Braga, onde tentativas de promover acções de despejo se têm multiplicado. A propósito, Aurélio Campinho declarou:

«No tribunal de Barcelos — desconheço o que se passa nos outros — de semana, para semana, há um número cada vez maior de rendeiros com acções de despejo. Entretanto, alguns que até desconheciam a lei ou não acreditavam nos seus benefícios procuram saber o que é a Lei do Arrendamento Rural, o que consta nela e quais as regalias que concede aos rendeiros.

«Os senhorios — salientou o nosso interlocutor — têm sido mal sucedidos. Os juizes, por muito «proprietários» que sejam, não o cumprindo completamente o que a lei diz, dão sempre sentenças favoráveis aos caseiros.» Segundo apurámos no distrito de Braga, ainda não se

grandes intermediários parasitas.

«Os nossos produtos são mal pagos», frisou Aurélio Campinho, que nos revelou episódios por si vividos bastante significativos. «Os organismos oficiais — acrescentou — têm facilitado muito a vida aos intermediários. Veja o que se passou comigo. Entreguei, em Maio do ano passado, cerca de seis toneladas de milho. No entanto, ainda não me foi pago um escudo por aquilo que aquele organismo decidiu estabelecer como subsídio. Os organismos oficiais não rolam como deve ser. Tinha um homem que me dava 65 escudos por arroba. Recusei. O Instituto de Cereais tinha fixado o preço em 75 escudos. «Você vai ver quando recebe os dez tostões de subsídio» — dizia-me o intermediário. O certo é que tinha razão», concluiu Aurélio Campinho, que narrou de seguida o que se passou com o trigo.

«O trigo produzido na quinta foi classificado como trigo de semente. Entreguei cerca de oito toneladas. Recebi um adiantamento que não considero como tal de 2\$50 por quilo. Adiantamento — comentou a propósito — seria se me dessem o dinheiro antes do trigo lá estar... Depois, pagaram-me mais 1\$30 e ainda me falta receber 1\$30».

Analisando estes dois factos, igualmente vividos por milhares de pequenos e médios agricultores, Campinho sublinhou: «Aqueles que têm espírito cooperativista procuram analisar os seus produtos para os organismos oficiais. Mas, parece que as pessoas que os dirigem, em vez de procurar assegurar o pagamento a tempo e horas dos nossos produtos, tudo fazem no sentido de facilitar a vida aos intermediários. Isto não está certo».

Representantes dos produtores de linho junto do respectivo núcleo do Norte do país, o nosso amigo também naquele sector lamenta a inoperância e falta de cumprimento das promessas feitas. Após uma série de diligências, foi acordado entre os produtores de linho e a Direcção Geral dos Produtos Arvenses a atribuição de um subsídio de seis mil escudos por hectare de linho semeado. Primeiro, foi «um dia de juízo» para que o senhor director geral daquele departamento despachasse. «Esperámos alguns meses — recordou — que os papéis saíssem da sua secretária. Um dia, cansado de esperar, enviei um telegrama ao Secretário de Estado a protestar. Quatro dias depois já estava promulgado o despacho.» Na minha opinião, afirmou Aurélio Campinho a finalizar, o Ministério da Agricultura e Pescas não está a carregar bem. O 25 de Abril ainda lá não chegou».

### FAZER CUMPRIR A LEI DO ARRENDAMENTO

Constituiu uma grosseira falsificação da realidade dizer que a Revolução de Abril não trouxe nenhuns benefícios aos pequenos e médios agricultores do Norte, como tem sido afirmado com frequência quer por membros do Governo, quer inclusivamente pelo próprio, dr. Mário Soares. Embora não tivesse sido feito tudo aquilo que as circunstâncias impunham, a verdade é que foram tomadas, após o 25 de Abril, algumas medidas a mais importantes das quais é sem margem de dúvida a Lei do Arrendamento Rural. Ao possibilitar e salvaguardar os investimentos na terra, ao aumentar a área de exploração agrícola por arrendamento, ao liquidar a parceria e garantir a liberdade de escolha dos produtos a cultivar, a Lei do Arrendamento Rural garante a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores, quer sejam proprietários, quer sejam rendeiros.

«Na minha opinião — referiu Aurélio Alves Campinho — a Lei do Arrendamento Rural vem contribuir para a produção, beneficiando por isso a economia nacional. Se nós trabalharmos para aumentar a produção, estamos a contribuir para o aumento da produção nacional. Mas, sem termos um órgão competente que nos apoie, estamos sempre na expectativa. Sai uma lei que não é cumprida e muita gente começa a duvidar dessa lei. No entanto, nós, caseiros, que estamos interessados em que não seja derrotado o socialismo, que queremos conquistar uma vida melhor, nós é que nos devemos unir, esclarecer e organizar para fazer cumprir a Lei».

Pouco depois da publicação do Decreto-Lei 201/75, Aurélio Alves Campinho escreveu uma carta ao seu senhorio para fazerem um contrato de arrendamento nos termos da lei em vigor. Juntamente com a sua mulher e, às vezes, auxiliado por trabalhadores rurais, trabalha numa propriedade com uma área de cerca de 15 hectares que lhe foi arrendada a dinheiro, há quatro anos. Todavia, até ao momento, o contrato ainda não foi actualizado na base das tabelas de renda máxima em vigor.

«Se há uma transgressão às leis de trânsito sofre-se uma punição. Se para fazer cumprir a Lei do Arrendamento Rural o Governo punisse os senhorios que a não querem cumprir, estou certo — frisou Aurélio Campinho — que a lei já vigoraria para a imensa maioria dos rendeiros».



«Se o Governo punisse os senhorios a lei já vigoraria para a maioria dos rendeiros»

é não definir uma penalidade para os absentistas que violem a lei. Estimulados por esse facto, os grandes proprietários absentistas tentam processar os rendeiros procurando expulsá-los das propriedades através da violência e do recurso aos tribunais.

Há tempos, no concelho de Espesente, um proprietário absentista, ligado ao partido do prof. Freitas, invadiu uma propriedade e destruiu um nabal que o caseiro havia plantado. Este, após ter recorrido ao tribunal e recebido uma indemnização de cerca de 30 contos para desistir do processo, teve o seguinte desabafo: «Deitava o CDS. Devia era dar-lhe o cabo do fochino. Agora, já começo a ver quem está a meu lado e contra mim».

«Aqui perto, em Arcozelo — referiu o Aurélio Campinho — um senhorio foi para uma propriedade com uma escavadora fazer valas e pegou nessa terra, uma terra pobre que não tem calcário, não tem qualidade nenhuma, e espetou-a por cima das culturas do caseiro. Mas, mais uma vez, o rendeiro venceu. O senhorio teve de lhe pagar uma determinada

verificou uma única acção judicial de despejo na sequência do respectivo processo movido pelo proprietário absentista. Entretanto, importa que o decreto-lei 201/75 seja rapidamente posto em vigor na sua totalidade, nomeadamente no que concerne à formação e entrada em funcionamento das comissões arbitrais. Além disso, urge a rápida promulgação do diploma que concede pensões aos senhorios pobres que respeitam a lei do arrendamento rural.

### «OS ORGANISMOS OFICIAIS FACILITAM A VIDA AOS INTERMEDIÁRIOS»

A política de comercialização dos produtos agrícolas, particularmente aquela que foi definida pelo Ministro do Comércio Interno do VI Governo, Magalhães Mota, não só não satisfaz as legítimas aspirações dos pequenos e médios agricultores, como também favoreceu claramente os

## ÁLVARO CUNHAL VISITOU O «MONTE DA LOIRA»

A necessidade dos trabalhadores se unirem na defesa, da Reforma Agrária, no momento difícil que esta grande conquista da revolução atravessa, constitui a exortação do camarada ÁLVARO CUNHAL aos trabalhadores agrícolas reunidos na Herdade do Monte da Loira, integrada na Unidade Colectiva de Produção de Figueira de Carvalhas. Num encontro, realizado no passado domingo, o secretário-geral do PCP, falando para largas centenas de trabalhadores, criticou severamente a política agressiva do MAP contra a Reforma Agrária, referindo

as ilegalidades cometidas sobretudo no respeito às desanexações e entregas arbitrárias de reservas.

Durante o contacto com os trabalhadores presentes, o camarada ÁLVARO CUNHAL, que permaneceu cerca de duas horas na herdade que se encontra há 18 meses ocupada, foi alvo de calorosas manifestações de entusiasmo que dão a medida do apoio das massas trabalhadoras ao nosso Partido que, desde sempre considerou a Reforma Agrária como uma condição indispensável para a construção de uma

sociedade realmente democrática rumo ao socialismo.

Além do camarada ÁLVARO CUNHAL falarem no comício então realizado, os trabalhadores Rosá Anicetó e António Matias que denunciaram as dificuldades colocadas pelo MAP àquela herdade, referindo nomeadamente o corte de crédito agrícola que, segundo o Ministro Barreto, foi o castigo aplicado aos trabalhadores por se recusarem a entregar 450 hectares da melhor terra a searheiros que estão envolvidos com certos elementos da CAP.

SAI AMANHÃ

# Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## OS AGRÁRIOS CONTINUAM A VENDER A CORTIÇA?

Os grandes latifundiários, apesar de terem sido expropriados, apesar das UCPs serem geridas pelos trabalhadores agrícolas, continuam a vender a cortiça, com o apoio manifesto de alguns CRRA.

O que é que se passa? Como se processa esta manobra?

Quando as UCPs se preparam para vender a cortiça que colhem, os antigos latifundiários surgem com contratos firmados com empresas onde se afirma que a produção daquele ano já está vendida e, em muitos casos, paga.

Ora, os contratos que surgem são firmados entre duas entidades, sem o menor reconhecimento jurídico — nunca aparecem contratos firmados num notário. Como é evidente um documento deste tipo pode ser forjado em qualquer altura e pôr-se a data que for conveniente. É só uma questão de fazer o jeito. E quando se proporciona ganhar uma maquia larga certas empresas estão dispostas a fazerem todos os jeitos: ganha o latifundiário, que vende a cortiça que não é sua e ganha a empresa na medida em que os preços podem ser combinados e deste modo adquire a matéria-prima a um preço mais baixo.

Por estranho que pareça os Centros Regionais da Reforma Agrária aceitam estes contratos apenas assinados pelas duas partes, sem qualquer confirmação notarial, como verdadeiros, muito embora do aspecto jurídico não tenham a mínima validade, pois nada impede que tenham sido elaborados na véspera apesar de datados de dois ou três anos antes.

Foi o que se passou com o latifundiário José Infante da Câmara que «vendeu» à firma Amorim & Irmãos Lda. as extracções de cortiça de 74 a 76! No primeiro ano 40 mil arrobas, em 1975 24 mil arrobas e no ano passado 120 mil arrobas... O contrato que aparece tem a data de 22 de Outubro de 1973, mas sem qualquer reconhecimento notarial.

O CRRA de Évora não acha estranho este facto nem tão pouco os quantitativos para 1976, onde é estipulado o preço de 100\$00 por arroba, quando nesse

ano a arroba já era vendida a mais do dobro daquela quantia. Antes procura obrigar a UCP a entregar a cortiça ao latifundiário.

Mais recentemente, a Cooperativa Agro-Pecuária de Vera Cruz, próximo de Portel, vendeu uma certa quantidade de cortiça a uma firma do Norte. O contrato foi reconhecido no notário e receberam uma quantia de sinal. O pagamento total seria feito até a cortiça estar toda entregue.

Até aqui nada de anormal. A firma tem cumprido e deposita o dinheiro numa dependência bancária em Évora, no nome da cooperativa e que só pode ser levantado com a autorização do CRRA de Évora.

Foi então que surgiu o problema. Este Centro Regional da Reforma Agrária enviou há pouco tempo uma carta à Comissão Directiva da Cooperativa avisando que a cortiça já estava vendida. E, mais tarde, segunda carta informa que no dia 19 deste mês os representantes da firma, que diz ter comprado anteriormente a cortiça irão comparecer no local para proceder ao levantamento, do qual «já havia contrato celebrado».

Depois de referir que até essa data a cooperativa deve apresentar as despesas da extracção, a carta do CRRA de Évora termina recordando a legalidade, ao afirmar:

«Solicita-se pois a essa cooperativa que colabore na entrega da cortiça em questão a fim de se evitarem situações à margem da lei.»

Quer dizer, um contrato que não tem a menor validade legal e que pode ser firmado em qualquer altura, conforme as conveniências, não é uma situação à margem da lei. Até agora, daquela venda fictícia o que se conhece, e não constitui prova de contrato, são umas letras bancárias passadas por uma agência de Vendas Novas e sem data.

Os grandes latifúndios foram expropriados, a Reforma Agrária é uma realidade que vem consignada na Constituição, mas os latifundiários, passados mais de dois anos, continuam a querer vender o que não é deles. E com o apoio do Ministério da Agricultura e Pescas.

## DECORRERÁ EM LISBOA (JUNHO) A CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O APARTHEID E O RACISMO

A Comissão Portuguesa organiza já no próximo fim-de-semana, em Lisboa, a primeira Reunião Internacional Preparatória da Conferência. Entre outras individualidades, já anunciaram a sua participação nesta jornada preparatória Romesh Chandra, secretário-geral do CMP e Aziz Sherif, presidente do Conselho de Paz do Iraque.

Por intermédio do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), prosseguem activamente os preparativos para a realização da anunciada Conferência Mundial contra o Apartheid e o Racismo na África Austral, importante jornada de luta contra a opressão racista, que deverá ter lugar em Lisboa, no próximo mês de Junho.

Assim, será promovida também em Lisboa, no próximo fim-de-semana, a primeira Reunião Internacional Preparatória da referida Conferência Mundial, onde estarão presentes destacadas personalidades mundiais e cinquenta e quatro organizações internacionais e nacionais, não governamentais ou governamentais, de defesa dos Direitos do Homem, anti-apartheid, associações religiosas, movimentos de libertação, e outras organizações que apoiam a luta pela paz e pelo progresso da humanidade. Entre outras personalidades, já asseguraram a sua

participação nesta reunião preparatória da Conferência, Romesh Chandra, secretário-geral do Conselho Mundial da Paz (CMP), e Aziz Sherif, antigo ministro de Estado e actualmente presidente do Conselho de Paz do Iraque.

De salientar que a realização da Conferência Mundial contra o Apartheid foi deliberada, perante o agravamento da situação na África do Sul desde os massacres de Soweto, numa jornada internacional de emergência cujos trabalhos decorreram na cidade de Addis-Abeba (Etiópia), em Outubro do ano passado.

Depois de várias consultas internacionais, esteve em Portugal, em Dezembro último, uma delegação composta por representantes do ANC (Congresso Nacional Africano, África do Sul), da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA, Cairo) e do Conselho Mundial da Paz (CMP). Durante a sua estadia no nosso país, esta missão avistou-se com diversas

entidades e individualidades políticas, sociais e religiosas. Ouvida a delegação e tendo em conta os resultados das consultas efectuadas, quer no nosso país e na Europa, quer em África, a Presidência do CPPC deliberou, por unanimidade, propor que fosse Lisboa a capital da Europa Ocidental escolhida para realizar a mencionada Conferência Mundial, que terá o seu início a 16 de Junho. Num comunicado recentemente divulgado à imprensa, o CPPC salienta a propósito que «a posterior aceitação internacional» da sua proposta é «altamente honrosa para o Portugal democrático nascido com o 25 de Abril».

O dr. Carlos Candal, deputado socialista, o dr. Silas Cerqueira, investigador, e monsenhor Soares Martins têm vindo a dar seguimento aos contactos e diligências necessárias à constituição de uma Comissão Portuguesa de apoio, ampla e representativa, que desenvolva e dinamize o trabalho de preparação e de realização da Conferência Mundial. Desta comissão farão parte organizações humanitárias, profissionais e outras, e individualidades ligadas aos meios políticos, intelectuais, sociais e religiosos, conhecidos pelo seu contributo para a causa da Paz, do progresso social, da cooperação e dos direitos do homem.

## Hoje, na FIL SESSÃO DE HOMENAGEM A AMÍLCAR CABRAL

Promovida pela Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau, realiza-se hoje, a partir das 21 e 30, no Auditório da Feira Internacional de Lisboa, uma sessão pública comemorativa do 4.º aniversário do assassinio do grande dirigente africano e fundador do PAIGC, camarada Amílcar Cabral.

Esta sessão de homenagem, para a qual foi convidado o comandante Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde e destacado militante do PAIGC, inclui no seu programa a projecção de «slides» sobre a luta de libertação nacional contra o colonialismo, a passagem de algumas partes do último discurso pronunciado pelo camarada Amílcar Cabral,

poucos dias antes de ser assassinado, e a exibição do filme «Herói do Povo».

Estão igualmente previstas intervenções por parte de representantes do Conselho da Revolução, por elementos da Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau e pelo primeiro-ministro da República de Cabo Verde.

Entretanto, foram convidadas para esta sessão — que é também patrocinada pelas Associações de Amizade de Portugal com os povos de Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe — várias personalidades antifascistas, democratas sem filiação partidária, dirigentes de partidos de esquerda e membros dos órgãos de soberania.

## COOPERAÇÃO ECONÓMICA COM PAÍSES SOCIALISTAS

A reparação de barcos romenos nos estaleiros da Setenave vem na sequência do trabalho desenvolvido pela Comissão Mista Luso-Romena, cuja próxima reunião terá lugar no primeiro trimestre deste ano. Entretanto, na MAGUE está em curso a construção de um pórtico para o estaleiro naval de Mangalia (Roménia), no valor de 210 mil contos.

Na sequência dos acordos estabelecidos entre o nosso país e a República Socialista da Roménia no domínio da indústria naval — um dos sectores mais importantes da nossa economia —, encontra-se presentemente nos estaleiros da Setenave, para reparação, o navio «Panatuli» de 85 000 toneladas. É o quarto barco romeno a ser reparado pelos trabalhadores dos estaleiros de Setúbal, tendo os primeiros navios ali sido reparados no decorrer do ano passado.

Segundo afirmaria recentemente um elemento da administração da empresa, a reparação na Setenave de quatro unidades, — todas de 85 000 toneladas — e de um navio soviético de 150 000 toneladas, assinalam os resultados de uma «política de conquista de novos mercados virada aos países socialistas, e demonstra a confiança que os armadores depositam nos estaleiros, que, apenas num ano de actividade, no campo da reparação naval, conseguiram alcançar elevado nível técnico», e cumprir os prazos estabelecidos para a reparação dos navios o que só foi possível devido à capacidade profissional dos trabalhadores (mais de quatro mil).

## ESTIVERAM ENTRE NÓS CAMARADAS DO PCF E DO PCI

De 14 a 16 de Janeiro o PCP recebeu em Portugal uma delegação do Partido Comunista Francês, composta pelos camaradas Jean Colpin, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PCF e por Charles Barontini, responsável da secção «Mão de Obra Emigrada» junto do CC do PCF.

A delegação do PCF realizou conversações acerca de problemas de Emigração Portuguesa em França com uma delegação do PCP composta pelos camaradas Blunqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC do PCP, Albano Nunes membro do CC e Rui Silva e Manuel da Silva, colaboradores do CC.

As conversações decorreram num clima de fraterna amizade.

A delegação do PCF foi recebida pelo camarada Álvaro Cunhal.

Visitou Portugal o camarada Giuliano Pajetta, membro do Comité Central e responsável da Secção Central de Emigração do Partido Comunista Italiano. No decurso da sua visita o camarada Giuliano Pajetta teve encontros de trabalho com uma delegação do PCP e foi recebido pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido.



A homenagem a Alberto Araujo reuniu logo na manhã de domingo muitos antifascistas junto ao busto daquele antigo dirigente comunista, querido e recordado pelos almadenses

## «ALBERTO DE ARAÚJO»: NOME DE LUTA PARA UM CENTRO DE TRABALHO

«Alberto de Araujo» foi o nome escolhido pelos camaradas de Almada para o novo Centro de Trabalho do Partido que no domingo passado se inaugurou. Alberto de Araujo, um nome querido dos almadenses e no fim de contas de todos os democratas portugueses. Um nome de luta para um Centro de Trabalho.

Dirigente do Partido nos anos 30, Alberto de Araujo foi preso pela PIDE e deportado para o Tarrafal, onde, após 11 meses de incomunicabilidade, sofreu todas as violências que ali se praticavam. Desde 20 dias de «frigorífica» aos trabalhos forçados a que foi submetido durante 8 anos.

Numa altura em que os carrascos da PIDE são julgados com a benevolência que se conhece, a homenagem prestada no domingo a Alberto de Araujo foi uma alerta para recordar a todos os portugueses os crimes do fascismo, que alguns querem fazer esquecer ao povo.

Ao recordar a figura de comunista que foi Alberto de Araujo, o camarada Dias Lourenço, director do «Avante!» e membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, durante a concentração junto do busto daquele camarada morto, haveria de referir as injustiças que têm presidido ao julgamento dos criminosos da PIDE.

O camarada Dias Lourenço deslocara-se a Almada para presidir à homenagem e participar na inauguração do Centro de Trabalho, que logo a seguir se verificou, tendo os pioneiros aberto simbolicamente as portas e entregue as chaves aos camaradas da freguesia. Foi cerca das 11 horas que se iniciou então um convívio que reuniu muitos pioneiros, camaradas e amigos do Partido.

O caloroso ambiente de festa havia de durar o dia inteiro. Com efeito no pequeno largo fronteiro ao Centro de Trabalho, na Rua Capitão Leitão, muitas dezenas de pessoas, por vezes cerca de duas centenas, transbordavam literalmente da estreita porta do Centro. Durante o colóquio que se iniciou cerca das 16 horas e a que presidiu o camarada Dias Lourenço, ladeado por membros da Comissão Concelhia, da Comissão de Freguesia e da Comissão de Obras, muitos camaradas, amigos e muitas outras pessoas para quem a palavra dos comunistas tem o valor da verdade, assistiram, uns na ampla sala, outros através da instalação sonora nas várias dependências do Centro e, como dissemos, até na rua.

O colóquio transformou-se rapidamente em sessão de esclarecimento. Entre os temas e as questões que a assistência pôs e às quais o camarada da Comissão Política respondeu, avultam os problemas prementes da situação política actual, a ofensiva que a direita tem vindo a estorçar-se por intensificar contra o movimento sindical através das manobras referendistas da «carta aberta». O recorrer ao «referendo» nos sindicatos corresponde a um sinal de derrota da manobra da «carta aberta», salientou o camarada, que disse ainda: «Eles sabem que não podem concretizar a recuperação capitalista sem a divisão dos trabalhadores».

António Dias Lourenço, que conforme o sabem os leitores do «Avante!», teve a oportunidade de se encontrar com Luís Corvalan na URSS, foi calorosamente aplaudido

quando saudou a libertação do heróico camarada chileno como uma vitória da solidariedade e do internacionalismo proletário.

Entretanto esta casa encontrava-se devoluta. Contactámos o senhorio e combinámos uma renda.

A casa não era nada disto. Estava tudo por fazer. Faltava dinheiro, materiais, mão-de-obra. A ajuda que em materiais nos foi dada provou que muita gente quis colaborar connosco, mesmo sendo comunista.

Esta mesa, por exemplo, interrompeu o camarada António Rolão, foram os camaradas da Parry que

tinha condições. Apesar disso a organização desenvolveu-se. Atravessámos a crise do Verão de 75 apertados naquelas instalações, com camaradas, por vezes centenas, que vinham em busca de esclarecimentos.

Os fundos do Partido não foram desfalcados. Nem um tostão, fez notar o camarada Júlio. Muitos amigos, até alguns que não eram do Partido ofereceram dinheiro, materiais e o seu trabalho. O Rolão, mesmo com problemas de saúde, fez parte da Comissão de Obras. Esta Comissão foi ao princípio um grupo de camaradas que meteu mãos à obra, que foi apoiado e compreendido pela Comissão de Freguesia, que lhe concedeu uma grande autonomia.

Como isto já começa a ser pequeno, não se previu a possibilidade de dividir a grande sala em várias, com painéis, para as reuniões.

A grande modificação que surgiu com a abertura do Centro, já há meses, quando decorriam as obras, esclareceu a camarada Maria Luísa Dias, da C. de Freguesia, foi a possibilidade de reuniões regulares. As sessões de esclarecimento deram um grande empurrão numa altura em que uma certa desmoralização, provocada pelos esquerdistas, se fazia sentir nas massas. Havia que dar resposta. Mesmo com uma sala apenas, na entrada, as sessões tornaram-se em reuniões de organização. Deu-se a perspectiva do Partido, a linha política correcta e os efeitos começaram a sentir-se imediatamente.

Por outro lado o trabalho no Centro, regular, pôde organizar camaradas. As sessões de convívio e o Canto Livre, chamaram mais pessoas, aproximando-as mais do Partido.

Antes chegou-se a reunir na cozinha, disse o camarada Simão, também da Comissão de Freguesia. Hoje podemos reunir com os camaradas que militam nas organizações populares de base, havendo mesmo perspectivas de chamar mais militantes.

Foi a vez de o camarada Soeiro dar a sua opinião: Os camaradas encaram de modo extraordinariamente positivo a abertura deste Centro. Um Centro de Trabalho mobiliza os camaradas, sentem mais o trabalho que se desenvolve. Muitos que, afastados dos comunistas, não sabiam da sua força, viram o trabalho que eles realizaram mesmo com dificuldades. Podemos dizer no entanto que isto não nos faz sentir satisfeitos. A luta continua.

## A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NÃO GASTOU UM TOSTÃO

Temos de salientar mais do que tudo o espírito de dedicação dos camaradas que aqui trabalharam, referiu entretanto o camarada Paulitos. Sacrificaram fins-de-semana, vinham para

## UEC: CINCO ANOS DE LUTA

Na passagem do seu 5.º aniversário, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) — vanguarda organizada da juventude estudantil portuguesa — promove amanhã, a partir das 21 e 30, na Aula Magna da Reitoria da Cidade Universitária, um colóquio-debate sobre a actividade da extinta polícia política fascista, a PIDE/DGS, e a forma

como estão a ser julgados os respectivos ex-agentes.

Entre outros antifascistas, estarão presentes nesta sessão Carlos Candal, Fernando Luso Soares, Joaquim Judas, José Pedro Soares, Luís Filipe Costa, Margarida Tengarrinha e um ex-preso do campo de concentração do Tarrafal.

## QUINZENA DE MÚSICA CHECOSLOVÁQUIA

Para assinalar o acordo recentemente estabelecido em Lisboa entre o nosso país e a República Socialista da Checoslováquia no domínio da radiodifusão — através do qual se vai incentivar um intercâmbio de programas musicais e a promoção de estagios para técnicos, nas estações emissoras dos dois países —, decorre até ao próximo dia 29 a Quinzena de Música Checa, importante iniciativa cultural da Radiodifusão Portuguesa (RDP) que conta com a participação de autores checoslovacos e portugueses em:

— a inauguração simbólica da jornada efectuada no passado sábado, no Teatro S. Luís, com um espectáculo patrocinado pela RDP, Câmara Municipal de Lisboa, Direcção-Geral do Turismo

e Embaixada da Checoslováquia em Lisboa.

Iniciou a sessão o embaixador checoslovaco, camarada Miroslav Hrouza, que, numa breve intervenção, sublinhou a amizade internacionalista existente entre os povos dos dois países, seguindo-se a projecção de um filme sobre a vida musical na Checoslováquia, e um concreto onde participaram, entre outros, o maestro Silva Pereira, que dirigiu a Orquestra Sinfónica da Radiodifusão, o pianista Moura Castro, o compositor Joly Braga Santos, o tenorista Carlos Fidalgo e o grupo de Música Contemporânea.

Simultaneamente, a embaixada checoslovaca organizou no S. Luís uma exposição fotográfica e bibliográfica sobre a vida naquele país socialista.

## FESTA JUVENIL NA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-CHECOSLOVÁQUIA

Por iniciativa do seu Departamento Juvenil, a Associação de Amizade Portugal-Checoslováquia levou a efeito, no passado sábado, na sua sede em Lisboa, uma festa dedicada às crianças, durante a qual foram projectados desenhos animados checos e o filme «Spartakiada», tendo ainda actuado o agrupamento «Intróitos», José Jorge Letria e José Barata Moura.

— que assinalou uma das primeiras iniciativas do referido Departamento — incluiu ainda a realização de um animado concurso de Poesia, Desenho, Pintura, Prosa e Trabalhos Manuais, subordinado ao tema «Paz e Amizade».

A festa promovida na Associação Portugal-Checoslováquia marcaria o início da exposição dos trabalhos apresentados a concurso.

## MORREU JACQUES KOTZKI

Jacques Kotzki, membro do Partido Comunista Francês, cuja actividade constituiu um exemplo de extraordinária solidariedade à luta antifascista e de apoio aos presos e perseguidos políticos portugueses faleceu no passado dia 15 de Janeiro, sábado, vítima de um desastre na Estrada Marginal.

O funeral de Jacques Kotzki que se realizou, na passada terça-feira, dia 18, constituiu uma grandiosa manifestação de resistentes antifascistas unidos numa sincera homenagem a um amigo, a um companheiro de luta.

Jacques Kotzki tinha 49 anos e era perito em Direito do Trabalho e Sindical, sendo casado com a professora Maria Amélia Padez que se tem distinguido na defesa da democracia portuguesa e na luta pela paz. Filho de Gaston Kotzki, antigo prisioneiro do campo de concentração de Auschwitz, cedo ingressou na actividade política. Durante a guerra da Argélia, defendeu vários militantes da FNL. Tendo visitado na prisão, Henri Alleg, foi Jacques Kotzki que transportou para fora da prisão, o manuscrito do trabalho sobre as torturas sofridas por aquele combatente, o qual viria a ser

publicado como título «La Question».

Grande impulsionador da solidariedade a os antifascistas portugueses, Jacques Kotzki participou na Comissão para a Amnistia dos Presos Políticos Portugueses que, em 1962, realizou uma conferência internacional em Paris, e no Comité de Apoio à luta dos povos das colónias portuguesas. Membro da Associação Internacional de Juristas Democráticos, fez várias comunicações aos Congressos de Juristas e escreveu um trabalho sobre a aplicação de medidas de segurança em Portugal aos presos políticos e trabalhou, mais recentemente no inquérito ao assassinato de Humberto Delgado.

Esta acção de Jacques Kotzki mereceu-lhe a amizade e gratidão de todos os antifascistas portugueses que sempre encontraram abertas as portas da casa do militante, agora falecido, e o seu incansável apoio. No funeral, em representação do «Avante!», esteve o camarada Dias Lourenço, director do órgão central do PCP, encontrando-se, também, presente um camarada da secção internacional do nosso Partido.

# Grave situação da economia portuguesa A PERIGOSA POLÍTICA DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO

O risco do colapso da nossa economia é grande e pode comprometer a própria democracia. Há motivos sérios para pensar que o imperialismo espreita já o momento para aumentar a sua intervenção na vida nacional e condicionar decisões que só aos portugueses pertencem. A política antioperária e antipopular que o Governo PS tem vindo a aplicar, corresponde já em grande parte às pressões e exigências do capital nacional e internacional

1. No quadro do agravamento da situação económica e financeira do País, o problema de défice da balança de pagamentos, como expressão global das dificuldades da economia nacional, está suscitando as atenções gerais e é motivo de profundas e justificadas apreensões.

2. O PCP de há muito sublinhou com insistência que os progressos na resolução de tão grave problema dependiam, no essencial, da redução da diferença existente entre o consumo e a produção nacional, estavam estreitamente associados à reanimação efectiva de todo o aparelho produtivo, apenas possível com base nas transformações revolucionárias operadas nas estruturas económicas e sociais do País e com base na participação e esforço criador dos trabalhadores portugueses.

Neste sentido, o PCP advertiu frequentemente que o recurso crescente e indiscriminado ao crédito externo e a sua continuada utilização para pagamento de bens de consumo, não só não poderia fazer frente aos problemas fulcrais da economia portuguesa, como se traduziria numa gravosa hipoteca da independência nacional incompatível com o direito dos portugueses de decidirem livremente dos seus destinos nacionais.

3. Ao PS e ao seu Governo não podem deixar de ser atribuídas pesadas responsabilidades pelo estado actual da economia portuguesa e pelo acelerado endividamento externo do País. Procurando ganhar tempo e confundir a opinião pública, vão afirmando que só há cinco meses tomaram conta da governação e se deifrontam quer com a herança do fascismo quer com um pretenso descalabro económico deixado por alguns governos provisórios.

A verdade porém é que, além da herança do fascismo, as únicas heranças negativas que o Governo PS tem diante de si são, sobretudo, as que resultam da política de direita levada a cabo pelo VI Governo e da sabotagem económica realizada por aqueles a quem, interna e externamente, o Governo está hoje estendendo a mão. No plano concreto da situação financeira, o País está hoje a pagar o preço amargo da política ruinosa, leviana e irresponsável conduzida durante 10 meses pelos ministros do PS no sector económico do VI Governo.

4. Com efeito, no curto espaço de 3 meses, o VI Governo, que tinha encontrado no Banco de Portugal cerca de 860 toneladas de ouro e 17 milhões de contos de divisas, conseguiu fazer passar a descaída de reservas de ouro e divisas da média mensal anterior (Março a Setembro de 1975) de 1,2 milhões de contos para 5,2 milhões. Em Julho de 1976 calculava-se que cerca de 36% de reservas de ouro já estavam hipotecadas.

A dívida externa que em 31 de Dezembro de 1975 se cifrava em 25 milhões de contos, no termo da actividade do VI Governo subiu a 82 milhões e ronda actualmente cerca de 110 milhões de contos.

Oscilando entre o triunfalismo ilusório e o alarmismo desmobilizador, conforme se estava em período pré ou pós-eleitoral, o PS e os seus ministros no VI Governo envolveram o País na sucessiva obtenção de créditos externos, muitos deles consignados a compras de artigos de consumo corrente e todos em condições extremamente desvantajosas. A desastrosa política financeira do VI Governo, conduzindo à hipoteca da independência do País, adiando ou desviando as atenções do verdadeiro esforço nacional que era necessário realizar, era apresentada nesse tempo pelos seus responsáveis, nem sequer como um mal necessário, mas como um motivo de orgulho partidário e como demonstração do seu prestígio junto dos círculos imperialistas.

Com a formação e actividade do governo PS, a situação não se modificou e manteve-se a mesma orientação suicida agora mais claramente conjugada com uma ofensiva no sentido da recuperação capitalista, agrária e imperialista. Desapareceu em grande parte a euforia irresponsável, mas apenas na exacta medida em que o agravamento da situação não pode mais ser escamoteado e porque o risco do colapso da economia nacional é sério e pode comprometer a própria democracia portuguesa.

5. Estão neste momento em curso negociações oficiais em consórcios e instituições internacionais, apoiados pelos EUA, com vista à obtenção de empréstimos externos muito elevados.

Embora o Governo continue a insistir que tais empréstimos não são condicionados por exigências de carácter económico e político, há motivos sérios para pensar que o imperialismo espreita já o momento para aumentar a sua intervenção na vida nacional e condicionar decisões que só aos portugueses pertencem. A própria imprensa de direita, embora procurando conferir-lhes legitimidade e naturalidade, não esconde já algumas das prováveis condições económicas que podem estar ligadas à concessão de tais empréstimos: aumento da inflação, desemprego, facilitação de despedimentos, limitações dos direitos dos trabalhadores, redução drástica da intervenção do Estado na economia, revigoração do capitalismo, desvalorização oficial do escudo, controlo directo da aplicação dos empréstimos por representantes dos credores estrangeiros.

A política antioperária e antipopular que o Governo do PS tem vindo a aplicar corresponde já em grande parte às pressões e exigências do capital nacional e internacional.

O PCP adverte seriamente de que o prosseguimento de tal política envolvendo a completa submissão a humilhantes condições externas, não só é claramente ofensiva da soberania nacional e dos sentimentos patrióticos do povo português, como é ainda radicalmente incompatível com os interesses e aspirações dos trabalhadores e com a necessidade objectiva de vencer a crise económica e assegurar o progresso e o desenvolvimento do País.

6. O recurso frenético ao crédito externo resulta da incapacidade do Governo elaborar e pôr em prática um plano nacional de recuperação económica assente nas transformações realizadas nas estruturas económicas e sociais.

Conduzindo uma política de recuperação capitalista e agrária, desdobrando-se em medidas de agravamento das condições de vida do povo, hostilizando os trabalhadores e o movimento sindical unitário, fazendo sucessivas concessões que estimulam a ofensiva do patronato reaccionário, o Governo minoritário do PS está apostando as suas esperanças nas forças do caos económico, do descalabro e do desastre nacional e contrariando, hostilizando e atacando as únicas forças, energias e realidades que podem garantir a saída da crise, evitar o colapso económico, defendendo a democracia, mantendo aberta a perspectiva do socialismo.

7. A solução da crise económica exige um grande esforço do País, de todo o País, e especialmente das classes trabalhadoras.

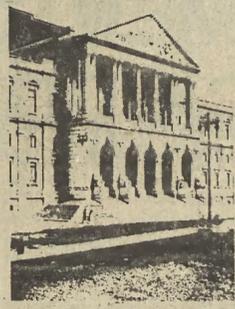
É na unidade dos trabalhadores, na unidade das forças democráticas, na unidade efectiva, participada e actuante que têm de ser definidos os objectivos, traçados os programas, pedidos os sacrifícios, organizado o trabalho, conjugada a acção do Estado com a iniciativa das massas, na base de uma política democrática, firme e coerente.

O PS, agarrado a preconceitos injustificados e a argumentos divorciados da realidade objectiva dos problemas do País, continua a não querer entender e aceitar esta perspectiva de diálogo e de cooperação voltada para a realização de uma política que corresponda aos interesses populares e aos interesses nacionais.

A luta dos trabalhadores e das massas, em defesa dos interesses e das conquistas da Revolução, na busca incessante dos caminhos frutuozos da unidade em todas as frentes de acção, é condição indispensável para travar uma política que, a não ser alterada, porá em risco a própria sobrevivência do regime democrático, as liberdades conquistadas e fechará os horizontes de progresso abertos pelo 25 de Abril.

Com todos os democratas que querem garantir a liberdade, a democracia e a independência nacional, o PCP luta e lutará com todas as forças para que as dificuldades actuais sejam vencidas, para que no ano de 1977 não falte o pão e o trabalho aos portugueses, para que seja encontrado um caminho nacional para a superação dos graves problemas do País.

Lisboa, 12 de Janeiro de 1977.  
A Secção de Informação e Propaganda  
do Partido Comunista Português



# Os Comunistas na Assembleia da República

## ÀS PROVOCAÇÕES ANTICOMUNISTAS OS DEPUTADOS COMUNISTAS RESPONDEM COM A DENÚNCIA DO FASCISMO

Por acaso ou coincidência curiosa, o primeiro plenário deste ano da Assembleia da República ocorreu precisamente no dia em que se comemoravam os 43 anos do 18 de Janeiro de 1934 — a gloriosa jornada de luta do proletariado português, em especial do da Marinha Grande, contra a fascização dos Sindicatos.

Dois deputados — Edmundo Pedro, do PS, e o camarada Aboim Inglês, do nosso Partido — evocaram na Assembleia da República essa data gloriosa. Mas não se pode dizer que a data tivesse servido para que ambos tirassem as mesmas conclusões. Quem desconhecesse a história do movimento operário português e a da luta do nosso povo contra a ditadura fascista, ouvindo as duas intervenções na Assembleia da República, poderia começar a suspeitar terem existido dois 18 de Janeiro...

Com efeito, enquanto o camarada Aboim Inglês perspectivou correctamente tal jornada gloriosa na luta mais geral do nosso povo contra a ditadura fascista, o deputado socialista pretendia tirar abusivamente dessa jornada de luta da classe operária e dos trabalhadores portugueses conclusões impossíveis e contrárias à própria História. Atacar subtilmente — como o deputado Edmundo Pedro fez — a luta que os trabalhadores portugueses actualmente travam pelo reforço e consolidação da unidade do movimento sindical em nome do esforço heróico e abnegado dos que há 43 anos se levantaram, em greve geral revolucionária, contra a fascização dos sindicatos — portanto contra a ditadura fascista — é inventar «histórias» na gloriosa História da luta do nosso povo contra o fascismo. É, além do mais, continuar a tentar dividir o movimento operário e popular. Quem assim procede torna-se responsável perante o nosso povo e perante a História, não só por traír o passado revolucionário, mas também por atrasar a futuro luminoso.

### PROVOCAÇÃO REQUINTADA DE ANTICOMUNISMO

Aliás, a primeira sessão de trabalhos do plenário da Assembleia da República não se pode dizer que tenha começado muito bem para o Partido Socialista. Com efeito, o primeiro acto do PS, em 1977, na Assembleia da República, foi apresentar um voto «chamado de protesto e de pesar», que não passa de uma grosseira provocação contra um país socialista com o qual Portugal mantém relações diplomáticas e contra um povo que esta a construir a sociedade socialista desenvolvida — a República Socialista da Checoslováquia e o povo checoslovaco.

Tal atitude do PS — que o camarada Carlos Brito, numa declaração de voto, classificou justamente como uma provocação política do mais requintado anticomunismo — não deixou de colher os aplausos prazerosos da direita reaccionária (PPD/CDS) e do deputado esquerdista Acácio Barreiros.

Mas, também como o camarada Carlos Brito referiu constitui uma clara demonstração das cedências que o Governo do PS tem vindo a fazer às imposições do imperialismo internacional e da direita reaccionária.

O voto — como era de esperar, embora não possa deixar de se lamentar — foi aprovado e constituiu ensejo para que o «líder» da direita reaccionária Amaro da Costa agudizasse ainda mais o seu carácter anticomunista, chegando quase a acolhê-lo como seu.

Se o facto das iniciativas que o PS tem tomado no campo das provocações aos países socialistas serem sempre acompanhadas de franco apoio e aplauso da direita reaccionária pudesse constituir um sério aviso aos socialistas... Mas não, e o PS dá mostras de se sentir bem em tal companhia, uma vez que a atitude por ele tomada em relação à Checoslováquia é a segunda edição daquela outra ocorrida numa das últimas sessões de 1976 relativamente à libertação do destacado dirigente revolucionário, camarada Luís Corvalan. Só que, dessa vez e apenas como diferença, o voto foi apresentado pelo partido de Sá Carneiro e o PS deu-lhe o seu apoio.

### O HERÓICO PASSADO DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO

A vigorosa intervenção do camarada Aboim Inglês — juntamente com a breve intervenção do camarada Carlos Brito já citada — constituíram a melhor resposta a tais provocações. Com efeito, recordar com palavras serenas, mas firmes, na tribuna da Assembleia da República, o que foi o terror fascista e a resistência popular, o que foi o 18 de Janeiro, evocar a memória de todos os que lombaram na longa e dura luta contra o terrorismo fascista de Salazar e Caetano, e denunciar o escândalo da libertação dos torcionários da PIDE/DGS, constitui a única atitude susceptível de assumir o passado revolucionário, democrático e antifascista para melhor construir o futuro de paz, liberdade, justiça e progresso.

Foi essa a atitude assumida pelos deputados comunistas através da intervenção do camarada Aboim Inglês. Foi essa a atitude que o PS não quis assumir, para satisfação da direita reaccionária.

O camarada Aboim Inglês iniciou a sua intervenção evocando o longo passado de terror fascista e a dura luta de resistência do nosso povo, acentuando que a memória curta, o coração insensibilizado por miops cálculos oportunistas não servem os interesses vitais do nosso povo nem os ideais por que se bateram no passado os antifascistas.

Uma luta antifascista por todos, não podemos deixar hoje, de aqui recordar e saudar o 18 de Janeiro, em que há 43 anos atrás a classe operária e os trabalhadores portugueses, da Marinha Grande em especial, se ergueram contra

a fascização dos sindicatos e a opressão do nosso povo, escrevendo uma das mais gloriosas páginas da resistência antifascista, pela qual muitos tiveram que pagar longos anos no Tarrafal, e alguns dão a vida, mas que foi uma das batalhas que vieram dar a vitória do 25 de Abril — afirmou Aboim Inglês, referindo-se ao 18 de Janeiro da 1934.

### A PIDE À SOLTA, A PIDE EM LIBERDADE

Prosseguindo a sua intervenção, o camarada Aboim Inglês afirmou: Nas últimas semanas, particularmente após a sentença do 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa no julgamento do assassino de José Dias Coelho, e com os chamados «julgamentos» de já cerca de 30 agentes e informadores da PIDE, incluindo inspectores e até um director, sujeitos apenas a uma «ridícula formalidade para ficarem completamente libados» e «serem mandados em paz» — nas últimas semanas tem vindo a lume, com inequívoca clareza, a justa indignação de inúmeros

No seu primeiro dia de trabalhos em 1977, a Assembleia da República aprovou ainda um voto de protesto contra a prisão e o assassinato de vários antifascistas brasileiros, bem como diversos empréstimos a contrair pelo Governo no estrangeiro, nomeadamente na República Federal Alemã e nos Estados Unidos. O Partido Comunista Português entregou um pedido de ratificação do Decreto 923/76, que estabelece os novos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública. Aliás, o Presidente da Assembleia da República informou os deputados que tinha recebido uma petição com milhares de assinaturas para que a Assembleia se debruçasse sobre o decreto. Também um grupo de trabalhadores de teatro estiveram em S. Bento e entregaram ao Presidente da Assembleia da República uma petição para que aquele órgão de soberania analise o despacho da SEC sobre os subsídios, que aqueles trabalhadores consideram altamente lesivo.

resistentes antifascistas, de vária filiação política e orientação ideológica, tem vindo a lume o profundo alarme de largas massas de trabalhadores, homens e mulheres do nosso povo, que foram quem mais sofreu directamente com a ditadura fascista e com a acção do seu órgão repressivo fundamental, a PIDE/DGS.

Repudiando o facto, que considerou espantoso e perigosamente ameaçador e revelador, de o fascismo ser tratado como um regime qualquer, a PIDE como um serviço público como outro qualquer, os seus agentes como funcionários quaisquer, passíveis de bom comportamento e credores de louvores obtidos pelo zelo e diligência postos no serviço, o deputado do PCP salientou:

Esta verdade pública e notória — que a PIDE foi o instrumento repressivo fundamental que o fascismo utilizou durante 48 anos para aterrorizar o povo português e impor-lhe a exploração, a opressão, a miséria e o obscurantismo ao serviço de um punhado de privilegiados — esta verdade pública e notória não entra ao que parece nas magras páginas dos processos dos «pides», organizados até há pouco às ordens do general Ribeiro de Faria, nem tem lugar na consideração dos factos que devem determinar as sentenças nos «julgamentos» dos «pides» que vêm sendo realizados.

Recordando as inúmeras reacções a tal situação e a preocupação da Lei 1/77, que elimina algumas das atenuantes, Aboim Inglês finalizou a sua intervenção salientando:

Esta Assembleia não se pode alhear agora do cumprimento dessa lei. Desde a sua saída, os julgamentos dos «pides» estão a ser adiados e o general Ribeiro de Faria demite-se de «instrutor-mor» dos processos dos «pides». Esta Assembleia, tal como os outros órgãos de soberania, tem o dever de estar vigilante, de não considerar esgotada a sua responsabilidade e a sua capacidade de intervir, de acordo com a vontade do povo, para que justiça seja feita e a liberdade e a democracia, pela qual tantos antifascistas lutaram e deram a sua vida, seja para sempre a vida em paz e segurança dos portugueses, a nossa, a dos nossos filhos, a dos nossos netos.

A Pide à solta, a Pide em liberdade — não é um perigo à distância, é um perigosíssimo estímulo e objectiva ajuda à actividade terrorista contrarevolucionária. É por isso que todos os antifascistas, as autoridades democráticas e os representantes legitimamente eleitos do povo português, têm o direito e têm o dever de erguer a sua voz para exigir, dentro da lei e da justiça, o julgamento e castigo severo e exemplar dos criminosos da PIDE; e para tanto, com serenidade mas firmeza, se têm de unir e agir em defesa da democracia portuguesa, que apenas começamos a construir.

### DESENHOS DE ÁLVARO CUNHAL EXPOSTOS EM BAKU

Está patente em Baku (República Soviética do Azerbaijão) uma exposição de desenhos do camarada Álvaro Cunhal, elaborados no decorrer dos anos em que esteve preso nas masmorras do fascismo. A colecção dos «Desenhos da Prisão» apresentada na União Soviética foi cedida pela Associação de Amizade Portugal-URSS, sendo a exposição patrocinada pela Associação de Amizade e Relações Culturais do Azerbaijão com os Países Estrangeiros.

«Os desenhos do nosso camarada português representam imagens de camponeses comuns, e são traçados com profunda fé no povo e na vitória da sua luta pela liberdade» — afirmou o camarada Habi Hazri, presidente da referida associação soviética, durante a sessão inaugural do certame. O camarada Hazri salientaria igualmente o carácter heróico,

### L. GRAÇA RECEBE CONDECORAÇÃO

Realiza-se amanhã, às 21 horas, na sede da Associação de Amizade Portugal-URSS, a cerimónia de entrega da Ordem da Amizade dos Povos recentemente atribuída pelo Soviete Supremo da União Soviética ao compositor e destacado militante antifascista Fernando Lopes Graça.

Ao acto, estarão presentes várias personalidades portuguesas e estrangeiras, ligadas aos meios políticos, diplomáticos, sociais e intelectuais.

# A MARCA REGISTRADA DO IMPERIALISMO

Subtilmente, quase sem nos apercebermos, o nosso país é invadido por produtos característicos das sociedades de consumo, da tal «Europa conosco e América — também». Já não temos que nos sentir inferiores: o nosso país pode passar a dispor da bebida preferida de todos os «homens evoluídos» do mundo ocidental: a coca-cola...

O acontecimento tem sido devidamente explorado pelos jornais da direita reaccionária — grandes parangonas tentando forçar a criação no nosso país, de uma fábrica daquela bebida como um acontecimento de grande interesse para o povo português, ouando mesmo apresentar tal facto como uma realidade tornada possível pelo 25 de Abril!

A acreditar em tais «entusiasmos», estaríamos em presença de uma histórica iniciativa, capaz não só de contribuir para o bem-estar da população como também para resolver os problemas da economia nacional. Beber coca-cola tornará felizes milhões de portugueses!

A realidade é, porém, outra. A introdução daquela beberagem no nosso país será mais uma subtil entrada em Portugal dos hábitos de consumo que o imperialismo americano tenta espalhar na sua «missão civilizadora», habilmente dirigida pelos homens da CIA, do Pentágono e da Wall Street.

A coca-cola tem a marca registada do

imperialismo! E nem mesmo o facto de esta iniciativa ser promovida por uma empresa suíça pode esconder a sua origem — o país dos dólares...

O governo PS, já autorizou o empreendimento. O aval do Governo era necessário, uma vez que na sua composição entram alcalóides susceptíveis de causar a habitação do consumidor. Por isso, as notícias sensacionalistas dos jornais da direita constituíram, simultaneamente, uma forma de pressão junto do Governo e como publicidade gratuita (será?) à multinacional suíça e aos capitalistas portugueses interessados — de notar que entre eles se conta o famigerado conde de Caria, destacado capitalista português e que conseguiu alcançar certa notoriedade devido às suas provadas ligações com o 28 de Setembro, para além da que lhe vinha do tempo do fascismo por «casos» que a censura cobria com o seu véu...

O governo do PS, fascinado com as virtudes do elixir, ao dar a necessária autorização ao fabrico da Coca-Cola no nosso país, torna-se responsável, por ter aberto as portas do nosso país a mais uma multinacional da indústria de refrigerantes que, a curto prazo, estragará dezenas de pequenos e médios industriais, uma vez que, em Portugal, grande percentagem da produção de refrigerantes vem de pequenas indústrias.

# ELEITO MAIS UM CANDIDATO DO «POVO UNIDO» EM LOUSADA

Com uma grande afluência às urnas realizou-se no passado domingo a repetição das eleições para a Assembleia Municipal de Lousada nas freguesias de Alvarenga e Lodares, distrito do Porto.

O resultado eleitoral traduziu-se por um aumento significativo de votos nas listas da FEPU em ambas as freguesias: de 3 para 15 em Lodares e de 47 para 126 em Alvarenga.

Entretanto, os resultados para a Assembleia Municipal de Lousada ficaram distribuídos da seguinte forma: freguesia de Alvarenga — PS, 10 (7); FEPU, 15 (3); CDS, 15 (19); PPD, 73 (45); freguesia de Lodares — CDS, 25 (49); FEPU, 126 (47); PS, 52 (112); PPD, 336 (258). Os números entre parêntesis são os das primeiras eleições.

Como se pode verificar, apenas a FEPU e o PPD aumentaram os seus votos, sendo significativas as baixas do CDS e do PS.

O reforço da votação na Frente Eleitoral Povo Unido permitiu a eleição de mais um candidato da FEPU, que conta agora com dois lugares na Assembleia Municipal de Lousada. Os dois candidatos eleitos pela Frente reafirmaram a sua decisão de lutar pelos interesses da população e pela melhoria das condições de vida naquele concelho.

# E continuam a sair...

A beira da promulgação da nova lei 1/77 que repõe uma certa justiça na vergonhosa matéria legal que permitia aos pides saírem em liberdade beneficiando de atenuantes escandalosas, rectificadas que foi em parte essa injustiça que permitia considerar como bons e leais servidores da nação os torcionários dos democratas, os esbirros do poder fascista, à beira, como dizíamos da promulgação da nova lei saíam ainda para o convívio social mais alguns criminosos.

José Francisco Farinha, agente de 2.ª classe, condenado a 14 meses de prisão, já expiado;

António João Lobo Albardeiro, agente de 2.ª classe, condenado a 1 ano de prisão, já expiado;

José Francisco dos Santos, agente de 2.ª classe, condenado a 13 meses de prisão, já expiado;

José Joaquim Bessa da Silva, agente de 2.ª classe, condenado a 1 ano de prisão, já expiado.

Podemos verificar que a lei 1/77, cuja promulgação tardava, não está a ser lida em conta, como o não estava a própria Constituição, declarada bastas vezes inconstitucional por certos magistrados. A lei fora aprovada pela Assembleia da República, apesar de conter ainda aspectos que podem vir a facilitar a saída de criminosos, como é o caso da atenuante que considera a prestação de colaboração «no ultramar» após o 25 de Abril, à Polícia de Informação Militar.

No entanto, se pudessem os antifascistas estar certos de que a lei seria cumprida com o espírito de fazer justiça democrática, já as eventuais deficiências poderiam ser encaradas como secundárias. Mas não. E sinal disso não é só o desrespeito pela lei publicada, como também a reacção daqueles elementos responsáveis da Comissão de Extinção da PIDE que, logo anunciada a promulgação se demiliram, provando o que era o receio de muita gente: que a vontade de justiça não estava, e muitas vezes continua a não estar, nas intenções dos que, colocados em postos de responsabilidade, têm o dever de a aplicar ou de a promover.

Com efeito, embora a sentença do famigerado Seixas tivesse sido adiada, vieram juntar-se, na contabilidade sinistra de que demos conta no último número do «Avante!» os seguintes pides, «legalmente» postos à solta:

Foram eles Afonso Gadanha Batista, que ficou suspenso dos direitos políticos por 16 meses;

Manuel Gouveia Martins Barata, condenado em 5 meses de prisão, já expiado;

Luis Angelino Lameiras Travanca, condenado em 6 meses de prisão, já expiado.

Cada vez fica mais claro para todos os portugueses que a vontade de justiça não está na mente nem nas intenções daqueles muitos que hoje a distribuem, contra o protesto crescente e indignado dos democratas, de muitas personalidades, de muitas organizações de trabalhadores, de moradores.

Apesar dos protestos, os pides saem. Mas o mais grave vem depois.

Apesar da nova lei, foram já postos em liberdade mais criminosos. No dia seguinte à sua promulgação, a lista de saídas aumentou de modo significativo. Mais nomes para a lista:

# DEPOIMENTO DE FRANCISCO MIGUEL ACERCA DO CRIMINOSO SEIXAS

Transcrevemos na íntegra o texto da carta enviada ao 1.º Tribunal Militar Territorial, onde se aguarda a sentença do torcionário Seixas.

Exmo. Senhor Presidente:  
No momento em que nesse digno Tribunal estão, ou começam a ser julgados alguns elementos que pertenceram à tristemente célebre ex-PIDE/DGS, julgo de meu dever de cidadão e de antifascista expor a V. Ex.ª e ao digníssimo tribunal a que V. Ex.ª preside, o seguinte:

Tendo sido julgado, da primeira vez, em 18 de Maio de 1940, no Tribunal Militar Especial e ali condenado em 24 meses de prisão correcional, enviaram-me, um mês depois, para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde dei entrada em 28 de Junho desse mesmo ano de 1940 e donde regressiei em 26 de Janeiro de 1946. Chegado a Lisboa a 2 de Fevereiro de 1946 fui restituído à liberdade, considerado amnistiado, quando já tinha passado na prisão 4 anos e meio a mais da pena a que fora condenado.

No Tarrafal fui sujeito ao regime de trabalhos forçados que imperava desde sempre naquele campo, sendo o trabalho na pedreira um dos primeiros que executei na companhia de muitos outros dos meus camaradas, entre os quais se encontrava Alberto Araújo, professor dos liceus e pessoa fisicamente fraca, até porque já tinha sido tuberculoso, pelo que tinha estado durante algum tempo num sanatório na região da Guarda. A seguir a esse primeiro trabalho na pedreira, trabalhei na construção de muros de pedra solta (muros inúteis e de que ninguém precisava), abertura de valas, que depois eram tapadas, tendo sido mandado para o serviço de descarga da água, considerado por todos dos mais pesados, onde permaneci cerca de dois anos. Só nos últimos meses que passei no Tarrafal, desta primeira vez, e quando já estava muito enfraquecido fui colocado em trabalhos menos violentos. Recordo que numa altura em que tive um panário num dado da mão direita o médico me deu apoio para o trabalho quando ainda não estava completamente curado. Esse panário, aliás, foi cuidadosamente tratado não pelo médico do campo, Esmeraldo Pais Prata, mas pelo meu camarada médico, dr. Manuel Baptista Reis.

Quando entrei no campo fui posto ao corrente, pelos meus camaradas de tudo o que até ali tinham vivido no campo de concentração, como tinham morrido vários presos, quais as violências que correntemente eram praticadas pelos guardas, qual tinha sido até ali a conduta criminoso do médico dr. Esmeraldo Pais Prata, que todos, sem excepção, consideravam um autêntico assassino dos presos. Tudo o que me foi dito a respeito da conduta do médico, do seu desprezo pela saúde dos doentes, da sua atitude mais de carcereiro que de médico, pude eu próprio verificar ser verdade. Recordo, por exemplo, numa altura em que estive doente do fígado, devido ao paludismo, me ter caído a barba quase toda e dizendo o médico, dr. Reis, que o mal podia ser tratado passando a dieta (que consistia em só comer carne branca) o médico Pais Prata só a muito custo acedeu a que passasse a dieta, o que permitiu que a barba voltasse sem mais atraso. Nesse momento da chegada e ao longo dos muitos anos que passei no Tarrafal fui ouvindo relatos das muitas violências que ali tinha praticado o Seixas, na sua qualidade de chefe dos guardas, dispoñendo de poderes que muitas vezes pareciam superiores aos do próprio director. Todos se referiam ao Seixas como homem particularmente mau e brutal para os presos.

Quando cheguei ao campo o único tratamento que o médico receitava para o paludismo era o quínino. Só mais tarde e por iniciativa do médico preso, dr. Manuel Reis, se iniciou o tratamento com uterina, que era muito mais eficiente que o quínino. Sempre e em tudo se via que o médico do campo, Esmeraldo Pais Prata, não se interessava nada pela saúde dos presos, confirmando o que ele próprio tinha declarado mais de uma vez, que estava ali para passar créditos de óbito. Não há, pois, qualquer exagero quando se diz que Esmeraldo Pais Prata estava como médico no Tarrafal apenas para tornar menos ilegal o extermínio dos antifascistas presos.

Durante os cinco anos e meio que passei no Tarrafal, da primeira vez, assisti à morte de vinte e seis dos meus camaradas de cativeiro. Estive às pés da cama de Bento Gonçalves, Secretário-Geral do PCP, quando este meu camarada expirou, momento que jamais poderei esquecer. Bento Gonçalves — saliente — morreu quando já tinha cedido a pena de 6 anos a que o Tribunal Militar Especial o havia condenado. Bento Gonçalves foi vitimado por uma biliose, doença que só se tem na África e quando se está com paludismo num grau muito elevado. Se o tivessem restituído à liberdade quando terminou a pena, ainda hoje estaria vivo. Mas o caso Bento Gonçalves não era de maneira nenhuma o único

juridicamente irregular; lá estiveram (ou morreram) muitos que nem tinham sido julgados e mesmo sem terem sequer culpa formada.

Quero salientar também que assisti a vários espancamentos e que eu próprio fui uma vez agredido pelo chefe dos guardas, Rui Francisco Paula e por um guarda de nome Hernan. O pretexto para essa agressão foi não ter consentido que o chefe dos guardas me tratasse por tu.

Estive várias vezes na «frigideira» com castigos que considero injustos e injustificados.

Para a «frigideira», distante uns 300 metros da porta do campo, iam os presos sem chapéu e apenas com a camisa e as calças e o casaco de caqui amarelo. Na «frigideira» de chão de cimento, não havia tarimba nem enxada; só havia uma lata com água e outra para urinar.

Todos sabiam, presos e carcereiros, que ao castigo na «frigideira» se seguiria uma série de febres, porque na «frigideira» os mosquitos — anófeles — picavam mais.

Quando cheguei ao Campo do Tarrafal, era director o capitão João da Silva, que poucos dias depois regressou a Portugal, ficando como director o capitão Osório, o qual foi substituído pelo capitão Olegário Antunes que dois anos ou três depois foi substituído pelo capitão Filipe de Barros, que não chegou a terminar o mandato por ter sido objecto duma sindicância. A seguir ao capitão Filipe de Barros foi para director do Campo o capitão David Pratas da Silva, natural de Pavia e já falecido.

Dos guardas que melhor conheci e cujos nomes ainda recordo são: Manuel Teixeira, agente da PIDE, e ali chefe dos guardas; Travessa, antes empregado numa tabacaria no Conde Redondo em Lisboa; Baptista, que era da PSP, Rodrigues da PSP, Carlos Silva, Fernandes que era guarda do Aljube, Arnaldo Gaspar, que veio a ser chefe dos guardas mais tarde; Ribeiro, ex-comerciante, do Porto; Mateus, mais tarde guarda no Aljube.

Os guardas do Campo de Concentração do Tarrafal era todos maus até porque, dentro daquela engrenagem, que eles ajudavam a forjar e de que eram instrumentos, nenhum desejava que o considerassem menos feroz; ser injusto e violento com os presos (que estavam ali para morrer, como dizia o Seixas e o capitão Silva) era a melhor maneira de agradar aos superiores.

Não quero deixar de lembrar aqui os espancamentos de que foram vítimas uma vez os meus camaradas Gabriel Pedro, Tomas Rao, Francisco Nascimento Gomes, este um dos que lá morreram pouco depois de ter sido espancado.

Tendo regressado do Tarrafal a Lisboa, em princípio de 1946, voltei lá uma segunda vez, em Janeiro de 1951, quando ainda lá se encontravam umas dezenas dos antigos camaradas. Desta vez permaneci no Tarrafal três anos e fui o último preso político português a sair daquele Campo de Concentração. Durante os últimos seis meses estive só; era o único preso no Tarrafal.

Sobre este segundo período do Tarrafal quero esclarecer que, sendo o clima o mesmo, os carcereiros quase todos os mesmos, estes eram agora menos violentos.

Os presos, quase todos eles com 16 anos de Campo de Concentração em regime de trabalhos forçados (mas sem qualquer remuneração), estavam enfraquecidos e doentes — o que é mais importante — o nazismo tinha perdido a guerra.

Tendo sido pior nos primeiros dez anos, a alimentação no Tarrafal continuava a ser má. Essa deve ter sido também uma das razões porque os presos enfraqueciam e morriam. Estou convencido de que com alimentação e assistência médica adequadas menos presos teriam morrido no Tarrafal. Mas, sendo o objectivo do governo fascista a supressão física dos seus adversários políticos, tudo está logicamente explicado.

Aquiular o maior número de presos (sem negar aparentemente a «brandura dos nossos costumes») e fazer grandes fortunas em pouco tempo, eram dois objectivos dos fascistas portugueses mais responsáveis. Hoje ali temos vitimas e filhos dos que foram assassinados no Campo de Concentração do Tarrafal, ou mesmo nas ruas de Lisboa, e ali temos também vivos e na posse das suas fortunas muitos dos que se serviram do Poder para enriquecerem.

Penso que o Campo de Concentração do Tarrafal foi concebido e realizado, como diz Cândido de Oliveira no seu livro, para matar alguns dos melhores filhos do Povo e para aterrozizar todos os portugueses não fascistas e obrigá-los a sujeitarem-se ao domínio do fascismo. Foi um crime de pessoas e de um regime.

Falando agora das minhas prisões e nos longos interrogatórios a que fui sujeito, esclareço que, da primeira vez que fui preso, em Janeiro de 1938, pela brigada de José Gonçalves, actualmente preso no Forte de Caxias, fui barbaramente espancado por seis agentes, tendo sido o José

Gonçalves e o Rosa Casaco quem mais violentamente me bateram. Os espancamentos duraram toda uma noite, com pequenos intervalos para os agentes descansarem. Batiam-me com cavalo-marinho, socos e pontapés e com uma grossa tábuca com uma pega apropriada e a que eles chamavam «Arriba Espanha». E enquanto estive a ser espancado estive sempre alegado com as algemas muito apertadas. Os seis agentes que me espancaram eram José Gonçalves, Rosa Casaco, Francisco Mateus, Miguel Castanheira, Júlio de Almeida, que mais tarde foi subinspector, Mascarenhas, que tinha vindo de Macau.

Em consequência desses espancamentos fiquei com alguns ferimentos e com o corpo tão negro como a tinta de escrever, a mais escura. Estive dessa vez mais de sete meses incomunicável. Na mesma altura, o dr. Alberto de Araújo esteve incomunicável onze meses. Da segunda vez que fui preso, em Dezembro de 1939 (tinha-me evadido do Forte de Caxias em Março desse mesmo ano) ainda fui agredido a soco pelo agente Júlio de Almeida e estive cento e cinco dias incomunicável na sela n.º 14 do Aljube de Lisboa, a mais escura da cadeia.

Ta terceira vez que me prenderam, em Julho de 1947, fui agredido no momento da captura e fui sujeito à tortura do sono ou da «estátua» durante 31 dias em três etapas: 11 dias e 8 horas, 10 dias e 9 dias. Desta vez estive 3 meses e meio incomunicável.

Em Novembro de 1950 estive no segredo do Forte de Peniche 17 dias permanentemente alegado; dormia com as algemas nos punhos. Passei um total de 21 anos e dois meses nos cárceres fascistas. Oito e meio dos quais no Campo de Concentração do Tarrafal em regime de trabalhos forçados.

Discordaria que algum ex-pide agora preso fosse torturado, mas sou da opinião que todos devem ser julgados em tribunais comuns e condenados pelos seus crimes. Não acredito que todos os ex-pides tenham as mesmas responsabilidades, mas sei que muitos foram assassinos e torturadores. De José Gonçalves, que me prendeu duas vezes e me espancou muito, como já disse, sei que assassinou Alfredo Dimis (Alex). Foi o próprio José Gonçalves que, em Junho de 1947, quando eu estava na «estátua» me descreveu, na sua versão, como tinha morto Alex na Estrada de Bucelas em 4.7.45. Declaro estar ao dispor dos tribunais para depor como testemunha nos julgamentos dos ex-pides que conheço, quando estes forem julgados.

E para que melhor se possa ver até que ponto o regime fascista era arbitrário e não respeitava as suas próprias leis, acho conveniente relatar mais o seguinte:

Quando em 1954 me encontrava na prisão do Forte de Caxias, e quando já tinha terminado toda a pena a que tinha sido condenado no Tribunal Plenário de Lisboa, em vez de me restituírem à liberdade, como mandava a lei e o meu advogado exigia, a Pide forjou um novo processo, no qual me acusava:

a) de pretender derrubar o governo por meios não consentidos pela constituição e

b) de ter organizado células comunistas na Cadeia do Forte de Caxias em Dezembro de 1953, quando como atrás ficou dito, eu só saí do Tarrafal em 26 de Janeiro de 1954 e ter dado entrada no Forte de Caxias, dessa vez, em 22 de Maio do mesmo ano de 1954. Por este processo fui julgado em Julho de 1957 e, apesar do absurdo da acusação, ali fui condenado a cinco anos e meio de prisão maior e «medidas de segurança».

Julgo ainda com interesse lembrar que, em 1961, estando no Forte de Caxias e quando só me correspondia com uma tia que residia no Alentejo e com meu sobrinho, que se encontrava gravemente doente, fui proibido de escrever ao meu sobrinho no momento em que ele ia ser operado, com a seguinte explicação: «pode escrever à sua tia, mas não ao seu sobrinho; o preso pode escrever aos fios mas não aos sobrinhos». Vi claramente que esta proibição era simplesmente e apenas para me torturar moralmente, o que, em minha opinião, mostra mais uma vez o sadismo dos carcereiros fascistas.

Era director do Forte de Caxias nesta altura o elemento da Pide, Gomes da Silva.

São muitas mais as violências de que fui vítima na polícia e nas cadeias fascistas, mas creio que, o que fica dito, dará ao digníssimo Tribunal uma ideia de como os presos antifascistas eram tratados e quais as responsabilidades dos ex-pides ora sujeitos a julgamento.

Como antifascista que passou mais de 20 anos nas prisões, para que o Povo português finalmente seja livre apenas desejo e espero que justiça seja feita.

Francisco Miguel Duarte  
Deputado da Assembleia da República  
Lisboa, 13-1-77

# AS TORTURAS DA PIDE/DGS DENUNCIADAS NO TRIBUNAL

Centre and Criminals Parties of Guorre e Sáez, Lles ORGANIZEMOS A LUTA EM DEFESA DA PAZ

No tribunal fascista ALVARO CUNHAL

Reforça-se a amizade soviética-chinesa os imperialistas sofrem novos reveses

PAI E MÃI MORTOS

SOLIDARIZEMOS-NOS COM JOUOT CURIE

Rádio Moscovo

A.C. — Sim. Quero começar por referir neste tribunal que, desde a minha prisão em 25 de Março de 1949, há, portanto, mais de um ano, me encontro ilegalmente submetido a um regime de rigoroso isolamento.

Juiz — Sabe certamente que há peças no processo relativas a isto.

A.C. — Perfeitamente. Não há qualquer exagero em dizer que esse regime é uma nova forma de tortura. Uns resistem a ela, outros, como esse grande patriota que foi Milhão Ribeiro, perdem nela a vida, conforme tomei conhecimento já depois de me encontrar neste tribunal. Da primeira vez que fui preso, como me negasse a prestar declarações, algemaram-me, meteram-me no meio de uma roda de agentes e espancaram-me a muro, pontapé, cavalo-marinho e com umas grossas tábuas com uns cabos apropriados. Depois de me terem assim espancado longo tempo, deixaram-me cair, imobilizaram-me no solo, descalçaram-me sapatos e meias e deram-me violentas pancadas nas plantas dos pés. Quando cansados, levantaram-me, obrigaram-me a marchar sobre os pés feridos e inchados, ao mesmo tempo que voltavam a espancar-me pelo primitivo processo. Isto repetiu-se numerosas vezes, durante longo tempo, até que perdi os sentidos, estando 5 dias sem praticamente dar acordo de mim. Desta vez não fui sujeito aos mesmos processos. Mas estou em condições de comparar, avaliar e aqui dizer que um ano de isolamento não é menos duro que os referidos maus tratamentos. Não há, pois, qualquer exagero ao dizer que o referido regime de isolamento é uma nova forma de tortura. Há, entretanto, que sublinhar que, no meu caso, se não trata dos célebres «safões a tempo» para arrancar confissões (de que há anos falava o sr. presidente do Conselho), mas, antes, de medidas tomadas pela polícia pelo desporto de não ter podido obter tais confissões. De facto, na PIDE foram-me feitas variadas perguntas relacionadas (umas directamente, outras indirectamente) com a minha actividade política. A todas elas me recusei a responder com o fundamento — que mantenho — de que um membro do Partido Comunista Português, força política de vanguarda na luta pela Democracia, a Independência Nacional e uma Paz duradoura, não tem quaisquer declarações a fazer à polícia política, instrumento da repressão violenta exercida contra os trabalhadores e contra os portugueses democratas, patriotas e partidários da Paz. Com grande alegria verifiquei que os meus queridos camaradas, comigo presos e companheiros neste processo, o saudoso Milhão e Solia, tomaram igual atitude.

## MANUEL RODRIGUES DA SILVA NO «JULGAMENTO» DE ABRIL DE 1951

Esta é a segunda vez que sou preso. É, contudo, a primeira que compareço perante um tribunal. Quando da minha primeira prisão fui, logo ao entrar na sede da polícia, espancado brutalmente, tomando parte no espancamento o próprio director, capitão Maia Mendes. O espancamento durou toda a primeira noite de prisão. Depois, ao fim de 23 dias de rigorosa incomunicabilidade, fui alçado para o Campo da Morte Lenta do Tarrafal, onde permaneci durante 9 anos e 4 meses sem ter sido submetido a qualquer julgamento.

A história do Campo de Concentração do Tarrafal há de fazer-se um dia. Nessa altura, todos os portugueses conhecê-lo, melhor do que hoje conhecem, a vida que levaram e levam aqueles que lá estiveram e os que ainda ali se encontram.

Submetidos a um regime de trabalhos forçados inteiramente desumano num clima excepcionalmente insalubre, sem quaisquer medicamentos — nem sequer água própria para se beber — ali encontramos a morte mais de três dezenas de honestos portugueses, muitos sem julgamento, outros com as penas cumpridas e até um que tinha sido absolvido pelo TME. E tudo isto pelo crime de desejarem um Portugal independente, democrático e livre das misérias que o esmagam.

Nesta minha segunda prisão pude verificar que a situação dos que são presos em nada se modificou e que novos métodos mais refinados, além dos usados anteriormente, são postos em prática pela polícia política para que os presos «falem».

As longas incomunicabilidades (eu estive rigorosamente incomunicável durante 99 dias), a tortura conhecida pelo nome de «estátua», que consiste em manter de pé os presos durante dias

sem os deixar dormir, os espancamentos e as torturas morais continuam a existir.

## JOSÉ MAGRO NO «JULGAMENTO» DE 1952

Entretanto, só a prisão me deu a verdadeira medida dos métodos do regime e da PIDE. Preso em 25 de Janeiro do ano passado, e conduzido directamente à sede da PIDE e à presença dos policiais responsáveis pela perseguição ao Partido — Porto Duarte, Gouveia, Reis Teixeira e Gonçalves — declarei estes qual seria a minha atitude perante eles e porquê. Disse-lhes, em resumo, que me recusava terminantemente a fazer qualquer declaração ou a assinar qualquer papel, além de um que escreveria pelo meu punho e em que confirmava o que estava dizendo, e fazia-o porque era membro do Partido Comunista, e um membro do Partido Comunista apenas ao seu Partido deve dar contas da sua actividade. Esta minha decisão foi cumprida, e na realidade, mais tarde escrevi a declaração que está junta ao processo e que diz textualmente: «Declaro ser membro activo do Partido Comunista Português. No interesse da minha própria defesa, por honestidade pessoal pelos meus deveres de comunista e, acima de tudo, pelo meu amor ao meu querido Partido e ao Povo do meu país, recuso-me a fazer ou a assinar qualquer outra declaração». Essa minha decisão foi cumprida, como não podia deixar de ser, estando em jogo a minha dignidade de comunista e o meu Partido, e não obstante todas as tentativas policiais para levar-me ao esgotamento, à desmoralização e à traição. Logo nesse dia o interrogatório foi prolongado para além da meia-noite, revezando-se os investigadores nas ameaças, nos insultos, nas calúnias. Conduzido depois ao Aljube e quando julgado poder descansar, fui metido numa cela com um traidor do Partido, de nome Mário Mesquita, para que não pudesse sossegar e para tentarem um processo de interrogatório que certamente julgaram mais habilidoso. Falhado este, falhada a própria intervenção do director do Aljube, que ao meu pedido de pão, na manhã seguinte, me recusa, mandando-me informar de que eu desde a véspera «tinha perdido todos os direitos de ser humano», a polícia resolve entrar noutra sessão de interrogatório, que vem dar inteiramente razão ao director do Aljube. Assim, conduzido novamente algumas horas depois à sede da PIDE, sem qualquer justificação ou simples pretexto, sou brutalmente agredido, na presença de dois investigadores, por um agente, bem conhecido pela sua ferocidade. Esse «valentão» que dá pelo nome de Chico Fernandes, teve ainda a audácia de vir a este tribunal e está aqui sentado (é aquele da nariz de papagaio). Claro que aos meus protestos não foi dado qualquer andamento, até porque foi bem evidente que a ordem de agressão viera de cima. Alguns dias depois fui conduzido não à sede da PIDE, mas à «sala de torturas» do próprio Aljube, no 3.º andar, ao lado da enfermaria, num quarto num com as portas calafetadas com grossos cobertores (para que se não ouçam cá fora os gritos das vítimas) e submetido ao suplício da estátua. Ainda que me tenha recusado a estar de pé, fui forçado a conservar-me sentado nessa sala desde uma segunda-feira até à quinta-feira seguinte, impedido de dormir ou fechar os olhos, numa tentativa mais de esgotamento físico e moral, mas destinada como as outras, neste último aspecto, ao fracasso. E a longa série de violências continuou: ameaças de morte, corte dos breves e espaçados momentos em que me foi dado ver minha família, insultos soezes à minha dignidade e à de minha mulher e de minha mãe — de tudo se serviram esses miseráveis — e de novo, no longo de quase quatro meses de tortura e de incomunicabilidade, contados no Aljube, isolado de tudo, com a presença sinistra dos torturadores da PIDE em dias de interrogatório. A cada violência eu invocava este tribunal, assegurava que me viria aqui queixar de todas as arbitrariedades que contra mim estavam sendo cometidas. Devo também declarar aqui que a única reacção que isso provocou foi a troca. A cada uma das minhas observações eram-me dadas respostas como estas: «Para o tribunal vale mais uma mentira nossa do que dez verdades tuas»; ou então: «Deixa-te disso! O tribunal o que quer é condenar-te!!!». E contudo, senhor doutor juiz, o que eu sofri nada é comparado com o que têm feito a tantos e tantos dos meus queridos camaradas, como a Milhão Ribeiro, torturado até à loucura e à morte, a Alex, assassinado a tiro na

estrada de Bucelas, a José Moreira, lançado do 3.º andar da sede da polícia, e a tantos outros entre os mortos; e, entre os que julgo ainda vivos, a Alvaro Cunhal, cuja incomunicabilidade se mede por anos, ou a Francisco Miguel e tantos outros condenados à morte lenta no Campo da Morte do Tarrafal. Porque me foi possível não falar? Porque é possível não falar a um número sempre crescente de comunistas? Isso é possível porque dia a dia cresce o sentimento da responsabilidade que temos perante o Partido e perante o Povo, a nossa dedicação total a um e outro, a nossa consciência política, a certeza da nossa justiça, da nossa força e da nossa vitória.

## BLANQUI TEIXEIRA NO «JULGAMENTO» DE MARÇO DE 1965

No próprio dia 6 fui imediatamente levado para Lisboa e por volta do meio-dia já me encontrava num pequeno quarto do último andar do Aljube, onde havia uma cadeira para me poder sentar. Nesse mesmo dia pedi para escrever à família, e como nada possuía, foi a polícia política que me forneceu um postal e caneta para eu escrever, o que fiz no dia 7. Mas esse postal, com poucas e simples palavras, que fora autorizado, nunca foi enviado para o correio. Claro que se trata de um pequeno pormenor em tudo o que se iria passar, mas é, quanto a mim, um pormenor elucidativo. Poucos dias depois, talvez a 9, a minha família soube da minha prisão, não evidentemente pela via natural, que a polícia política fechará da forma como descrevi. E, mais um pormenor, tem interesse dizer que meu pai andou do Aljube para a sede da PIDE e desta para aquela, várias vezes, vários dias; porque se negavam sequer a confirmar que eu estivesse em algum dos lados. Só no dia 24 de Maio, deztois dias depois de ter sido preso, me foi permitida uma visita de quinze minutos com os meus familiares.

Porque se passou isto assim? E que entretanto, desde o dia 6 até ao fim do dia 18, eu era mantido naquele pequeno quarto do Aljube, tendo simplesmente uma cadeira para me sentar, de dia e de noite, guardado por agentes da polícia política, que tinham a desumana missão de não me deixarem dormir. Estive assim 13 dias na chamada «tortura do sono», uma das formas mais usadas pela polícia política para fazer as suas «investigações».

As consequências de tão terrível tratamento são muito grandes para a saúde, mas apesar disso fui em seguida metido numa das celas do Aljube, as chamadas «gavetas», onde permaneci quase seis meses isolado, sem se ter permitido ler qualquer coisa e com a correspondência autorizada a maior parte das vezes cortada sem qualquer razão. Apesar dos esforços feitos por minha família e por mim, e da própria opinião expressa por médicos sobre a necessidade de deixar-me em liberdade, dado o esgotamento cerebral que as torturas me tinham causado e de que ainda hoje sofro, nunca foi consentido. A tortura do sono constituiu um sofrimento muito intenso. O isolamento em que estive depois nas condições indicadas é-o também.

Para finalizar o tempo da «preparação do processo», na véspera de ser enviado para a cadeia do Peniche, fui conduzido à sede da Pide para simplesmente ser agredido a soco e a pontapé e ameaçado de morte. Nada fiz que provocasse tal agressão, que, aliás, era uma agressão a um preso. Depois fui para Peniche, e para além de tudo que aí se tem passado e que hoje é já conhecido em todo o lado não posso deixar de referir aqui dois factos: em primeiro lugar nunca me foi permitido contactar com o meu advogado, pois a condição da presença de um funcionário da cadeia significa uma verdadeira proibição; em segundo lugar, como prova de grande arbitrariedade e desumanidade, estou proibido desde Setembro passado e para sempre de receber a visita de meu pai naquela cadeia. O pretexto utilizado parece ser o facto de meu pai ter protestado contra as atitudes incorrectas, provocatórias, de guardas prisionais.

# INTERNACIONAL

## REFORÇA-SE O NÚCLEO DE PAÍSES PROGRESSISTAS

Após um longo período em que aos grandes progressos registados no sistema socialista não correspondeu um aumento quantitativo, a comunidade dos países socialistas foi enriquecida com mais um membro — o Laos.

Entretanto, a nível mundial, e nos diversos continentes, vão surgindo, consolidando posições, alargando horizontes, todo um conjunto de países com uma política progressista, ou mesmo propondo-se uma opção verdadeiramente socialista. É o caso de muitos dos países em vias de desenvolvimento, cujos povos compreendem que o único caminho aberto para a superação do atraso e que foram votados, é o caminho do socialismo. Um regime limitado pelas peias do sistema capitalista, não abre possibilidades de desenvolvimento, antes mantém o círculo fechado e esmagador da dependência.

A abertura de um caminho para o socialismo nos países em vias de desenvolvimento nem sempre é fácil, reveste-se mesmo, por vezes, de grande complexidade, tanto maior quanto mais forte é a burguesia nacional, agravada ainda quando se estabelece um poder central fiel serventário do imperialismo. Entretanto, a despeito de oscilações e por vezes mesmo de recuos, é vasto o conjunto de países, ontem ainda meras dependências do capitalismo industrializado, que hoje trilham vias verdadeiramente progressistas, ou tomam posição abertamente anti-imperialista, ainda que por vezes só em sectores determinados.

Angola, Moçambique, Guiné e S. Tomé e Príncipe são os grandes exemplos. Países que hoje arrancam decididamente para um futuro socialista, pese aos desesperados esforços do imperialismo para o impedir, e que com o seu exemplo e a sua política profundamente solidária com os outros povos africanos, surgem como um sólido ponto de apoio para a radical alteração de toda a situação do continente.

Há muitos outros exemplos, cujas consequências podem não ser tão importantes, pelo menos de imediato, nem as perspectivas tão nítidas. Mas que são elementos e factores importantes num panorama internacional cada vez mais favorável às forças do progresso.

Há dias, a República de Benin veio para os cabeçalhos da imprensa. Um grupo de mercenários atacou a capital, e foi derrotado. Pouco antes, o Partido da Revolução Popular de Benin tinha apresentado como tarefas fundamentais, duplicar o volume da produção, reconstruir o país, educar todas as camadas da população — facto no plano político como ideológico —, defender energicamente as conquistas da revolução. Um programa progressista, que se insere no processo revolucionário desencadado em Outubro de 1972, com o acesso ao poder das forças patrióticas dirigidas por M. Kérékou, e que já deu alguns resultados concretos. Foram aplicadas medidas de nacionalizações e o Estado tomou sob o seu controlo o sistema bancário. Pela primeira vez o orçamento não foi deficitário. A produção aumentou. As autoridades aplicam uma política de estabilização dos preços dos produtos alimentares. Mas há ainda estruturas coloniais que se mantêm. E nessas estruturas que o imperialismo se tenta apoiar para recuperar terreno. A tentativa agora concretizada saiu derrotada. Mas prova que o capital internacional está atento. E que em toda a parte onde se ensaiam caminhos progressistas, multiplicam esforços para fazer gorar as esperanças e a luta dos povos.

Na Etiópia, o Conselho Administrativo Militar Provisório, criou muito recentemente um grupo reorganizador dos organismos superiores de Estado. Objectivo declarado, cumprir o programa de construção de uma «sociedade sem exploração». A reorganização do Estado é ditada pela necessidade de fazer com que os seus órgãos superiores actuem «de acordo com os princípios do marxismo-leninismo».

No fim do mês passado, o povo malgache festejou o primeiro aniversário da proclamação oficial do resultado do referendo popular favorável à revolução socialista, e a investidura de Didier Ratsiraka como presidente da República. Oficialmente apontada como a contradição fundamental em Madagáscar o confronto entre a revolução nacional e o imperialismo, procedeu-se a uma série de nacionalizações e ao reforço de organizações populares e de cooperativas agrícolas. A Reforma Agrária e a evacuação da base militar norte-americana no extremo norte do país constituíram golpes sérios para a reacção. Hoje o presidente da República Democrática de Madagáscar afirma: «A revolução socialista malgache é um processo irreversível», e põe em relevo o significado da criação de uma Frente Nacional de Defesa da Revolução, para fazer frente aos ataques do imperialismo. Os jovens malgaches, antes enviados para estudar em países capitalistas, passarão a beneficiar de bolsas de estudo dos países socialistas, pois «a situação sociopolítica nos países capitalistas — como destacou o ministro os Negócios Estrangeiros — influi negativamente sobre os estudantes estrangeiros».

A 15 de Dezembro passado, o povo da Jamaica ratificou a sua decisão de apoiar as alterações socioeconómicas, de carácter progressista, introduzidas pelo primeiro-ministro Michael Manley. A vitória do Partido Nacional Popular, a despeito de todas as manobras de desestabilização tentada pela reacção, foi esmagadora.

A Jamaica e a Guiana, dois dos mais importantes países das Caraíbas, estão a intensificar a sua luta pela recuperação das riquezas naturais, ainda controladas, na sua maioria, pelas multinacionais com sede nos EUA.

São factos recentes e dispersos, mas significativos no seu conjunto. Factos que atestam do desenvolvimento das forças progressistas nos diversos continentes. Que hoje, nas condições de luta pela distinção, quando a comunidade socialista tem um papel crescente em toda a vida internacional, é possível e indispensável, a países subdesenvolvidos, fazer face ao imperialismo, avançar decididamente por uma via progressista, optar mesmo pelo socialismo.

Amanhã estes países constituirão um notável reforço das forças progressistas a nível mundial.

## A luta ideológica contra o anticomunismo

# DESANUVIAMENTO E LUTA DE CLASSES UMA UNIDADE INDIVISÍVEL

A importância crescente da comunidade socialista e da luta pelos ideais socialistas, a nível mundial — uma das características fulcrais da nossa época —, centraliza em torno do socialismo o ataque cerrado das forças imperialistas, ataque que se reveste das mais diversificadas e subitas formas. Quer pelos esforços de contrariar o núcleo central da política internacional da comunidade socialista, a luta pela paz. Quer denegrindo a realidade da vida nos países socialistas. Quer ainda tentando abrir e alargar fissuras no seio do movimento comunista mundial.

Em artigo recentemente publicado na «Revista Internacional», o camarada Tudor Jivkov, primeiro-secretário do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, faz uma análise da justeza e do peso da política internacional da comunidade socialista, dos ataques que se verificam a essa política, do seu porquê. Destaca a importância do internacionalismo proletário, que naturalmente se acentua com os ataques do imperialismo à unidade comunista mundial. Sublinha o desenvolvimento espectacular dos países socialistas, face à crescente crise do sistema capitalista, como um elemento altamente favorável à própria política internacional do sistema socialista, como fruto da superioridade do sistema em todas as suas facetas, nomeadamente do novo tipo de relações que se estabelecem entre Estados, no seio da comunidade socialista, um fruto do internacionalismo.

O falso confronto, que o imperialismo hoje tenta

Afirmam que a solidariedade internacionalista dos comunistas na luta pela paz, e pelo progresso social, impede as «regras do jogo internacional» estabelecidas no processo do desanuviamento. Segundo as suas noções, o desanuviamento significa pouco menos que o sancionamento dos propósitos do imperialismo de impedir, transformações progressistas no statu quo sociopolítico dos países capitalistas. Outros procuram inculcar a ideia de que o movimento comunista já «se reorientou» pelos interesses estreitamente nacionais e abandona as posições internacionalistas de classe».

Destacando o laço indissolúvel entre luta de classes e luta pela paz, Tudor Jivkov afirma: «O desanuviamento internacional e a luta de classes mantêm entre si uma relação indissolúvel, são dois aspectos do processo histórico-mundial único de transição do capitalismo

internacionalismo proletário, destacada pelo camarada Tudor Jivkov, é o da solidariedade no seio da comunidade de socialista, e muito em particular o papel destacado pela União Soviética na própria construção e progressos do socialismo em todos os países socialistas: «O desenvolvimento dos processos de integração socialista que se verificou nos últimos anos na economia e na defesa, na ideologia e na política, na ciência e na cultura, aprofundou a unidade e fortaleceu a coesão dos países do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) e da Organização do Tratado de Varsóvia, conduziu a alterações substanciais na consciência patriótica e internacionalista do nosso povo, facto que se manifesta na gradual interpenetração e fusão do patriotismo socialista e do internacionalismo proletário».

Realçando a solidariedade fraternal com a União Soviética como pedra de toque do internacionalismo, o dirigente búlgaro acentua o facto de a «aceleração do

desenvolvimento e do aprofundamento do processo revolucionário mundial assentarem nos nossos dias no poder do socialismo real, no reforço da influência benéfica da política internacional aplicada pela União Soviética e outros países socialistas», e ainda de «o inimigo de classe pretender minar a nossa solidariedade internacionalista, socorrendo-se sobretudo do anti-sovietismo». Segundo a opinião do Partido Comunista Búlgaro, «qualquer tolerância e atitude neutral ante o anti-sovietismo significa de facto um abandono do internacionalismo proletário».

É à volta do anti-sovietismo que gira a própria estrutura das provocações por parte do imperialismo, visando subverter o conteúdo do internacionalismo proletário. Pretende-se levantar uma muralha entre os partidos irmãos da comunidade socialista e os partidos comunistas que não estão no poder, em particular os da Europa ocidental, neste caso através do chamado «euro-comunismo». Como diz o camarada Tudor Jivkov, «a negação das principais leis da luta revolucionária, sob o pretexto de que não seriam confirmadas pela experiência do movimento operário na Europa ocidental; a suplantação destas leis e do significado universal da experiência revolucionária por particularidades de ordem

local; as intenções de desorientar os comunistas e empurrá-los para a integração no sistema político do capitalismo moderno, são alguns dos fundamentos e fins ideológicos que o «euro-comunismo» tem em vista».

Os que martelam a tecla do anti-sovietismo, os que proclamam a teoria absurda de um primado dos interesses estritamente nacionais do movimento comunista, são os mesmos que erigem de múltiplos obstáculos os caminhos da paz.

Mas a sua actuação não impede uma realidade altamente favorável às forças progressistas internacionais: «a particularidade característica da etapa actual é a múltipla actuação da luta pela paz», como justamente afirma o camarada Tudor Jivkov, que destaca de forma inequívoca a importância do desanuviamento na cena internacional: «Não consideramos o desanuviamento como um fenómeno provisório, passageiro; não é para nós um «método táctico». A sua essência radica-se na afirmação dos princípios leninistas da coexistência pacífica como normas universalmente admitidas nos contactos internacionais, na reestruturação de todo o sistema de relações internacionais com base nestes princípios.

«Ao mesmo tempo, o desanuviamento não é para

nós um fenómeno estático e invariável. Consideramo-lo como um processo dinâmico, um processo da humanidade para a segurança e para uma paz garantida, que corresponda aos anseios de todos os povos. Por esta razão, o Partido Comunista Búlgaro apoia inteiramente as conclusões da Conferência de Berlim dos Partidos Comunistas e Operários da Europa quanto à necessidade de desenvolver e aprofundar e dar um conteúdo cada vez mais concreto ao desanuviamento político, completando-o com o desanuviamento militar. Os acontecimentos da cena mundial confirmam que a cessação da corrida aos armamentos é, hoje, a componente principal da luta para aprofundar o desanuviamento. Por seu lado, «a viragem para o desanuviamento é o resultado das alterações radicais verificadas na correlação de forças na arena mundial», fruto da actuação da luta das massas populares, da acção concertada da comunidade socialista, encabeçada pela União Soviética.

A unidade indissolúvel entre a luta pela paz, e uma consequente posição internacionalista — unidade diariamente atacada pelo imperialismo —, é um elemento determinante na cena política internacional. Uma arma insubstituível na batalha do futuro — e que importa a todo o momento reforçar.

### Importante artigo do camarada Tudor Jivkov, Primeiro-Secretário do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, publicado na Revista Internacional

apresentar, entre distensão internacional e internacionalismo proletário, não surge naturalmente por acaso. Tanto um como outro aspecto da actividade dos partidos irmãos, em particular dos que se encontram no poder, afecta profundamente a política do grande capital.

A profunda análise de Tudor Jivkov deste aspecto fulcral da vida de toda a humanidade, nos nossos dias, ajuda-nos a compreender o que é uma verdadeira política progressista, a razão de ser dos ataques e das mistificações da reacção internacional.

«A própria vida colocou ao movimento comunista internacional os problemas do internacionalismo proletário, a necessidade de concretizar o seu conteúdo e as suas formas de acordo com o desenvolvimento do mundo e, especialmente, tendo em conta as novas realidades criadas pelo desanuviamento — afirma o camarada Tudor Jivkov, que prossegue: — A afirmação do internacionalismo proletário, longe de contrariar os processos resultantes do desanuviamento na cena internacional, actua pelo contrário como um factor essencial do seu desenvolvimento e aprofundamento. Os nossos inimigos ideológicos esforçam-se por definir a coexistência pacífica como algo incompatível com o internacionalismo proletário.

para o socialismo.

«No nosso século nuclear, a coexistência pacífica é a única via aceitável para garantir o desenvolvimento futuro da humanidade. Porém, isto não significa que nas condições do desanuviamento a luta de classes diminua de intensidade ou se circunscreva ao âmbito nacional. Sendo, também nos nossos dias, o motor principal do progresso social, foi e é um fenómeno internacional e pressupõe o desenvolvimento das relações de solidariedade e apoio mútuo entre os destacamentos nacionais da classe operária internacional nos países capitalistas, bem como entre eles e os países socialistas. Mais ainda, a atenuação da tensão internacional amplia incomensuravelmente o campo para a acção solidária dos comunistas e de todas as outras forças democráticas pela paz e pelo progresso social. Na nossa época, a solidariedade proletária é inseparável da solidariedade antifascista, da solidariedade democrática e anti-imperialista, da solidariedade na luta pela paz, pela segurança, pela cooperação.

«A política externa de paz dos países socialistas, tal como a política internacional do movimento comunista em geral, não pode deixar de ser simultaneamente uma política de classe, internacionalista».

Uma das facetas do

## Checoslováquia: de novo o alvo QUEM SÃO OS DEFENSORES DOS «DIREITOS DO HOMEM»?

É fácil saber onde querem chegar os que por rancor ao Partido Comunista, por ambições não satisfeitas, servem a propaganda burguesa, que abusa da sua anterior militância partidária e utiliza a sua traição actual para os apresentar como representantes da suposta «oposição socialista»

O Povo checoslovaco pode, pela sua própria experiência, confirmar o que no seu discurso do Ano Novo disse o secretário-geral do CC do PC da Checoslováquia e Presidente da República, camarada Gustav Husak: que o ano passado foi para o povo da Checoslováquia um bom ano, que o integral cumprimento das tarefas mais prementes da economia possibilitou satisfazer as necessidades tanto materiais como espirituais de todas as camadas da população, manter e desenvolver o seu alto nível de vida, garantir integralmente a segurança social.

O povo checoslovaco começa o novo ano com um optimismo sóbrio mas fundamentado.

Não se passa o mesmo nos países capitalistas. Ali, milhares e milhares de trabalhadores recebem perder os empregos, quando já não são de empregados. O «Frankfurter Allgemeine» jornal da grande burguesia, reconhece que «na maioria dos países industrializados (capitalistas) o desemprego continuará a ser, em '77, um problema não solucionado e não solucionável a curto prazo». Embora alguns destes países tentem moderar os efeitos da crise à custa de outros, contam mesmo assim com mais de 15 milhões de desempregados, dos quais, na França e na Inglaterra, por exemplo, mais de metade são jovens até aos 25 anos de idade. A situação sem saída da economia capitalista é expressa pelo jornal da social-democracia da RFA, «Neue Ruhr Zeitung», desta forma: «Parece que há mais razões para cepticismo e dúvidas do que para esperança e confiança».

Na Checoslováquia socialista, pelo contrário, pode-se olhar o ano novo com esperança e confiança. Os trabalhadores vivem sem medo do desemprego e da inflação. Em comparação com o mundo capitalista, destacam-se as vantagens do sistema socialista, que proporciona aos trabalhadores uma verdadeira segurança social, tanto hoje como no futuro. Esta uma realidade que é impossível negar.

Para desviar a atenção das massas trabalhadoras dos graves problemas que têm que enfrentar, consequência da crise do capitalismo, as centrais de propaganda

burguesa intensificam os seus ataques aos países socialistas. Os mesmos que não asseguram aos povos dos seus países os direitos humanos mais elementares — o direito ao trabalho, ao ensino — gritam para quem os queira ouvir que os direitos humanos são liquidados nos países socialistas. As suas «testemunhas», são meia dúzia de indivíduos com posições anticomunistas, que não podem admitir que na Checoslováquia não se caminhe de cima para baixo, mas se avance decididamente para a frente, indivíduos para quem é desagradável constatar o desenvolvimento da economia socialista e que — tal como a reacção checa e eslovaca antes de Fevereiro de 1948 — têm como lema: quanto pior, melhor.

Dizem que a economia checoslovaca caminha para a bancarrota, que se procederá à desvalorização monetária, que os preços irão aumentar. Desejariam que as suas afirmações gratuitas se tornassem realidade, para então poder utilizar para os seus fins o descontentamento popular. Infelizmente para eles, são progressos, e não retrocessos, que a Checoslováquia socialista regista em cada ano que passa.

Tudo isto esclarece que tipo de «direitos humanos» estes senhores defendem. Estes grupos de indivíduos querem hoje repetir o que se fez em 68. E para que os seus interesses pessoais possam passar por «interesses da nação», fizeram diversas recolhas de assinaturas sob a capa dos «direitos humanos». Lamentavelmente houve ainda quem se deixasse enganar pela fachada. Mas não muitos. Hoje o povo checo conta já com a experiência de 68.

A política realista do PC da Checoslováquia possibilitou, à maioria dos que em 68 não se souberam manter no justo caminho, aperceberem-se dos seus erros. Provaram-no com o seu trabalho honesto, com que contribuem para o desenvolvimento da sociedade socialista checa. Por isso, o XV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia decidiu abrir possibilidades, aos que não se destacaram como representantes activos do oportunismo de direita, e pelo seu trabalho e pela sua actividade provam que estão

firmes e francamente nas posições do socialismo, de voltarem a ser aceites como membros do Partido, depois de uma apreciação individual de cada caso.

Os autoapelidados «defensores dos direitos humanos» vêm nesta apreciação diferenciada, por parte do Partido Comunista, daqueles que foram vítimas da sua política aventureira, um perigo para os seus planos actuais, não menos actuários.

Não é segredo para ninguém que depois de Agosto de 1968 se realizou em Viena um encontro entre os que, na Checoslováquia, contribuíram activamente para fomentar a contra-revolução. Foi aí que procederam à divisão de tarefas. Diferentes Pelikans (o sr. Pelikan era em 1968 chefe da radiodifusão checoslovaca) que emigraram, actuam com posições abertamente hostis ao socialismo, enquanto que o grupinho dos que ficaram no país transmite por diferentes meios o horror de mentiras sobre a realidade nacional, às centrais anticomunistas do ocidente. Assim, ambos os grupinhos formam um sistema de propaganda anticomunista.

Que «direitos humanos» pode defender o senhor Václav Havel que cresceu como filho dum milionário e nunca perdeu a classe operária ter impossibilitado a sua família de prosseguir os seus «empreendimentos»? Que causa pode defender o tristemente conhe-

cido autor do panfleto contra-revolucionário «2000 palavras», Ludvík Vaculík? Qual a moral de um outro elemento da «oposição», em tempos destacado funcionário do Partido e que agora, na sua actividade antipartido, afirma: «Não posso elogiar um regime que deu cabo dos meus rendimentos. Dêem-me um salário alto e apóia-lo-ei». Pelo que sem dúvida apoia quem lhe paga bem. E nós sabemos quem se dispõe a pagar bem a este género de gente.

São conhecidos bastantes casos similares. É fácil saber onde querem chegar os que por rancor ao Partido Comunista, por ambições não satisfeitas, servem a propaganda burguesa, que abusa da sua anterior militância partidária e utiliza a sua traição actual para os apresentar como representantes da suposta «oposição socialista». Quaisquer que sejam as razões da sua actividade, eles sabem bem a quem estão servindo. O socialismo não, com certeza. Tampouco os que honestamente trabalham, que desde o primeiro dia deste novo ano provam o seu desejo de que o desenvolvimento da sociedade socialista, na Checoslováquia, prossiga ainda com maior êxito. Quem tenta impedir o avanço do povo checo neste caminho, violar as leis do Estado socialista, tem que contar com as consequências. A tolerância seria criminosa.

## SAUDAÇÃO AO «AVANTE!» DE JOVENS SOVIÉTICOS

O Komsomol e os Pioneiros, alunos da Escola N.º 37 da Cidade de Vorochilovgrado, da URSS, enviaram ao CC do PCP uma saudação onde, entre outras palavras, se pode ler:

«... Quando hoje a reacção intensifica a sua actividade, quando sobre Portugal paira o perigo da liquidação das conquistas da revolução, nós, alunos da Escola Média N.º 37 da cidade de Vorochilovgrado, reunidos num comício, manifestamos a nossa solidariedade para convosco, para com os operários e os camponeses, para com os membros das cooperativas e para com os comunistas portugueses e a juventude comunista que combatem os ataques da reacção. Ao vosso lado estão os sentimentos e o apoio de todas as forças do sistema socialista, de todos os homens progressistas...».

# ÊXITO DO FORUM MUNDIAL DAS FORÇAS DE PAZ

No Forum Mundial das Forças de Paz, representantes de 70 organizações internacionais e de 220 nacionais, provenientes de 120 países de todos os cantos do globo, aprovaram por unanimidade um documento final onde se sublinha que «o desanuviamento internacional é a principal via para a paz e o progresso». A delegação portuguesa presente na reunião era constituída por Carlos Carvalhas, Amândio Silva, padre Joaquim Sampaio, Gualter Nunes Bastião, Maria de Lourdes Silva e Hernâni Padilha.

«O desanuviamento internacional é a principal via para a paz e o progresso». Esta uma das conclusões mais salientes da moção aprovada por unanimidade no encerramento dos trabalhos que constitui um vigoroso apelo ao desanuviamento e ao diálogo, tendo sido aprovada por delegações das mais variadas tendências ideológicas. Na sessão inaugural foi lida uma mensagem do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), camarada Leonid Brejnev, que advertiu contra os perigos provenientes da corrida aos armamentos e confirmou a firme decisão da URSS em lutar pela paz e pela cooperação no mundo. Por seu turno, o presidente do Conselho Mundial da Paz (CMP), Romesh Chandra, sublinhou, durante a mesma sessão, «o crescimento das forças da opinião pública que trabalham pela consolidação da paz e da independência nacional», salientando que a última década «conheceu o florescimento da poderosa árvore do desanuviamento internacional».

O camarada Luis Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista Chileno — calorosamente saudado pelos presentes — agradeceu a solidariedade manifestada em todo mundo para com o povo do Chile, tendo apelado para

o reforço internacional da luta contra os regimes fascistas, contra a opressão e o imperialismo.

### O NOVO APELO DE ESTOCOLMO JÁ RECOLHEU 400 MILHÕES DE ASSINATURAS

«O Forum Mundial da Paz trará uma importante contribuição à causa da justiça internacional, da paz e da segurança de toda a humanidade» — dizia uma mensagem enviada pelo secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, e que foi lida pelo seu representante pessoal, Rolf Bjoernstedt.

Entretanto, segundo seria anunciado durante o Forum, o Novo Apelo de Estocolmo foi assinado por 400 milhões de pessoas. Este documento, em torno do qual se têm desenvolvido importantes acções de luta pela paz e pelo desanuviamento, tem como um dos objectivos fundamentais o fim da corrida aos armamentos, tendo sido subscrito, nomeadamente por dirigentes políticos das mais variadas correntes ideológicas.

Contando com o apoio firme e decidido dos democratas, dos antifascistas, de todas as forças patrióticas, organizações progressistas, movimentos de libertação, partidos políticos e organizações unitárias, a grande batalha pela paz recebeu agora um poderoso incentivo. Os comunistas de todo o mundo e os países socialistas — baluarte da luta pela paz e pela cooperação entre os povos — tudo farão para que esta batalha alcance os seus objectivos: a segurança, a paz e o progresso no mundo.

# URUGUAI: O TERROR FASCISTA

Na mancha fascista que ensombra a América Latina, o Uruguai é um exemplo concludente.

Os documentos que incluímos neste número, nomeadamente a descrição das torturas aplicadas pela policia fascista, são suficientemente esclarecedoras.

A carta que transcrevemos dirige um apelo aos povos que sabem o que é o fascismo. Nós sabemos-lo.

## CARTA DE UM PRESO POLÍTICO

Dos cárceres da feroz ditadura que oprime o povo do Uruguai, chega-nos a carta de um preso político sujeito ao mais bárbaro tratamento, como centenas de seus camaradas. Um documento impressionante. Um alerta à consciência de todos os democratas e antifascistas. Um apelo à solidariedade activa de todos os progressistas, a que todos nós saberemos responder.

«... Os meus lábios secos pela febre, já não podem reclamar a água que me têm estado a negar. Entretanto, apesar de ter os olhos vendados, vejo o jarro. E ainda que me tenham pendurado e as plantas dos meus pés não se possam apoiar no solo, caminho para ele. Estou-lhe a tocar, embora as minhas mãos estejam amarradas atrás das costas e o meu corpo suspenso de uma corda atada aos braços. Então creio ver uma figura familiar, uma figura amada, que me estende o jarro, que me olha com olhos tristes. Mas a água não molha os meus lábios e uma dor inelocalizável afasta-me do jarro, interpõe-se inexplicavelmente entre nós. Sucede o mesmo, uma e outra vez. E a dor cresce, e cresce a ansiedade e a impotência no meio deste círculo dançante, dor e sede, sofrimento e desespero intermináveis.

«Quanto tempo passou? Minutos? Horas já? Tinha ameaçado trazer minha esposa para a submeter às mesmas torturas. E agora via-a, no meio da febre e do delírio, oferecendo-me a água que não chega à minha garganta ressequida. Seria realmente ela? Terá sido também presa a minha companheira para que presencie a minha tortura ou para a torturarem também? Não consigo manter a coerência do pensamento; discernir entre a realidade e a alucinação.

«Atroxam a corda e o meu corpo cai sobre o chão imundo. Um oficial desata os pulsos ensanguentados e o outro entrega o jarro de água na minha boca semi-aberta. Mas já não consigo sentir prazer. Nem sentir nada. O meu organismo que acaba de passar por uma prova de resistência — quem poderia ter a certeza do limite? — deverá gozar da tréguas necessária. Descem-me por uma escada e atiram-me para o chão. Aí a febre e o delírio continuam a misturar imagens queridas com a sensação desesperante da tortura.

«Tiveram-me suspenso — com as pontas dos pés apenas a tocar o solo —, durante uma, duas, três, quem sabe quantas horas. Agora deliro debaixo das abóbodas de «O inferno». À minha volta, outros como eu jazem estendidos, «recuperando» forças para a próxima sessão nas câmaras de tortura que funciona em cima. Uns metros mais adiante, estão outros de estátua. Alguns mantêm-se assim há vários dias, só podem sentar-se 5 minutos por hora, e há quem chegue a acumular 400 horas e mais parados, em pé. Quando caem

desmaiados, deixam-nos dormir um pouco e voltam a levantá-los.

«Ziguezagueando entre os corpos estendidos e o bosque dos que fazem estátua, um grupo de presos é levado ao banho. Caminham com dificuldade, inclinados, estonteados, com a roupa suja e os pés descalços. Receberão, ao chegar ao lugar da «higiene», a dose diária de pontapés e bofetadas extra-tortura.

«Há um permanente fundo sonoro: são os gritos de dor dos torturados, que se misturam com o barulho ensurdecedor da rádio — ampliado com autofalantes



Tortura de um preso, com as mãos atadas aos tornozelos.



Suspensão de uma mulher pelo cabelo, vestida com multos «ponchos» para aumentar consideravelmente o seu peso.

— que nunca consegue afogar, quando muito dissimula, as vozes dos que estão a ser torturados. De manhã, à tarde e à noite, de segunda a domingo, ressoam como um obcecante pesadelo, os gritos dos presos, entre a música, os relatos futebolísticos, anúncios publicitários, ordens gritadas pela voz estridente de um oficial.

As figuras sinistras dos torturadores de «O inferno» têm grandes semelhanças com os que hoje, em Portugal, «julgados» pelas suas criminosas actividades como agentes da PIDE/DGS, saem em liberdade alcunhados de bons cidadãos.

Para que «O inferno» acabe, impõe-se um reforço da solidariedade internacional — e portanto, também da



Submarino ou tacho — A cabeça do preso é introduzida várias vezes num recipiente com água imunda ou excrementos, sem dar possibilidades ao preso de aspirar o oxigénio necessário.

## APELO DE RODNEY ARISMENDI

Chegam-nos notícias do Uruguai que fazem temer pela vida de Jaime Pérez, um dos secretários do Partido Comunista, deputado, antigo dirigente sindical, publicista. Preso em diversos quartéis desde Outubro de 1974, ferozmente torturado, desaparecido há vários meses, à disposição da ditadura e dos chefes militares da extrema-direita. Oculta-se toda a informação sobre ele. As visitas familiares são proibidas. A família e organizações no interior do país, expressam o seu temor de que tenha sido assassinado.

Agências de notícias internacionais difundiram a notícia de que Jaime Pérez poderia ter sido um dos três mortos por tortura no mês de Dezembro.

Apelamos para todo o mundo, para todas as organizações e personalidades progressistas, a todos os governos e parlamentos, à opinião pública internacional, para que exijam às autoridades do Uruguai que Jaime Pérez apareça, que cesse a tortura, que a sua vida seja garantida e que seja libertado.

Rodney Arismendi, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista do Uruguai 13 de Janeiro de 1977

«Apesar de tudo, dormi. Mas é como se não o tivesse feito. Porque entre os pesadelos a tortura prosseguiu e quase não me apercebi que me meteram no estômago uma sopa qualquer (talvez misturada com alguma droga para aumentar a resistência física ou tentarem arrancar-me alguma coisa no meio do meu delírio). Estão à espera que fique em «condições» para outro interrogatório.

«Um pontapé do guarda é o sinal de que me devo levantar. Faço-o com dificuldade; retomo o caminho da escada maldita, os seus intermináveis 18 degraus. Em cima, voltam com a advertência prévia, não se trata só de prosseguir com as torturas: «Se não falas, limpamos-te o sebo. Ninguém sabe onde estás, nem quem te fez desaparecer». Ou as tentativas de enganar: «Falará, pois, que o Fulano também já falou. Já sabemos tudo». Ou a promessa nunca cumprida



A — Estátua durante a qual é retirado ao preso um sapato para desnívelar o apoio B — Estátua com pernas abertas e pés para fora C — Durante estas torturas o preso tem que manter a cabeça erguida.

em troca da traição ou da «colaboração»: desde um jarro de água ou um pedaço de carne, até à liberdade ou uma grande quantia de dinheiro, para «nunca mais trabalhar». Tudo isto, de mistura com ataques de histeria, bofetadas e pontapés. A seguir, a desesperante sensação de afogamento: submergem-me a cabeça dentro de uma bacia de água e, depois, quando me permitem que a levante, a sensação de asfixia permanece pela máscara de goma que me colocaram, que não deixa entrar o ar nem sair a água.

«Do «submarino» vou para o «gancho». De novo o suplício da suspensão! Os pulsos juntos e atados por trás, os braços torcidos para trás e para cima com a corda. Quando se deixa de ouvir o ruído da roldana, os calcanhais já não tocam o chão. O meu corpo começa a balançar... Mas desta vez é só a suspensão: dois electrodos começam as suas descargas sobre os testículos, as pernas, o peito, o pescoço, os testículos de novo, o pescoço, as pernas, o peito, e outra vez...

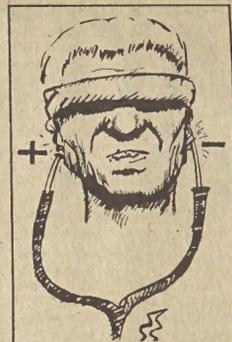
«Depois, um simulacro de despedida: «Vamos embora. Tu ficarás suspenso até de

solidariedade de todos nós — para com a luta difícil e heróica do povo do Uruguai. Pela liquidação do fascismo na terra. Porque o que aqui é descrito, as bárbaras torturas a que os comunistas, e todos os antifascistas do Uruguai são sujeitos, quando nas mãos dos seus algozes, passa-se todas as semanas, todos os dias, neste momento exacto. E é indispensável que acabe.

manhã, a não ser que queiras falar agora». O baque da porta a fechar-se, o silêncio do pequeno quarto e o ruído agora audível da rádio. Passam minutos que parecem horas; já não suporto a dor dos braços, a interminável sensação de adormecimento e desconjuntamento do corpo, o cansaço e a dor que me percorrem, desde a cabeça — que descai sem forças — até aos pés, desesperadamente esticados para tocar o chão e aliviar um pouco os braços.

«A minha mente está alucinada, mas a consciência prossegue e prosseguirá impondo: não traicionarás o teu Partido, não entregarás os teus companheiros, não te renegarás a ti próprio porque deste um sentido à tua existência e ainda sofrerás muito mais se — para salvar a tua pele — não mais pudesses olhar os olhos dos teus camaradas, te envergonhasses dos teus filhos, sentisses que tinhas enganado a tua companheira.

«Depois de um período indeterminado, em que pareciam passar várias horas, um oficial veio baixar o meu corpo. A dor da descida é diferente; há um instante em que parece que os braços se desprendem do corpo e tudo se altera dentro de mim. A sensação de alívio não dura muito tempo. Começa uma sessão de golpes nas pernas, na cabeça, no estômago e nos testículos. Caio, levanto-me, volto a cair, voltam a levantar-me, até que se me desprende a venda: consigo

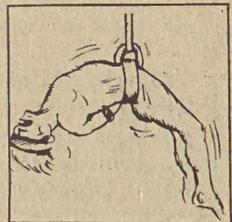


O «telefone» é a aplicação de um cabo electrificado a cada um dos lóbulos das orelhas.

apenas ver um rosto congestionado pela ira, uma bacia negra com água e uma cruz suástica desenhada na capa de uma revista. Atam-me a venda com força, voltam a levantar-me e continuam a bater-me, até que, quando consigo controlar um pouco a sua histeria, se apercebem de que já não sinto nada. Se não deu resultado o controlado sofrimento da tortura refinada (física e psíquica), muito menos resultará esta descarga de fúria brutal e inútil manifestação de impotência. Desceram-me de novo para o andar de baixo, para a «recuperação». Para quê prolongar esta sessão, se o torturado voltou a perder a sua capacidade de sofrimento? Deixar-me-ão recompor um pouco, e levar-me-ão de volta para a sala de

torturas. O oficial responsável viu que o médico (que por vezes está presente nas «sessões»), «temia» um pouco pela minha vida, ainda que não tenha sido ele a aconselhar que parassem esta sessão de tortura.

«Agora, estou de novo a «recompor» as minhas forças sobre o chão do cárcere; desta vez os meus pulsos sangraram menos porque lhes ataram lenços antes de os prender. As minhas mãos conservam o tom violeta e os braços permanecem insensíveis e incapazes de fazer qualquer movimento, quem sabe por quanto tempo, se recuperarem alguma vez por completo. Nas feridas das minhas pernas inchadas, inicia-se o processo da infecção. As alucinações prolongam agora a tortura, e enquanto «descanso» embrulhado num poncho verde



Variente da suspensão, desta vez pela cintura do preso.



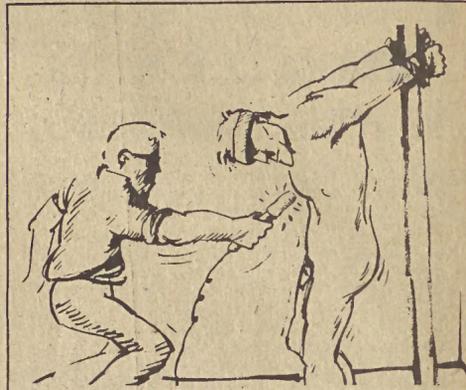
Gancho ou «colgada»: O preso é pendurado com as mãos atadas atrás das costas e ligado de modo que fique apenas com um pé a tocar no chão.



Forma de tortura semelhante à anterior, mas acrescentando um peso nas costas do preso pendurado.

— a minha roupa, toda rasgada, ficou em cima.

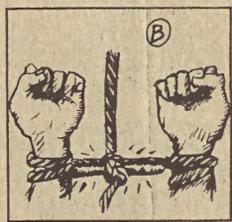
«Quem sabe quantas vezes mais me chamarão para me interrogar, me suspenderão do tecto, me golpearão histérica, furiosamente, entre os mais soezes insultos e as ameaças de toda a ordem; quantas vezes mais me submergirão no «submarino» e me farão estremeecer com as descargas eléctricas, ou me manterão de «estátua» e me ameaçarão de morte... Mas não falarei, não entregarei nenhum camarada, não trairei o meu Partido, não me envergonharei dos meus filhos nem da minha companheira, ainda que nunca mais os volte a ver. É preciso destruir este «Inferno». Esta é a minha mensagem para os meus companheiros que estão livres e lutam pela pátria; para os povos do mundo que sabem o que é o fascismo. Ajudem-nos, para que este horror de todos os dias, de todas as horas e minutos, não se prolongue mais. O que eu estou a passar, passam-no todos os presos aqui e em muitos outros lugares, «sucursais» do «Inferno». Estas bestas não têm cura... a não ser quando chegar a sua vez. Nós não falaremos!»



«Picana» eléctrica — Choques eléctricos em diferentes zonas do corpo, de preferência na cabeça, órgãos genitais e articulações.



A — A forma como são atadas as mãos nas torturas atrás descritas.



B — Variante da anterior, com as mãos separadas por um pau, o que torna a posição muito mais dolorosa e difícil de suportar.



O cavalete — O preso é obrigado a sentar-se, despido, num cavalete de madeira ou de metal o qual, pelo peso do corpo, vai penetrando entre as pernas, provocando dores intensas.

## DECLARAÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO URUGUAI

Declaração do CC do Partido Comunista do Uruguai, acerca da situação no país e das perseguições de que são vítimas os comunistas:

«A dramática situação dos presos políticos no Uruguai obriga à denúncia, à mais ampla expressão de solidariedade a todos os níveis, nomeadamente pelo protesto dirigido ao governo do Uruguai.

Nos últimos meses, acentuou-se a repressão fascista contra dirigentes sindicais e, em Canelones, contra militantes comunistas. Simultaneamente acentuou-se a violência das torturas a que são submetidos os presos políticos nas prisões e quartéis de Montevideo. Muitos deles foram mesmo vítimas de represálias por cantarem o hino nacional do Uruguai, quando do 56.º aniversário do Partido Comunista do Uruguai.

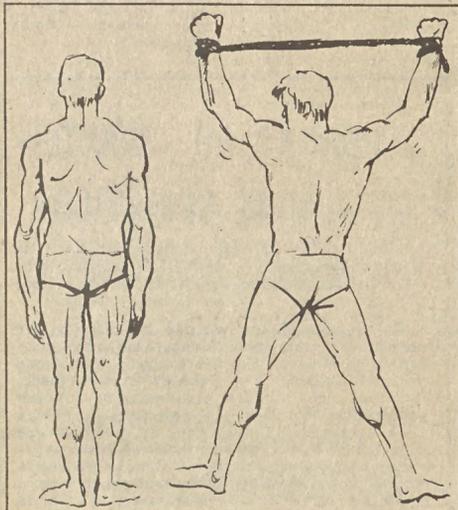
O camarada Jaime Pérez, membro do Comité Executivo do Secretariado do Comité Central, preso desde Outubro de 1974, violentamente torturado durante muitos meses, enviado depois para a prisão de Punta Carreta, de onde foi retirado para ser submetido a novas torturas, encontra-se no mês de Setembro na prisão militar da cidade, «Liberdade». Aqui foi visto, em meados do mês, por alguns familiares. Não se tiveram posteriormente mais notícias — como foi denunciado em recente documento — até que há pouco tempo pôde ser localizado no Quartel do Batalhão 14 de Infantaria, dependente do Comando Geral do Exército e especializado na repressão «anticomunista». Ali continua a ser torturado.

Estes factos e o prosseguimento das torturas contra Jaime Pérez mostram claramente o perigo que corre a sua vida pelo ódio particular que a ditadura fascista concentra neste dirigente comunista. Foi ele que, com a sua característica capacidade e firmeza, foi quem denunciou no Parlamento o ignóbil assassinato de oito comunistas, em 1972. Há pouco tempo, já depois de preso, ao ser interrogado por um juiz militar, denunciou detalhadamente as torturas a que tinha sido sujeito e acusou os seus torturadores que voltaram a vangloriar-se dele.

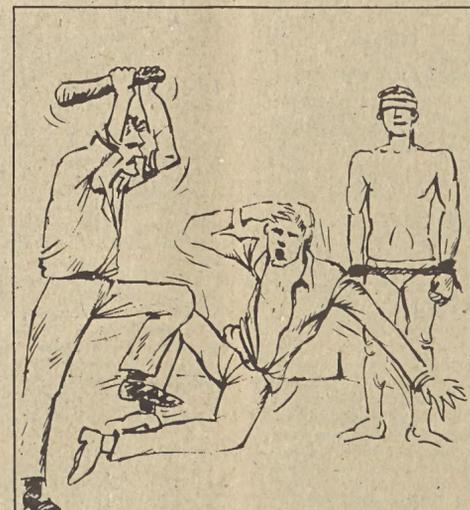
No caso de outro membro do CC e do Secretariado do CC, o engenheiro José Luis Massera — personalidade científica internacional — que sofreu fracturas no fémur e na pélvis como consequência dos maus tratos a que foi sujeito, foi de novo torturado num quartel. Massera foi colocado numa pequena cela, construída debaixo de uma escada, sem ar, luz nem sol, completamente às escuras, privado das suas lentes e de prosseguir o trabalho científico que, mesmo nas duras condições a que tinha sido submetido, continuava a realizar. São-lhe negadas vitaminas, o tratamento e a assistência médica que o seu estado de saúde require. É-lhe fornecida — como à maioria dos presos — uma péssima comida.

É este o tratamento a que é submetido um patriota, professor e cientista, cuja vida sempre esteve ao serviço dos mais altos interesses nacionais e da humanidade.

Fazemos um novo apelo à opinião pública mundial, para que se intensifique a solidariedade com todos os presos políticos do Uruguai, reclamando a libertação dos dirigentes comunistas Jaime Pérez, José Luis Massera, Alberto Altesor, Gerardo Cuesta, Wladimir Turiansky, Rosário Pietrarroia, Jorge Mazzarovich, Rita Ibarburu, Bleier, do presidente da Frente Ampla Luis Touron, Eduardo Bleier, do presidente da Frente Ampla general Líder Seregni, que em 13 de Dezembro cumpriu na prisão 60 anos de idade, dos seus companheiros general Victor Licandro e coronel Carlos Zufriategui e de tantos outros patriotas que estão presos nas prisões e quartéis. Confiamos em que a luta do nosso povo e a solidariedade de todos os povos do mundo salvarão a vida e imporão a libertação de todos os que estão presos pelo único «crime» de combater pela democracia, pela soberania nacional e pela dignidade humana.



Estátua na posição de sentido. Estátua com as pernas abertas e braços no ar.



Tortura de um familiar (mãe, esposa, filho) na presença do preso.